UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JOÃO MARCELO ROSARIO LIMA BRASIL

**A periferia se transforma: considerações sobre
a urbanização crítica em São José dos Campos**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

JOÃO MARCELO ROSARIO LIMA BRASIL

**A periferia se transforma: considerações sobre
a urbanização crítica em São José dos Campos**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Versão Corrigida. De acordo,

Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B823p Brasil, João Marcelo Rosario Lima
A periferia se transforma: considerações sobre a
urbanização crítica em São José dos Campos / João
Marcelo Rosario Lima Brasil ; orientadora Isabel
Aparecida Pinto Alvarez. - São Paulo, 2018.
108 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Periferia. 2. Crise do trabalho. 3. Urbanização
crítica. 4. Modernização. I. Alvarez, Isabel Aparecida
Pinto, orient. II. Título.

Nome: BRASIL, João Marcelo Rosario Lima

Título: A periferia se transforma: considerações sobre a urbanização crítica em São José dos Campos

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Diana, André e Isabel.

Feuerbach resolve o mundo religioso na essência humana. Mas a essência humana não é abstrato residindo no indivíduo único. Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais.

Feuerbach, que não entra na crítica dessa essência efetiva, é por isso forçado:

1. A abstrair o curso histórico e fixar o ânimo religioso como para-si, pressupondo um indivíduo humano, abstrato e *isolado*.
2. Por isso a essência só pode ser captada como “gênero”, generalidade interna, muda, que liga muitos indivíduos de *modo natural*.

(MARX, 1985, p.52)

RESUMO

BRASIL, João Marcelo Rosario Lima. **A periferia se transforma: considerações sobre a urbanização crítica em São José dos Campos**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A pesquisa teve como principal questão as transformações da periferia no interior do processo de urbanização de São José dos Campos – SP. A criação de institutos federais de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias não só atraiu grandes indústrias de capital nacional e estrangeiro a partir da década de 1950, como contribuiu para a consolidação de uma industrialização tecnologicamente mais avançada. Durante esse período, intensificou-se o processo de imigração. Partindo do conceito de produção do espaço, procuramos situar a urbanização joseense nos termos que Damiani concebe como urbanização crítica. Mobilizando as categorias de trabalho e urbano sob as bases do materialismo histórico dialético, realizamos um estudo empírico a fim de compreender dois momentos. No primeiro, discutimos a formação do Parque Novo Horizonte, bairro de origem operária fabril loteado no final da década de 1970, localizado numa área então isolada do extremo leste da cidade, como possibilidade para pensar a constituição da periferia num momento em que a reprodução da classe trabalhadora era peça fundamental para a acumulação do capital. Na segunda parte, em que procuramos refletir sobre a periferia atual, nosso recorte empírico se amplia. O bairro supracitado se constitui numa centralidade periférica de diversos loteamentos, regulares e clandestinos, que surgem nas décadas seguintes com o movimento de implosão e explosão da cidade. É o momento que o processo de reestruturação produtiva, iniciado com a terceira revolução industrial e a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, vai engendrando diversas metamorfoses no mundo do trabalho e na dinâmica do urbano. A análise dos bairros que compõem essa subcentralidade nos possibilitou considerar o aprofundamento das contradições sociais contidas no movimento geral da crise do capital, entre as quais a negatividade do trabalho e a degradação da experiência e das possibilidades que o urbano traz consigo, que puderam revelar com maior intensidade o travo amargo do que Marx chamou de contradição em processo. Pela análise das transformações da periferia num âmbito maior que se apresenta como urbanização crítica, buscamos um caminho possível de aproximação e discussão dos conteúdos de uma reprodução social crítica.

Palavras Chave: Periferia. Crise do Trabalho. Urbanização Crítica. Modernização

ABSTRACT

BRASIL, João Marcelo Rosario Lima. **Periphery transformation: considerations about the critical urbanization in São José dos Campos**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research had as its main point the periphery transformations inside the urbanization process in São José dos Campos- SP. The creation of Federal Educational Institutes, research and development of Technologies didn't only attract big companies of national and international capital after the 1950's but also contributed for the consolidation of a more advanced technological industrialization. During this time, the immigration process intensified. From the concept of space production, we try to place the urbanization in São José dos Campos as Damiani considers critical urbanization. Mobilizing the labor and urban categories under the base of historical dialectical materialism, we have done an empirical study to understand two different moments. In the first, we will discuss the development of Parque Novo Horizonte, a neighborhood of mechanical workers batched at the end of 1970, nestled then in a secluded area on the extreme east side of town, as a possibility of the periphery establishment, during a moment when the reproduction of the labor class was crucial for capital accumulation. On the second part, we try to reflect on the periphery nowadays, our empirical cut broadens. The neighborhood mentioned above is established in a peripheral centerdeness of many regular and irregular allotments, that came to be in the decades that followed the implosion and explosion of the city. It is when the productive restructuring process that began with the third industrial revolution and the shift in the industrial capital hegemony to the financial capital engendered many metamorphoses in the labor and urban dynamic. The analysis of the neighborhoods enabled us to consider the expansion of the social contradictions enclosed in the general capital crisis movement, in which the labor negativity and the degradation of the experiences and the possibilities that urban brings, intensely revealed the bitter aftertaste that Marx called contradiction in process. Broadly analysing the periphery transformation that presents itself as critical urbanization, we search for a possible way to approach and discuss the contents of a critical social reproduction.

Keywords: Periphery, Labor Crisis, Critical Urbanization, Modernization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de São José dos Campos	38
Figura 2 - São José dos Campos, núcleo urbano no final da década de 1920	42
Figura 3 - Urbanização e localização das grandes indústrias em São José dos Campos no final da década de 1950	43
Figura 4 - Planta urbana de São José dos Campos	52
Figura 5 - Cartaz da Festa do Trabalhador no Parque no Novo Horizonte em 1987	70
Figura 6 - Folheto de divulgação da Festa do Trabalhador, 1994	71
Figura 7 - Parte interna do folheto de divulgação da festa, 1994	71
Figura 8 - Frente e verso do folheto de divulgação da Festa, 2009	72
Figura 9 - Localização do Novo Horizonte e o movimento de expulsão da cidade	76
Figura 10 - Localização da região estudada	78
Figura 11 - Renda total das famílias em salários mínimos, Setores socioeconômicos do Município de São José dos Campos – 2003	80

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Rua dos Pedreiros, Bairro Novo Horizonte	53
Fotografia 2 - Rua dos Lavradores, Bairro Novo Horizonte	53
Fotografia 3 - Inauguração do loteamento Parque Novo Horizonte, 1978. Homens procurando seus lotes	57
Fotografia 4 - Inauguração do loteamento Parque Novo Horizonte, 1978	58
Fotografia 5 - Futuros moradores no churrasco de inauguração do Parque Novo Horizonte...	58
Fotografia 6 - Metalúrgicos de multinacional de São José dos Campos em 1979	67
Fotografia 7 - Policiais em frente aos portões de multinacional em São José dos Campos, 1985	68
Fotografia 8 – Rua do loteamento clandestino Majestic	84
Fotografia 9 – Vista panorâmica do loteamento clandestino Portal do Céu	84
Fotografia 10 – Rua do loteamento clandestino Jardim Primavera II	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional de São José dos Campos	46
Tabela 2 - Salário Mínimo Real – Guanabara e São Paulo, base de 1944 = 100	49
Tabela 3 - Índice do produto real da indústria, base de 1949 = 100	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais no Município de São José dos Campos (em %). Fonte : SEADE, Elaborado por João Marcelo R.L.Brasil	93
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABC	ou ABC Paulista ou ainda Região do Grande ABC é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo, cuja sigla vem das quatro cidades que originalmente a formavam: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C).
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
DEIC	Departamento Estadual De Investigações Criminais
DG FFLCH	Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A
EMHA	Empresa Municipal de Habitação S/A
ENGECEL	Engenharia E Planejamento S/A
ENGESA	Engenheiros Especializados S/A
FIT	Festa independente do Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDDI	Plano de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos
PEA	População Economicamente Ativa
PMSJC	Prefeitura Municipal de São José dos Campos
REVAP	Refinaria do Vale do Paraíba Henrique Lage
RMVPLAN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SAB	Sociedade Amigos de Bairro
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TD	Teoria do Desenvolvimento
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UBS	Unidade Básica de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Uma brevíssima apresentação dos fundamentos da crise do trabalho (e do capital)	24
 2. A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO O SENTIDO E O CONTEÚDO DA PERIFERIA QUE SE FORMA	28
2.1. O fordismo como uma das bases da indústria nacional	34
2.2. São José dos Campos, da cidade ao urbano	37
 3. A FORMAÇÃO DA PERIFERIA, UM ESTUDO SOBRE O PARQUE NOVO HORIZONTE	51
 4. A PERIFERIA ATUAL	77
4.1. Apresentação da região de estudo	77
4.2. A crise do fordismo e a passagem para a acumulação flexível	85
4.3. O capital financeiro	89
4.4. A produção do espaço no movimento de financeirização mundial	90
4.5. As metamorfoses da periferia, um caminho à atualidade.....	92
4.6. A periferia atual	96
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
 REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a posição de destaque do município de São José dos Campos - SP esteve associada à presença de grandes indústrias. Investimentos federais, nos anos 1950, tiveram grande importância na constituição desse perfil, tanto pela construção da rodovia Presidente Dutra, que passou a interligar as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais polos de produção e consumo do país,¹ quanto pela criação e instalação de centros públicos de pesquisa, ensino e desenvolvimento de tecnologias, que contribuíram não apenas para a industrialização do município, atraindo grandes multinacionais, como também no desenvolvimento, nas décadas seguintes, de uma industrialização tecnologicamente mais avançada ligada aos setores aeronáutico, aeroespacial, automobilístico, farmacêutico e petroquímico. Considerando esse processo, ao menos até meados da década de 1980, como indutor da intensa urbanização joseense, as particularidades da industrialização do município, articulando-as à inserção do Brasil no capitalismo mundial enquanto periferia do sistema, e o movimento de reestruturação produtiva em curso desde os anos 1990, o trajeto do texto apresentado é fruto da tentativa de estudarmos a constituição e as transformações da periferia urbana de São José dos Campos. Para tanto, da perspectiva do materialismo histórico dialético, procuramos mobilizar as categorias de análise de trabalho e urbano.

O município de São José dos Campos, segundo mais populoso do interior do Estado de São Paulo com 629.921 habitantes (IBGE, 2010), é o centro econômico da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – SP² (RMVPLN), situada a leste do Estado. Além de polo industrial, comercial e de serviços desta região, que conta com 39 municípios e 2.358.600 habitantes de habitantes,³ São José dos Campos é considerado um tecnopolo nacional, sobressaindo-se também como o maior do setor aeroespacial da América

¹ O município de São José dos Campos está localizado entre essas duas importantes regiões. A construção da Rodovia Presidente Dutra às margens do núcleo urbano de então passou a lhe conferir uma posição estratégica em termos econômicos e logísticos.

² “A RMVPLN está estrategicamente situada entre as duas Regiões Metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se nacionalmente por intensa e diversificada atividade econômica. A produção industrial é altamente desenvolvida, predominando os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra, as atividades portuárias e petroleiras no Litoral Norte e o turismo na Serra da Mantiqueira, litoral e cidades históricas. A região caracteriza-se, ainda, por importantes reservas naturais, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar, e pelas fazendas de valor histórico e arquitetônico.” (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A.)

³ SÃO PAULO (Estado) - Biblioteca Virtual.

Latina. Seus indicadores econômicos mais recentes atestam tal posição de destaque. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi o quarto município que mais exportou em 2015.⁴

A riqueza produzida pela industrialização é incontestável. Partes desta riqueza socialmente produzida estão, inclusive, materializadas no espaço urbano de São José dos Campos e são correspondentes às diferentes fases de sua industrialização. De maneira geral, tal dinâmica reflete as transformações do próprio capitalismo mundial e de como este - dada a particularidade da inserção de cada país, região ou cidade na divisão internacional do trabalho - se relaciona, modifica e impõe seu sentido ao espaço.⁵

Todavia, ao percorrermos a cidade de São José dos Campos examinando cuidadosamente seus aspectos morfológicos, a diversidade de seus bairros e regiões, bem como sua disposição no espaço urbano, o que se revela é uma cidade brutalmente desigual.

À medida que nos afastamos da região central e do eixo centro-oeste, centralidade imobiliária de alto padrão e de setores de comércio e serviços destinados aos estratos de alta renda, seguindo em direção aos extremos da mancha urbana, pudemos observar a acentuação das desigualdades espaciais, os traços da pobreza e da segregação, a precariedade das habitações, a distância e rarefação dos serviços públicos, assim como a escassez e até mesmo a ausência de infraestruturas. Em 2013, ainda na graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo, quando iniciamos nossa aproximação com a periferia, havia aproximadamente 160 loteamentos clandestinos em São José dos Campos, nos quais residiam aproximadamente 50 mil pessoas⁶ (isso sem contar os bairros hiper-segregados, resultados de políticas de remoções de favelas das áreas centrais para as extremidades da mancha urbana).^{7 8}

⁴ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), [2016?].

⁵ “A concentração dos capitais nas cidades foi exposta por Marx, já no início do processo de industrialização. Um salto adiante das forças sociais produtivas potencializa a inserção do espaço produzido, como condição e produto, do processo capital” (DAMIANI, 2009, p. 323).

⁶ São (2013).

⁷ Vale lembrar que embora as referidas políticas de desfavelização implementadas a partir do começo deste século estivessem acompanhadas da instalação de infra-estruturas nos novos bairros, tal fato não impediu, como constatamos em nosso TGI, a segregação, o isolamento e a estigmatização dos moradores.

⁸ Como uma parte considerável dos moradores das favelas trabalhava com reciclagem de materiais sólidos que coletavam nas áreas centrais ou adjacentes à antiga moradia, a pé ou utilizando suas carrocinhas, tal remoção deixou muitos deles sem perspectivas de trabalho. Os que conseguiram se reinserir no mercado de trabalho, na maior parte como diaristas e ajudantes de pedreiro, tiveram seus já parcos rendimentos atingidos pelo custo com as passagens de ônibus, agora, necessárias para o deslocamento ao trabalho, em geral extremamente distante do novo bairro. Isso sem contar a expropriação do tempo diário dos moradores. De maneira geral, a segregação começou bem antes da remoção, pois a inserção daquelas pessoas, desde que chegaram a São José dos Campos, sempre foi precária. Ver Brasil (2013).

Portanto, determo-nos nos níveis de desempenho econômico ou nos cartões postais de São José dos Campos, circunscritos, sobretudo, ao centro histórico e ao referido eixo da zona oeste, significaria reiterar a afirmação ideológica da totalização da parte e impedir a compreensão do processo em sua concretude. Consistiria não apenas em obliterar a enorme desigualdade característica da sociedade brasileira, mas, sobretudo, em desconsiderar a objetividade do processo de modernização ao deixar de relacionar as especificidades desse crescimento econômico, fundamentado no valor e baseado na relação social entre capital e trabalho, à formação de periferias urbanas e ao processo de pauperização, exclusão e segregação espacial de vastas parcelas da classe trabalhadora. Ou, ainda, em outros termos, seria separar aquilo que só tem sentido em sua relação, visto que são fenômenos originados no seio do próprio antagonismo de classes enquanto suporte da produção capitalista.

Nossa proposta de pesquisa sobre a formação e as transformações da periferia de São José dos Campos a partir da consolidação de uma economia de base urbano-industrial nos colocou diante de algumas decisões. Dada a impossibilidade de se estudar toda a periferia de uma cidade de mais de 600 mil habitantes⁹ da perspectiva de uma análise qualitativa, baseada em pesquisas de campo que compreendiam em seus planos de execução entrevistas semi-estruturadas, observação da dinâmica dos usos e da morfologia dos bairros, procuramos selecionar uma região que pudesse ser representativa em relação às particularidades da urbanização joseense.

É preciso esclarecer que ao mencionar toda a periferia, não nos referimos somente ao seu aspecto quantitativo, que sem dúvida possui notável relevância para a compreensão do espaço urbano. Pretendemos chamar a atenção, também, para as diferenças de conteúdo entre os bairros periféricos de São José dos Campos e até mesmo, em alguns casos, para sua heterogeneidade interna. Pela nossa hipótese, mais do que a região em que estão inseridos, essa distinção se relaciona à conjuntura histórica na qual foram constituídos. Nesse sentido, à exceção de uma categoria concebida no plural - já que pela nossa perspectiva a periferia é uma só, produzida e fundamentada na relação dialética com o seu outro, o centro - e guardada as devidas proporções numéricas em relação à região metropolitana de São Paulo, objeto de estudo de Kowarick (2009, p.43), concordamos com a definição do autor:

Periferias... No plural. Isto porque são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias

⁹ O último censo do IBGE, realizado em 2010, registrou uma população de 629.921 habitantes no município de São José dos Campos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

básicas, Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transportes, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas [...] Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia entre casa e trabalho. Lá impera a violência. [...] Lá é por excelência o mundo da subcidadania.

Após um período de dedicação a análises históricas, observações de campo, entrevistas, busca de identificação de nexos e relações sobre São José dos Campos, selecionamos a região do Parque Novo Horizonte, no extremo leste da cidade, como recorte empírico de nossa pesquisa. Loteado no final dos 1970, em um período que grande parte dos empregos no município ainda se encontrava no setor secundário, o Parque Novo Horizonte, localizado em um terreno então afastado a mais de quatro quilômetros do último bairro da zona leste¹⁰ na época, é considerado até hoje um dos principais, senão o principal bairro de origem operária da cidade. Entendemos, assim, ser um recorte espacial representativo de um período em que o capital industrial ainda era hegemônico e, por conseguinte, a reprodução do operariado, peça chave para a acumulação.

Nesse primeiro momento em que processo de urbanização joseense ainda tinha a grande indústria como seu indutor, consideramos a industrialização como o sentido e o conteúdo mais profundo daquela periferia que se formava. Dessa perspectiva, a própria eclosão do Parque Novo Horizonte nos colocou a necessidade de analisar o processo de industrialização nacional a fim de compreender as especificidades desse processo em São José dos Campos e sua constituição enquanto cidade industrial na periferia do sistema capitalista.

Pela nossa hipótese, a segregação e as condições precárias do bairro, as trajetórias de moradia e trabalho de seus moradores, bem como a relação destes com a cidade estão, assim, atravessadas pelo processo de industrialização, que, naquele momento, definia o próprio sentido da produção do espaço urbano – atingindo, por conseguinte, também os momentos de não-trabalho. Ao mesmo tempo, a experiência do trabalho industrial ensejava a formação de certo reconhecimento e identidade de classe que, em alguma medida, mobilizou os moradores para a formação de uma Sociedade Amigos do Bairro (SAB), que foi se constituindo como o principal canal de reivindicação de melhorias para o bairro junto ao poder público municipal.

Num segundo momento, tentamos compreender a periferia atual. Para isso, procuramos analisar não só as mudanças do Novo Horizonte, sua consolidação como centralidade de uma parte da periferia da zona leste e a inserção das novas gerações diante das dinâmicas do urbano e das metamorfoses do mundo do trabalho, mas, sobretudo, o

¹⁰ De acordo com nossas pesquisas iniciais, havia nas redondezas alguns pequenos, poucos e dispersos núcleos irregulares de moradia, com características predominantemente rurais.

crescimento da região, impulsionado pelo surgimento de diversos loteamentos, regulares e clandestinos, na esteira do movimento de implosão-explosão da cidade de São José dos Campos, ocorrido nos anos 1980.

A formação desses bairros se insere numa década marcada pela crise da dívida externa que asfixiou a economia brasileira e deu início a um longo processo de desindustrialização nacional. É também um período que pode ser identificado pelo início de um longo e contínuo processo de reestruturação produtiva que passaria a ser implementado pelas grandes indústrias. Tal processo trouxe graves desdobramentos para vastas parcelas da classe trabalhadora, principalmente, mas não só, as de baixa qualificação: desemprego estrutural, terceirizações, rotatividade, empregos temporários e extensão da informalidade.

Diferentemente de nossos entrevistados que chegaram à região no final dos anos dos 1970, os trabalhadores da periferia atual estão, por via de regra, ligados ao setor terciário. Não exatamente, porém, a serviços relacionados à tecnoburocracia ou ao terciário superior ligado às novas tecnologias, como os discursos ideológicos sobre São José dos Campos procuram exaltar.

De maneira geral, esses bairros também apresentaram em sua origem um histórico de precariedade semelhante ao do Parque Novo Horizonte. Contudo, a maior parte deles apresentou um percurso bem diferente do de seu predecessor, em especial os loteamentos clandestinos. Em agosto de 2016, quando encerramos as pesquisas de campo, muitos deles apresentavam condições bastante precárias, mesmo após três décadas de seu surgimento. Em que pese algumas diferenças, a autoconstrução, a inexistência de espaços públicos, a privação de redes de água e de esgoto, asfalto, serviços de saúde, escolas e a precariedade dos transportes públicos faziam parte do dia a dia de muitos de seus moradores. Para piorar a situação, a maneira dispersa e fragmentada como foram loteados, resultado de práticas ilegais efetuadas por uma máfia do setor imobiliário surgida na cidade na década de 1980, agravou a condição de isolamento e precariedade. Formaram-se, assim, loteamentos de pequena e média extensão sem espaços públicos e equipamentos coletivos, pulverizados em uma região então predominantemente rural, dificultando a comunicação, a identificação e os laços entre os moradores desses diferentes bairros, ainda que apresentassem história e problemas estruturais semelhantes.

Apesar do crescimento econômico e da consolidação do município como polo tecnológico, enfatizados nos recorrentes discursos dos representantes de setores do capital e do poder público municipal, para esses bairros o “progresso” anunciado pelo Parque Novo Horizonte é ainda incerto.

Para tentarmos entender esse processo em sua profundidade, procuramos articulá-lo ao movimento geral que Carlos (2009) identificou como a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro enquanto momento atual do circuito de realização do capital, o que gera, por sua vez, uma nova lógica ao processo de produção e reprodução do espaço urbano - intensificando seu estranhamento, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, este continua a ser o espaço de realização da vida.

A fim de examinarmos esses novos fenômenos e tensões em sua concretude, mobilizamos as categorias de análise de trabalho e urbano, considerando suas plasticidades internas no âmbito das leis objetivas do capital.

A escolha de tais categorias foi se consolidando à medida que seu movimento crítico ia sinalizando nas entrevistas com os moradores o peso sobre a vida e o aprofundamento da reificação. Nos momentos em que os relatos de dramas pessoais afloravam como sofrimento social, pareceu haver um breve reconhecimento (embora não nos termos que pudessem se configurar uma consciência de classe) da exploração e da alienação aos quais estão subjugados. Nesse sentido, estamos de acordo com Rocha (2000, p.7) que “as contradições são vividas. Ao passar pelo momento vivido não significa, necessariamente, que sejam percebidas como contradição, mas isto não elimina a possibilidade de crítica num movimento de superação.”

Conseguimos realizar, ao todo, 56 entrevistas. Deste total, 19 estavam diretamente ligadas ao Parque Novo Horizonte. Foram 16 entrevistas tanto com homens e mulheres que, em alguma medida, experienciaram os períodos de formação e de constituição do bairro, quanto com os que o conheceram de um período posterior, por terem chegado depois ou serem filhos e netos da primeira geração de moradores. As outras 3 entrevistas foram feitas com funcionários de equipamentos públicos do bairro: a escola estadual Professor Dorival Monteiro de Oliveira, a creche Professora Maria de Lourdes Constantino e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Isso sem contar as conversas fortuitas com membros do grupo de Vicentinos ligados à Paróquia do bairro e com transeuntes na praça Primeiro de Maio.

Outras 31 foram realizadas com moradores dos bairros do entorno¹¹, e que integram a região a qual o Parque Novo Horizonte atua como centralidade. Apesar de dar atenção ao movimento de todas elas - em especial ao percurso de moradia, à trajetória de trabalho e à

¹¹ Foram entrevistados 8 moradores do Portal do Céu, 6 do Majestic, 5 do Santa Hermínea, 2 do Santa Lúcia, 2 do Nova Esperança, 1 do Boa Esperança, 1 do Dom Bosco, 1 do Capão Grosso, 1 do Bom Retiro, 1 do Nova Michigan (ex-morador), 1 do Castanheiras, 1 do Santa Maria e 1 do Primavera I.

experiência do urbano das pessoas - e que nos ajudaram a refletir sobre a constituição de novas contradições e conteúdos, por força de circunstâncias de diversas naturezas, não conseguimos sistematizar a maior parte deste bloco de entrevistas no prazo prescrito para que pudesse ser inserida ao corpo do texto.

Por fim, foram mais 3 entrevistas com ex-dirigente sindicais e outras 3 com funcionários de secretarias ligadas a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2 da Secretaria Regularização Fundiária e 1 da Secretaria de Planejamento Urbano.

* * *

Entendemos que as transformações da periferia não podem ser compreendidas sem levarmos em conta o processo de urbanização de São José dos Campos. Ainda que consideremos a relevância de suas particularidades, tal processo, contudo, está inserido na dinâmica global da urbanização da sociedade. Isso posto, o movimento analítico de nossa pesquisa procurou apoiar-se conceitualmente no que Damiani (2000, 2009) concebe como urbanização crítica, a partir da qual procuramos tecer as considerações sobre nosso objeto de estudo.¹²

Procuramos, assim, situar a urbanização no interior da sociedade moderna, considerando as abstrações concretas que regem o processo social sob o domínio do capital e que a define.

A nosso ver, uma geografia que se propõe crítica deve apontar tantos os limites de concepções teóricas que consideram o espaço como um ente absoluto, receptáculo neutro de redes, fixos e fluxos, quanto as ideologias do planejamento urbano e do urbanismo que, conforme Lefebvre (2008, p. 49), “formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência.”

Nesse sentido, o movimento do pensamento visou à construção de uma problemática urbana que procurasse compreender o papel do *espaço em suas contradições* – localizando suas determinações históricas e o caráter social de sua produção. Para isso, o método teve um papel fundamental em nossa pesquisa.

¹² Conquanto nosso objeto de estudo seja a periferia, é preciso deixar claro que a reprodução crítica da sociedade capitalista e a negatividade do urbano atingem a todos, independentemente do bairro ou local de residência. Uns mais, outros menos e de diferentes formas, mas não passam incólumes a quem quer que seja.

De acordo com Damiani (2012),¹³ a aspiração à totalidade é o caminho da análise. Essa perspectiva foi se consolidando ao longo de nossa pesquisa à medida que dávamos continuidade às observações, entrevistas e análises empíricas que fizeram parte dos trabalhos de campo. Diante da complexidade da dinâmica da realidade e de sua aparência desconexa, o percurso em direção à totalidade, fundamentado na unidade entre teoria e prática, nos possibilitou a percepção da necessidade de superação do meramente dado e da imediatividade dos fatos no trajeto de construção do conhecimento, fazendo com que procurássemos, a todo instante, articular outros níveis de análise, os quais fossem pertinentes ao esclarecimento das questões que se apresentavam.¹⁴

Para Marx (2011), não é possível entender o real desconectado do conjunto das relações de produção que constitui a estrutura social, ou seja da *práxis*. “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na *práxis* humana e no compreender dessa *práxis*” (MARX, 1985c, p. 52). O estudo dos diferentes modos de produção anteriores na história da humanidade, de suas rupturas e continuidades, abrem possibilidades para a elucidação do caráter histórico das determinações e da dinâmica da própria atividade humana sensível, prevenindo mistificações oriundas de análises baseadas na ontologia do ser ou em princípios metafísicos, tal qual de análises do todo de *per si*, pois

¹³ Anotações em sala de aula do curso de graduação Teoria e Método II, ministrado pela Profa. Dra. Amelia Damiani no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2012.

¹⁴ Assim como nos permitiu a superação de uma forma de consciência que concebe a realidade como uma soma de indivíduos atomizados em dispersão vivendo em fragmentos de espaços igualmente sem correlação. A consideração da totalidade e o reconhecimento da importância da noção de mediação, a qual será apresentada nas páginas seguintes, nos levou a recusar também, é importante deixar claro dada a frequência deste discurso nos mais diversos setores da sociedade joiense, qualquer “explicação” que parta de uma vocação metafísica do município para industrialização, para o avanço tecnológico e para o empreendedorismo, este tão em voga no século XXI. Sobre o empreendedorismo, antes, o reconhecemos como uma ideologia que obnubila as contradições do sistema e reafirma uma forma de consciência fetichista e reificada. A crise estrutural em âmbito mundial, que se expressa, dentre outras maneiras, na corrosão da sociedade salarial e no desemprego, aparece localmente na naturalização de um individualismo cada vez mais brutal como “oportunidade para empreender”. Na ilusão gerada pela disseminação de um discurso único de exaltação da “criatividade” empreendedora, a maior parte das pessoas, na realidade do desespero causado pela incerteza da reprodução de sua própria existência, ao internalizar tal discurso insistentemente reiterado culpa a si mesma por não fazer parte dos “vencedores”. Não é à toa que esse assunto seja recorrente nos noticiários regionais, nos quais os “exemplos de sucesso”, geralmente um morador da periferia, identificado nos referidos jornais como empresário quando na maior parte das vezes está mais próximo das condições de um trabalhador precarizado e sem direitos, não são apresentados aos telespectadores ou leitores como o que de fato são: exceção. Ademais, os referidos veículos de informação sequer consideram os inúmeros contratempos de se dividir a mesma demanda quando a oferta do produto ou do serviço está circunscrita a uma região segregada. Tais reportagens, frequentemente, terminam com frases como: “a oportunidade está aí ao alcance de todos, basta ter coragem e saber aproveitá-la” ou “se você realmente acreditar no seu sonho, vai conseguir chegar lá”.

[...] criticar o todo enquanto todo seria abstrato, ‘não mediado’ e deixaria de lado o motivo principal da filosofia de Hegel: que ela não se deixa destilar em nenhuma ‘máxima’, em nenhum princípio universal, e que só se estabelece como totalidade no nexos concreto de todos os seus momentos (ADORNO, 2007, p.72).

As noções de abstração e de mediação social têm, pois, um papel fundamental na construção da análise. Segundo Marx,¹⁵ o movimento de compreensão da totalidade requer o caminho inverso ao proposto pela economia política clássica de se partir do concreto até chegar ao abstrato. Desta perspectiva, iniciar a análise de um dado país pelo real e concreto, pode parecer correto à primeira vista. O autor, no entanto, demonstra os equívocos de tal metodologia. Começar a análise com a população, por exemplo, nada mais é do que uma abstração, por deixar de fora as classes que a constitui; que, por sua vez, não dizem muita coisa se não são apresentados os elementos nas quais se baseiam, etc. Por outro lado, consoante o método apresentado por Marx,¹⁶ seria necessário ultrapassar

uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples.

Para, então, retornar à totalidade, agora, como rica totalidade de determinações, “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade.”¹⁷

Na Geografia, a preocupação com a localização e a descrição das diversas atividades humanas, dos diferentes objetos geográficos e dos fluxos de pessoas e produtos fez com que diversas de suas correntes teóricas associassem o espaço a um quadro físico. Até a segunda metade do século XX, prevaleceu o âmbito da materialidade na análise do espaço geográfico, o qual não considerava conceitualmente as descontinuidades e transformações históricas em curso a partir do desenvolvimento da grande indústria (DAMIANI, 2009).

A ciência do espaço, de fundo físico-matemático, cartesiana, é serventia de estratégias espaciais de domínio da natureza, das forças produtivas sociais, mas não de sua apropriação social. Instala-se um pensamento formal sobre o espaço que sujeita as práticas sociais; ele definido definitivamente como coisa estendida, espaço neutro a abrigar objetos e ações, situações diversas, determinando sua universalidade abstrata (DAMIANI, 2009, p. 309).

Para Lefebvre (2000), a perspectiva analítica que considera o espaço apenas enquanto materialidade corre o risco de confundi-lo com a própria realidade e, assim, cair em uma

¹⁵ MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁶ Ibid., p.54.

¹⁷ Ibid., p.54.

dupla ilusão: a de uma espacialidade que elimina a história; e a de uma suposta transparência do espaço, que elimina seu próprio conteúdo – já que nessa perspectiva antidialética por excelência, o conteúdo se reduz à forma e a forma aparece imediatamente como essência.

Somente com muita dificuldade, a ciência geográfica conseguiu superar a noção de espaço material, abrindo possibilidade para pensar o espaço como uma produção social e, nesse sentido, construir os fundamentos da noção de *produção do espaço* sob orientação do materialismo histórico dialético – o que permitiu “pensar a contradições do processo e, com isso, situar o papel dessa produção na totalidade da produção social capitalista” (CARLOS, 2011, p.64). Assim, conforme o exposto, o sentido da produção do espaço na sociedade atual é definido por um contexto objetivado pelo pressuposto da acumulação.

Sob o domínio do capital, o sentido da produção e reprodução da sociedade aponta, portanto, para a valorização e realização do valor. No entanto, as metamorfoses que o processo do capital suscita enquanto desdobramentos de sua negatividade imanente impõem um movimento contraditório à realidade em função da necessidade tanto da reiteração de suas categorias, quanto da produção de novas condições que visem à continuidade da acumulação – o que nos coloca diante de uma reprodução social crítica, haja vista a corrosão dessa arquitetura categorial, intensificada pela atual hegemonia do capital financeiro, e a queda tendencial das taxas de lucro, já elucidada por Marx (1986).

As incessantes transformações dos modos de produzir no capitalismo, geradas pelo automovimento do capital, ao aparecerem como desenvolvimento das forças produtivas e circulação simples, obscurecem a própria crise da valorização do valor, tal como a produção ideológica burguesa, ao naturalizar a aceleração do tempo social e o imperativo (lógica) do consumo como sentido maior da vida, embota o aprofundamento dos processos de alienação, reificação e expropriação do tempo.¹⁸

Segundo Damiani (2009) é preciso compreender o lugar da produção do espaço no interior dessa reprodução social. “O sistema automático da maquinaria, decifrado por Marx, conduz à categorização da produção do espaço, como sua atualização” (DAMIANI, 2009, p. 322), tanto por generalizar suas conquistas em relação ao aumento da produtividade, que incluem a formação historicamente determinada da categoria de força de trabalho e do advento de novas formas de exploração humana, quanto pela ressignificação das formas de uso.

¹⁸ Para um melhor entendimento a respeito das modificações do tempo social na modernidade, ver Kurz (2004).

[...] No processo de produção do capital, o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, um sistema automático de maquinaria [...] posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se move a si mesma; este autômato se compõe de muitos órgãos mecânicos e intelectuais, de tal modo que os próprios trabalhadores só estão determinados como membros conscientes de tal sistema [...] A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do trabalhador individual [...] A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera abstração da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso [...] Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido sob o objetivado, que opera de maneira autônoma (MARX¹⁹ 1977 apud DAMIANI, 2009, p.322).

A produção do espaço se insere, por conseguinte, no movimento de extensão e intensificação do processo do capital ao longo do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial com expansão territorial do fordismo. O desenvolvimento do mundo da mercadoria, concretizado pelo aumento exponencial da produtividade do capital, é o momento histórico no qual a lógica da universalidade da troca, que distingue a sociedade moderna das anteriores, ultrapassa o chão de fábrica e passa a atingir e redefinir todos os momentos da vida (LEFEBVRE, 1991, 2000).

Nesse percurso, a produção do espaço “generaliza têmporo-espacialmente os fundamentos da sociedade moderna” (DAMIANI, 2009, p. 327). Conforme Carlos (2009, p.295), há o “aprofundamento da mundialização (...) enquanto ação e projeto de reprodução global em todos os lugares, transformando, deteriorando e reformulando antigas relações socioespaciais para atender a uma nova ordem.”

Feitas as devidas considerações, podemos, agora, retomar a questão da urbanização – já não mais autonomizada. De acordo com Damiani (2009), ao situá-la e dialetizá-la no interior do processo do capital, a fim de examinar mais atentamente sua pertinência real, procura-se abrir caminho para a elaboração de uma concepção que apreenda seus conteúdos e a aprofunde conceitualmente como *urbanização crítica*.

Dessa perspectiva, a urbanização crítica adere à idéia de que a produção do espaço constitui a atualização da grande maquinaria nos séculos XX e XXI. Nesses termos, o que apareceria como derivação da relação direta da produção do espaço com a grande maquinaria, tal qual a projeção da divisão social do trabalho, os quais proporcionariam o entendimento do espaço produzido quanto à necessidade da produção e realização de mais valia que o configura – simultaneamente, confere a possibilidade também de determinar “o vasto

¹⁹ MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)** 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1977, volumes 1 e 2.

processo de alienação interior à produção do espaço; assim, seu sentido pleno na reprodução da sociedade” (DAMIANI, 2009, p. 327).

Com efeito, pelo movimento da argumentação até aqui exposto, podemos afirmar que a própria produção da cidade contemporânea é um momento da produção do espaço. Algumas colocações, no entanto, precisam ser feitas.

O capital não é um conceito trans-histórico. Seu surgimento e a necessidade de sua reprodução ampliada mudam completamente o sentido da cidade ao longo da história da humanidade, subsumindo-a e transformando-a de acordo com a lógica da produção mercantil, constituinte da sociedade moderna. Tal ponderação previne comparações entre cidades (a cidade grega, a cidade medieval, a cidade comercial, a cidade industrial) que nada têm de comparáveis - quando se abstrai, nessa confusão, as relações sociais as quais cada uma delas era solidária (LEFEBVRE, 2008) - assim como evita a aceitação de ideologias subjacentes como:

[...] o *organicismo* (cada “sociedade urbana”, em si mesma seria um “todo” orgânico), o *continuismo* (haveria continuidade histórica ou permanência da “sociedade urbana”), o *evolucionismo* (os períodos, as transformações das relações sociais, esfumando-se ou desaparecendo) (LEFEBRE, 2008, p. 13).

A cidade contemporânea guarda, pois, as especificidades próprias da dinâmica interna das abstrações concretas que regem a sociedade moderna. De tal forma que, além de momento (no tempo histórico), sua produção é também um movimento da produção do espaço (e não só a projeção das necessidades e condições para acumulação) redefinida pela exigência de uma reestruturação contínua, necessária à fantasmagoria da objetividade do valor (MARX, 1985) e intensificada pela grande maquinaria.

De *locus* da produção de mercadorias e de desigualdade social²⁰ - enquanto resultado e condição da relação-capital - a cidade capitalista, frente à queda tendencial das taxas de lucro, concomitante ao crescimento da produtividade do capital, “é cada vez mais produzida como mercadoria, em fragmentos, por meio do trabalho nela cristalizado, que contém em si valor (valor de uso e valor de troca) e também como meio de circulação do capital [...]” (ALVAREZ, 2015, p.66).

²⁰ Aqui, referimo-nos, especificamente, à cisão entre os indivíduos que detêm a propriedade privada dos meios de produção e os que não a detêm.

Diante das constantes crises de acumulação, a cidade, em função da baixa composição orgânica do capital imobiliário (LEFEBVRE, 2008b), passa a ser cada vez mais incorporada aos circuitos da valorização - atualmente, sob a hegemonia do capital financeiro.²¹

[...] O capital busca possibilidades de reinvestimento nas quais seja possível acumular nas taxas almejadas ou simplesmente garantir a absorção do capital [...]. A expansão e a reprodução do urbano emergem como esta possibilidade, mas o que se coloca como horizonte é a produção e/ou reprodução de um espaço produtivo, no sentido de que o seu uso seja mediado pelo valor de troca, o que implica a seleção, via mercado, dos sujeitos sociais capazes de acessá-los. (ALVAREZ, 2013, p. 114)

Segundo Carlos (2009), há uma superação da condição de fixidez do setor imobiliário no momento em que a financeirização passa a orientar o processo de acumulação. Nessa articulação com o setor financeiro, o setor imobiliário (que envolve também o setor produtivo) ganha liquidez. Com isso, os lucros nos negócios urbanos redistribuem-se pelo mundo – uma vez que a produção do espaço local é regida por estratégias globais.

Conforme o exposto, entendemos que as metamorfoses no processo de reprodução atual da sociedade atingem cada vez mais em intensidade e extensão a realidade urbana. De acordo com Alvarez (2015, p.66)

[...] o que parece estar posto é que a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada e mediada pela propriedade, bem como as necessidades e interesses de classe, fundamentam o processo de produção da cidade capitalista.

1.1. Uma brevíssima apresentação dos fundamentos da crise do trabalho (e do capital)

Como apontamos, o sentido da produção do espaço é definido pela lógica da produção capitalista.

O capital, no entanto, não é um ente natural ou a-histórico, mas uma relação social historicamente determinada entre capital e trabalho assalariado, cujo objetivo é a realização *ad aeternum* de seu conceito: valor que se valoriza a si mesmo.

Só o trabalho abstrato, posto na relação com o capital, é capaz de produzir valor. Portanto, sem a noção de classe, o trabalho não pode compreendido como o que de fato é em

²¹ Esse é o sentido do processo delineado ainda no século XIX com as reformas urbanas de Paris pelo Barão de Haussmann, intensificado na segunda metade do século XX com a total sujeição do solo ao mercado, como possibilidade de resolução do problema do capital excedente decorrente das constantes crises de superprodução (HARVEY, 2009).

sua especificidade moderna:²² substância de uma forma. Nesse sentido, sem a noção de classe não é possível conceitualizar a sociedade burguesa.

A relação de classe entre capitalista e trabalhador assalariado já existe, já está pressuposta no momento em que ambos se confrontam no ato D – FT (FT – D, da perspectiva do trabalhador). É compra e venda, relação monetária, porém uma compra e venda em que pressupõem o comprador como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado, e essa relação está dada pelo fato de que as condições para a realização da força de trabalho – meios de subsistência e meios de produção – estão separadas, como propriedade alheia, do possuidor da força de trabalho. [...] A relação-capital durante o processo de produção só aparece porque existe em si no ato da circulação, nas diferenciadas condições econômicas de base em que o comprador e vendedor se confrontam em sua relação de classe. A relação não é dada pelo dinheiro; é antes a existência dessa relação que pode transformar a mera função monetária em função de capital. (MARX, 1985b, p.29)

Essa teoria é fundamental para a compreensão da esfera política na sociedade civil. As tensões e embates sociais em seus diferentes níveis e formas de organização (partidária, sindical, movimentos sociais) representam, em síntese, os interesses de classes.

Todavia, em que pese sua real importância, o movimento da realidade social não pode ser entendido como reflexo imediato dessa luta de classes enquanto uma afirmação em si de cada uma delas. Antes, é preciso levar em conta que os desdobramentos dessa disputa de forças e o alcance possível de seu resultado estão, fundamentalmente, determinados pelo domínio do capital, que na sociedade moderna submete a si a produção social e o contexto geral de reprodução da vida em todas as suas dimensões. De acordo com Fausto (2015, p. 50)

O discurso teórico marxista em sentido estrito – o que se refere às estruturas do capitalismo – não tem como objetivo central o operário e o capitalista, mas o capital. Lembrando que o operário e o capitalista são suportes do capital (e, enquanto tais, num sentido – indicado – seus predicados), poder-se-ia dizer agora, sempre inserindo o discurso teórico marxista no esquema totalizador – o discurso teórico marxista em sentido estrito tem como objeto central não os predicados do sujeito pressuposto “homem”, mas o sujeito real “capital”, cujos predicados – suportes – reais são os predicados (negações) “do” sujeito pressuposto “homem.”

Enquanto “sujeito real” da produção social no mundo moderno, o capital se constitui numa potência formal que domina toda a sociedade através da forma valor. O estudo de sua

²² “[...] as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração -, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.[...] Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, condições de existência [...]” (MARX, 2011, p.58- 59).

lógica e de sua estrutura contribui de maneira significativa para a compreensão da dinâmica do real, determinada pelo processo cíclico: dinheiro – mercadoria – mais dinheiro... O capital

É um movimento, um processo de circulação por diferentes estágios que, por sua vez, novamente abrange três formas diferentes do processo de circulação. Só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa em repouso. Aqueles que consideram a autonomização do valor uma mera abstração esquecem que o movimento do capital é essa abstração *in actu*. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais se mantém e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta (MARX, 1985b, p.78).

Há portanto, aqui, não só o surgimento de uma lei social que vai sendo naturalizada, mas de um sentido e de uma objetividade que se autonomizam, escapando do controle dos próprios homens. Nesse movimento histórico e lógico, o capital se torna o sujeito automático²³ do processo de valorização, prevalecendo sobre interesses e potencialidades de indivíduos e classes, pois pressuposto a todos.

Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial isolado, de modo que este funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista produtivo, mediando, por conseguinte, o ciclo por sua atividade. Caso o valor-capital sofra uma revolução de valor, então pode ocorrer que seu capital individual sucumba ante ela e submerja por não poder preencher as condições desse movimento de valor. Quanto mais agudas e freqüentes se tornam as revoluções de valor, tanto mais se impõe, atuando com a violência de um processo natural elementar, o movimento automático do valor autonomizado em face da previsão e do cálculo do capitalista individual, tanto mais se torna o curso da produção normal vassalo da especulação anormal, tanto mais se torna perigoso para a existência dos capitais individuais. Essas periódicas revoluções do valor confirmam, portanto, o que pretensamente deveriam refutar: a autonomização que o valor enquanto capital experimenta e que por meios de seu movimento conserva e acentua.²⁴

No âmbito da concorrência universal impulsionada pelas leis cegas do sistema, o capitalista individual só consegue “existir ou continuar existindo enquanto o valor-capital for valorizado [...] portanto, enquanto as revoluções de valor são, de algum modo, superadas e compensadas.”²⁵ Com efeito, o aumento da produtividade é, por conseguinte, uma necessidade objetiva posta pelo movimento fetichista do capital.

Nesse sentido, se por um lado o desenvolvimento das forças produtivas proporciona o crescimento da riqueza material, por outro acorrenta a produção social à forma valor, fazendo com que a apropriação dessa riqueza socialmente produzida seja privada e, à medida que o

²³ MARX, K. **O capital. Livro segundo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

²⁴ Ibid., p. 78-79.

²⁵ Ibid., p. 78.

capital se mundializa, vai se “constituindo a totalização de um processo de proletarização gigantesco e predatório” (DAMIANI, 2009, p. 318).

Do ponto de vista lógico, os efeitos do movimento interno do capital, ainda que apareçam como investimentos em capital fixo, são, em essência, o desenrolar de sua contradição imanente, sempre aprofundada: o processo de destruição da fonte da substância do valor.

No curso de sua autonegação, quanto mais o capital consegue intensificar a exploração de trabalho vivo na produção pelo desenvolvimento exponencial das forças produtivas, maior é a dispensa de trabalho vivo no interior do processo produtivo e, com isso, menor a capacidade de extração de mais-valia.²⁶ A racionalidade da sua lógica é a própria eliminação dos seus fundamentos.

Nesses termos, o que aparece apenas como valorização é, simultaneamente, crise de valorização, o que nos coloca diante de uma totalidade contraditória e de um processo de reprodução social essencialmente crítico.

Não se trata, portanto, de desconsiderar a importância da industrialização, o desenvolvimento das forças produtivas, o crescimento econômico e os avanços da tecnologia – mas de uma análise socio-lógica de como o que poderia proporcionar a emancipação humana se converte no seu negativo. Com efeito, as consequências do que Marx (2011) chamou de contradição em processo têm sido muitas em todo o mundo: desemprego estrutural, precarização do trabalho, aumento da desigualdade, diminuição dos ritmos de crescimento, crise fiscal dos Estados, inchaço do setor terciário, especulação e vultosos investimentos de capitais no mercado imobiliário, e, principalmente, o deslocamento do capital da produção para sua valorização especulativa no mercado financeiro.

Em consonância com a perspectiva exposta, terminamos esse breve capítulo com uma citação sobre método pelo qual procuramos conduzir nossa pesquisa e que o leitor poderá vislumbrar ao longo dos demais capítulos desta dissertação.

Em sua forma mistificada a dialética foi uma moda alemã, pois ela parecia transfigurar o existente. Em sua figura racional, ela é um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, porque ela inclui no entendimento positivo do existente ao mesmo tempo também o entendimento de sua negação, de seu declínio necessário, apreendendo cada forma passada no fluxo do movimento, portanto, conforme seu lado efêmero; ela não deixa se impressionar com nada, é crítica e revolucionária por natureza (MARX, 1985. p.21).

²⁶ “O conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno, o conhecimento de seu caráter histórico e o conhecimento de sua função real na totalidade social formam, portanto, um ato indiviso do conhecimento” (LUKÁCS, 2003, p. 86).

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO O SENTIDO E O CONTEÚDO DA PERIFERIA QUE SE FORMA

“Tem gente que sonha em entrar lá [na grande indústria]. Mas se o cara for da produção, isso é rabo de foguete, tem que produzir, tem que trabalhar mesmo. É tudo em linha, você parou, a outra máquina para também.”

(Sr. José, trabalhador da grande indústria nos anos 1980 e 90 e morador do Parque Novo Horizonte)

A compreensão da industrialização de São José dos Campos nos remete à análise do processo de industrialização nacional, que por sua vez não pode ser entendido sem o devido exame das particularidades de sua inserção no capitalismo mundial. Assim, antes de apresentarmos nossas reflexões sobre a relação entre industrialização e urbanização em São José dos Campos, faremos uma breve discussão sobre a industrialização nacional, tendo em vista que seus fundamentos nos ajudam a explicar a periferia através de conceitos como superexploração do trabalho e espoliação urbana.

Ainda que possamos localizar algumas indústrias de bens de consumo não duráveis no Brasil nas primeiras décadas do século XX, é somente a partir de 1930 com o presidente Getúlio Vargas que o país dá início a um projeto de industrialização nacional – a chamada política de substituição de importações, baseada nas indústrias pesada e de bens de consumo não duráveis e com grande regulação e participação estatal. Com isso, o setor industrial se tornou o centro dinâmico da economia brasileira. Segundo Furtado (1981, p. 29), ao longo dos anos 1930, “ a produção industrial cresceu com uma taxa anual de 5,2 por cento, o que permitiu ao PIB aumentar com uma taxa anual de 4,6, não obstante o declínio considerável do comércio exterior.”

Na segunda metade da década de 1950, o projeto de modernização do país avança de forma ainda mais célere, desta vez sob a base do nacional-desenvolvimentismo, arquitetado e conduzido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Em seu Plano de Metas, cujo o propósito de crescimento já estava explícito no *slogan* “50 anos em 5” e do qual fazia parte a construção de Brasília como um dos pilares do projeto de integração do território nacional, JK procurou elaborar uma política econômica que proporcionasse a expansão, a aceleração e a modernização do parque industrial brasileiro. Para criar as condições necessárias ao

desenvolvimento capitalista nacional, JK buscou articular a um forte intervencionismo estatal os interesses da burguesia nacional e estrangeira. De forma geral, o Plano de Metas significou tanto uma concentração qualitativa na região sudeste quanto uma diversidade industrial, com destaque para as indústrias de bens de consumo não duráveis e do setor de autopeças por parte do capital nacional e para a instalação de filiais de multinacionais principalmente do setor automobilístico por parte do capital estrangeiro, enquanto o Estado, pela via do endividamento externo, se responsabilizava pelos investimentos em infraestruturas necessárias à acumulação, como a construção e modernização de redes de transporte (com ênfase nas rodovias), dos setores de comunicação, energia, siderurgia, etc.

A política nacional-desenvolvimentista teve continuidade durante a Ditadura Militar. Os generais que governaram o Brasil nesse período ampliaram os investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, suprimindo, porém, o controle de capitais estrangeiros. De acordo com Furtado (1981), entre 1947 e 1967, a taxa de crescimento médio anual girou em torno de 7 por cento, quadruplicando o valor total da produção.

Entre 1967 e 1972, período que ficou conhecido como “milagre econômico”, o Brasil conheceu o maior crescimento de sua história, chegando a atingir uma taxa média anual de 10%. Vale destacar que esse crescimento baseava-se, sobretudo, no endividamento externo, na concentração do consumo nos setores urbanos de rendas alta e média e na superexploração dos trabalhadores da cidade e do campo, fatores que contribuíram para a produção de uma enorme concentração de renda, assim como para o aprofundamento do abismo social.

Após esse breve discorrer sobre a industrialização brasileira e a fim de evitar generalizações simplistas, procuramos apresentar as concepções teóricas nas quais fundamentamos a análise sobre a industrialização e de seus desdobramentos no fenômeno urbano, não a separando de seu real sentido, a saber, a reprodução ampliada do capital.

Partindo dessa perspectiva, o percurso de nossa reflexão sobre a expansão do capitalismo industrial no Brasil tem como base a Teoria Marxista da Dependência (TMD), de Marini (2005), e a Crítica à Razão Dualista, de Oliveira (2003).

Com efeito, a TMD é, também, a exposição da insuficiência da Teoria do Desenvolvimento (TD), para a qual a superação do atraso e do subdesenvolvimento dos países da América Latina consistiria na elaboração de políticas econômicas que os possibilitassem cumprir as etapas da industrialização já percorridas pelos países do centro do capitalismo, o que, supostamente, permitiria àqueles alcançar patamares de acumulação e desenvolvimento similares ao dos países centrais.

Pois, para Marini (2005), em que pese a importância e a seriedade intelectual e política dos teóricos do Desenvolvimento, essa hipótese não levaria em conta a existência de uma estruturação hierarquizada entre as economias mundiais, pela qual ocorre um processo permanente de transferência de valor da periferia para o centro do sistema, ou, em outros termos, dos capitais menos produtivos (países exportadores de produtos primários e de industrialização tardia) para os capitais mais produtivos (sediados nos países centrais) no âmbito do comércio mundial. Com efeito, em países de industrialização retardatária como Brasil, o processo de modernização, mediante a transferência de mais-valia e a remessa de lucros para a matriz, antes reproduziria o próprio subdesenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2003, p.32), “o subdesenvolvimento é uma produção da expansão do capitalismo”, é uma forma de ser do próprio capital.^{27 28} E, em alguma medida, esse processo de reprodução da desigualdade ocorre também internamente. É nesse sentido que os setores atrasados da economia, a miséria, a desigualdade, a periferia, mais do que produtos, são funcionais ao próprio processo endógeno de modernização nacional, que se vale dessa estrutura, “(...) o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Vale lembrar que embora o subdesenvolvimento seja uma formação capitalista e não simplesmente histórica (OLIVEIRA, 2003),²⁹ a possibilidade de superação do “atraso” do país

²⁷ Ainda nesse plano de análise, é possível argumentar que os abismos entre centro e periferia não apenas foram gerados por relações comerciais entre países que apresentam níveis extremamente desiguais de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e de poder político e militar, como também essas relações reproduzem a desigualdade, ou, melhor, essa condição desigual. Desse modo, o entendimento dos processos históricos de composição das relações de forças entre os Estados Modernos, assim como da lógica do capital, que os antecipa e rege seu desenvolvimento, desvela o caráter social e histórico de suas determinações. Nesse sentido, é importante destacar o papel da acumulação primitiva (MARX, 1985a) como um momento lógico e histórico na formação do capital. Constituída por relações baseadas na violência extraeconômica (colonização, dívida pública dos Estados europeus, expropriação de ouro e prata na América Latina, expropriação das terras comunais) durante os séculos XVI e XIX, a acumulação primitiva também propiciou a constituição das categorias do próprio do capital, como a força de trabalho, e, assim, a possibilidade de sua reprodução por meio de relações capitalistas.

²⁸ Da perspectiva da crítica imanente, tanto da história da modernização quanto do valor como fundamento da produção social, ainda que se possa pensar numa correlação de forças políticas favorável aos campos progressistas e detentora de certa autonomia nacional, não é possível avistar solução das disparidades e conflitos sob a perspectiva temporal do subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas sequenciais, tendo em vista que o movimento do capital, no qual se baseia a produção, é essencialmente negativo e suas contradições, portanto, insolúveis.

²⁹ Na condição de colônia de Portugal, o Brasil foi inserido no processo de mundialização em curso no século XVI como exportador de produtos primários para a Metrópole. O impedimento de cumprir outro papel nas trocas comerciais imposto por Portugal impossibilitou o desenvolvimento de outras atividades econômicas na colônia, ao mesmo tempo em que a obrigava a adquirir exclusivamente de Portugal os produtos manufaturados de que necessitava, participando assim, tal qual outras colônias, sistematicamente como fonte da acumulação primitiva

pela via de um projeto de modernização nacional, sustentada pelos teóricos do desenvolvimento, ainda assim, foi obstaculizada por decisões políticas atreladas aos interesses econômicos da elite nacional. É necessário, pois, ter presente que o caráter da modernização conservadora empreendida no país guarda estreita relação com as características endógenas da estruturas de dominação, nas quais se baseiam a acumulação. A tecitura de acordos entre as burguesias nacional e estrangeira, a fim de que aquela conservasse sua dominação social, não obstante em troca de uma posição internacional secundária (OLIVEIRA, 2003), evidencia a força política das classes e grupos dominantes nacionais (a reboque de seu poderio econômico) em fazer valer seus interesses.

A consideração da teoria de classes, tal qual o papel do Estado como instrumento de defesa e efetivação dos interesses da burguesia e demais setores do capital, é, portanto, imprescindível para o entendimento da modernização nacional conservadora, na qual ao mesmo tempo em que havia crescimento econômico, se intensificava a concentração de renda, a desigualdade e a exploração das classes trabalhadoras na cidade e no campo, fatores estes que dificultaram, quando não impediram, o acesso às condições básicas a uma vida digna e ao exercício da cidadania para grande parte da população.³⁰ Conforme apontou Furtado (1981), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 1976, mostrou que 44% das famílias brasileiras se incluíam no que se considerava a faixa de pobreza. Como o salário mínimo decrescera nos últimos vinte anos anteriores, “o menos que se pode concluir é que cerca de metade da população foi excluída de qualquer benefício do considerável aumento de produtividade ocorrido durante esse período” (FURTADO, 1982, p. 59). As consequências da desigualdade comprometiam, inclusive, o desenvolvimento da pessoa humana. Ainda segundo o autor

do capital. A continuidade de sua condição de exportador de produtos primários durante os chamados ciclos econômicos, mesmo após a independência, valendo-se tanto trabalho escravo como, depois, do trabalho assalariado, manteve a mesma lógica de transferência de valor para o capital mais produtivo (lembrando que, no século XIX, os principais países europeus já passavam pela segunda revolução industrial). Se, por um lado, tal condição dificultava a diversificação da economia, por outro, era conveniente para as elites agrárias, que aliás procuravam mantê-la. Conservando, assim, através das diversas formas dominação política, que muitas vezes se valia da violência, o Estado submetido a seus interesses de concentração da riqueza socialmente produzida.

³⁰ Cabe ressaltar que muitas dessas decisões que ajudaram a constituir a natureza da modernização nacional se valeram de medidas antidemocráticas e violentas. Os governos militares, por exemplo, utilizaram várias formas de repressão contra os trabalhadores do campo (principalmente contra às Ligas camponesas no Nordeste) e da cidade, como intervenções em sindicatos e federações de trabalhadores e prisões de dirigentes sindicais (FAUSTO, 2006). Assim como contra quem contestava a ditadura: cassação de mandatos políticos ligados aos interesses das camadas populares, perseguição a professores, estudantes e intelectuais, etc. Repressão que viria recrudescer com o AI 5, baixado em 1968, o qual determinava, entre outras medidas, a suspensão dos direitos civis e políticos, a censura dos meios de comunicação e a prisão e tortura contra os oponentes do governo militar.

Existe evidência de que 21 por cento da população brasileira de menos de 17 anos incluem-se nos chamados segundo e terceiro graus de desnutrição, que se manifesta em um peso inferior a 75 por cento do normal. A mortalidade infantil no conjunto do país é de duas a três vezes superior a de países de nível de renda similar. O seguinte cálculo tem sido feito: dos 4 milhões de crianças que nascem atualmente no decorrer de um ano no Brasil, 360 mil deverão morrer antes de completar um ano de idade; [...]. (FURTADO, 1981, p. 60)

Entendemos que a desigualdade na correlação de forças entre capital e trabalho possibilitou o desenvolvimento capitalista na periferia do sistema com base no que Marini³¹ denominou de superexploração do trabalho, condição exercida através da imposição de três mecanismos, a saber, intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do fundo de consumo do trabalhador. Trata-se, pois, de mecanismos que se apoiam na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, o que seria condizente não apenas com a diferença de desenvolvimento das forças produtivas entre centro e periferia, mas também com os tipos de atividade que nesta se realizam.

De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento de trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional.³²

Tais considerações nos remetem a pensar sobre a importância da relação entre campo e cidade no processo de modernização nacional, evitando dessa forma, também, qualquer espécie de reducionismo ou naturalização em relação aos movimentos migratórios do campo para a cidade, importantes para a análise da formação da periferia e do processo de espoliação urbana (KOWARICK, 1980).

Segundo Oliveira (2003), na passagem da economia nacional de uma base agro-exportadora para urbano-industrial, a agricultura adquiriu uma nova função, que cumpria um papel fundamental para a reprodução das condições de expansão da acumulação urbano-industrial brasileira. Se por um lado o subsetor dos produtos de exportação gerava recursos que possibilitavam a importação de bens de capital e intermediários, de outro, o subsetor de produtos destinados ao consumo interno tinha como finalidade suprir a alimentação da população das cidades a um custo baixo, reduzindo assim, significativamente, os custos de reprodução da força de trabalho urbana.

³¹ MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 131-172.

³² Ibid., p.149.

De acordo com Oliveira³³, a solução para o chamado “problema agrário” se baseou no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na articulação desses fatores pelo Estado, que se responsabilizava pela construção de infraestrutura. De um modo geral, o processo se dava através uma permanente expansão horizontal condicionada à manutenção de coeficientes de capitalização bastante baixos. Uma acumulação primitiva particular na qual não se expropria a propriedade, mas o excedente que se forma pela posse transitória da terra. “Em certas condições específicas”, quando o capitalismo “cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética.”³⁴ Na abertura de fronteiras, o trabalhador rural desmata, destoca, e cultiva as lavouras de subsistência e nesse mesmo processo também ele prepara a terra para a formação de pastagens ou para as lavouras permanentes, que são do proprietário.

Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios [...] que abastecem os grandes mercados provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa na cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade.³⁵

Assim, ainda segundo o autor, com o rebaixamento dos custos da alimentação, o modelo descrito ensejou a formação de um amplo operariado rural, submetido a altas taxas de exploração do trabalho, que servia às culturas comerciais do mercado interno e externo.³⁶

A manutenção e a ampliação dos padrões “arcaicos” combinadas com as novas relações de produção no setor agropecuário possibilitaram o enorme crescimento dos setores industriais e de serviços:

Em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que amplificou as possibilidades da acumulação industrial [...]. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. (OLIVEIRA, 2003, p.46).

³³ OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

³⁴ Ibid., p.43.

³⁵ Ibid., p.43.

³⁶ “No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletário: tanto a legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia[...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 45).

2.1. O fordismo como uma das bases da indústria nacional

Até a crise do petróleo em 1973 e de seus desdobramentos na economia global, o centro do sistema capitalista vinha, desde o fim da segunda guerra mundial, atingindo níveis exponenciais de crescimento, período que ficou conhecido como a “Era de Ouro do Capitalismo”. Com efeito, o próprio crescimento econômico nacional se valeu dessa expansão do comércio mundial.

Contudo, esse imenso crescimento acabou por colocar as grandes corporações mundiais, sediadas nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, defronte da iminência de saturação da demanda interna, ao mesmo tempo em que se viam na necessidade objetiva de dar continuidade à reprodução ampliada de seus capitais.

Uma das soluções encontradas para a crise que se anunciava foi a instalação de filiais nos então chamados Países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil. Com isso, abria-se para as grandes corporações a possibilidade de ampliação de seu mercado consumidor, de aquisição de matérias-primas baratas, de relação com Estados-Nação nos quais as legislações ambientais eram bem menos rigorosas, assim como a possibilidade de barateamento do preço da força de trabalho. Fator este obstado nos Estados de Bem Estar Social Europeu e Norte-Americano em virtude do poder de negociação dos sindicatos, conquistado graças à organização e a luta da classe trabalhadora, assim como a uma correlação de forças que lhe era favorável naquele momento histórico.

Vale lembrar que é nessa conjuntura mundial que grandes multinacionais se instalam em São José dos Campos, a partir da década de 1950. Entretanto, há que se levar em conta que as etapas que caracterizaram o modelo clássico de desenvolvimento industrial não se repetem no Brasil. As corporações que se instalaram em território nacional já dispunham de grandes investimentos em capital constante e, por conseguinte, acabaram por usar, proporcionalmente, uma quantidade de força de trabalho inferior ao que fora necessário no início do desenvolvimento das mesmas nos países centrais. Conquanto, entre os anos 1950 e 1980, grande parte da classe trabalhadora de São José dos Campos estivesse empregada no setor secundário, proporcionalmente, em relação à industrialização no centro do sistema-mundo do capital, a industrialização joseense se constituía já em sua gênese como dispensa de força de trabalho. Dinâmica esta que se intensificaria décadas mais tarde com o processo de reestruturação produtiva.

* * *

Tal qual nos países centrais, as indústrias nacionais e estrangeiras de grande porte que se estabeleceram em São José dos Campos baseavam-se em um regime de acumulação do tipo fordista. Visto que grande parte dos antigos moradores do Parque Novo Horizonte era formada por trabalhadores fabris e que naquele momento (segunda metade da década de 1970) o operariado ainda era um elemento importante para o processo de acumulação no Brasil, entendemos que ao recuperar algumas considerações sobre o fordismo podemos contribuir de modo mais concreto para as reflexões sobre as transformações da periferia, sobretudo em sua relação com o mundo do trabalho e com as metamorfoses da sociabilidade local.

De acordo com Harvey (2009), o fordismo forjou a base de acumulação e expansão do capitalismo ao nível mundial em um período que se estende do pós-guerra até o início da década de 1970. Baseado na produção em massa, facultada pela intensificação do desenvolvimento das forças produtivas durante a Segunda Guerra Mundial, pela padronização e pelo consumo de massa, pôde se sustentar nos Estados Unidos e na Europa Ocidental durante o referido período por meio de uma aliança entre as grandes corporações, o Estado e a classe trabalhadora. Segundo Gramsci (apud HARVEY, 2009, p. 121), o fordismo equivalia ao “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho eram “inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e de sentir a vida.”

No entanto, a estabilidade econômica, política e social, baseada na aliança supracitada, dependia da continuidade da reprodução ampliada do capital, que, por sua vez, impescindia de uma grande ampliação dos fluxos do comércio internacional e de investimentos em países estrangeiros. Vale lembrar que o incremento da produtividade do capital norte-americano já apontava indícios de uma crise de superprodução no período entre-guerras, uma vez que a demanda efetiva interna dos Estados Unidos parecia aproximar-se cada vez mais de seu limite (HARVEY, 2009). Contudo, tal situação foi atenuada no pós-guerra pela alocação desses capitais no financiamento da reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, bem como na instalação de filiais das grandes corporações nos países do terceiro mundo, para se utilizar a denominação da época. Isso permitiu não apenas a absorção da capacidade produtiva excedente dos EUA, mas também a formação de mercados de massa globais e a incorporação da população mundial fora do bloco socialista. Além disso, a abertura do comércio internacional não ensejou apenas a globalização da oferta de força de trabalho e matérias-primas baratas, o novo internacionalismo trouxe também uma diversidade de atividades como

bancos, seguros, hotéis, aeroportos, enfim, “[...] uma nova cultura internacional e se apoiou fortemente em capacidades recém-descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação” (HARVEY, 2009, p. 131). Da perspectiva da crítica imanente, trata-se de uma expansão externa que não obstante apareça como movimento de acumulação do capital, é, ao mesmo tempo, uma injunção objetiva decorrente de uma crise de superprodução e, nesse sentido, o adiamento de novas contradições.

Vale ainda lembrar que a expansão do fordismo estava ligada ao poder econômico, financeiro e bélico dos EUA. O acordo de Bretton Woods transformou o dólar na moeda de reserva mundial, vinculando o desenvolvimento econômico mundial à política fiscal e monetária norte-americana. Juntamente às questões ligadas à economia política e ao próprio movimento cego do capital, têm-se, portanto, um intrincado conjunto de acordos e decisões políticas envolvendo nações³⁷ em um jogo de forças desiguais.

A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e investimento público, limitado internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada pelo dólar. (HARVEY, 2009, p.131-132)

Contudo, tão importante quanto apresentar as características gerais do fordismo e de seu movimento de expansão global, é sinalizar as diferenças que esse regime de acumulação assumiu no Brasil. Se na Europa e nos EUA do pós-guerra os sindicatos conseguiram se constituir como importante força política; no Brasil, com o golpe de 1964, a ditadura militar deu início a uma onda de intervenções nos principais sindicatos e de perseguições aos sindicalistas mais combativos. Além disso, embora os governos militares não fossem totalmente insensíveis às questões sociais (FAUSTO, 2006), havia uma enorme distância para o Estado de Bem Estar Social norte americano e europeu.

³⁷ Pressupõe-se, aqui, que o que se refere como interesse dessas nações dentro do embate geopolítico é na verdade, embora não de forma declarada, sobretudo o interesse das grandes corporações nelas sediadas, que pelo seu imenso poderio econômico, por meio de *lobbies* e de outros mecanismos que não cabem desenvolver nesta pesquisa, submetem as políticas internas e externas a seus interesses.

2.2. São José dos Campos, da cidade ao urbano

Feitas as considerações sobre o caráter e as bases da industrialização nacional, procuramos, agora, compreender sua importância na produção da cidade e do urbano de São José dos Campos.

De acordo com Lefebvre (1999, 2008a), a formação da sociedade urbana, que nasce da industrialização, se coloca como a problemática central para a compreensão da realidade presente. Nascida do movimento de implosão-explosão da cidade, tendo o processo de industrialização como seu indutor, a urbanização se generaliza à escala mundial. Sendo assim, não é possível compreendê-la separadamente da industrialização.

Temos à frente um duplo processo ou, preferencialmente um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois ‘aspectos’ deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente um choque violento entre realidade urbana e realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida(...).³⁸

O processo de urbanização gera, no entanto, um fenômeno qualitativamente novo: o *urbano*, que é, ao mesmo tempo, virtualidade e realidade.³⁹ Como virtualidade, via de constituição do possível-impossível, e que se coloca a partir do real, o urbano é a possibilidade tanto da predominância e revalorização do valor de uso, como da superação da fragmentação e da segregação, requisitos do “direito à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”⁴⁰, não mais determinados pela lógica do capital. Todavia, o real, que contem a possibilidade do devir, aparece também no seu outro, a impossibilidade. Nesta condição, como realidade, o urbano é a expressão dos conflitos e contradições da reprodução da sociedade capitalista, a qual produz concreta e historicamente um espaço. De sorte que a formação deste espaço social, que fundamenta o urbano enquanto realidade, pode ser vista como o resultado da hegemonia das coações e constrangimentos do processo do capital.

* * *

Através do movimento analítico-regressivo, buscamos investigar os elementos e as determinações que contribuam para a compreensão da dinâmica constituinte da urbanização

³⁸ LEFEBVRE, 2008a, p. 16.

³⁹ Id., 1999.

⁴⁰ Id., 2008a, p.7.

de São José dos Campos, para só então depois retornar ao presente. Procuramos, assim, enfatizar o processo a partir da chegada da grande indústria enquanto principal força indutora da dinâmica e da dimensão que o espaço urbano joseense tomaria doravante.

Figura 1 – Localização do município de São José dos Campos. Fonte: COSTA, SILVA (2007)

Localizada a 96 quilômetros da capital paulista,⁴¹ São José dos Campos é considerada um dos maiores polos de desenvolvimento de tecnologias de ponta e de atividade industrial do Brasil. Em 2011, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, chegou a ocupar a segunda posição no ranking nacional dos maiores municípios exportadores de produtos industrializados.⁴² Na assim chamada “Cidade Empreendedora”⁴³ estão instalados

⁴¹ São José dos Campos apresenta uma área total de 1.099,6 km², sendo 353,9 km² de área urbana (32%) e 745,7 km² de área rural (67,8%). O município é cortado no sentido Leste-Oeste pelas Rodovias Presidente Dutra, que liga as duas principais cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e Carvalho Pinto, que liga a Região Metropolitana de São Paulo à RMVPLN. No sentido Norte-Sul, pela Rodovia Monteiro Lobato, que liga São José dos Campos a Campos de Jordão e ao sul do Estado de Minas Gerais, e pela Rodovia dos Tamoios (SP-99), que o liga aos municípios do litoral norte paulista, inclusive ao Porto de São Sebastião. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 2016?)

⁴² SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), [2014?].

⁴³ Ibid., [2014?].

os mais importantes centros de pesquisas da América Latina nas áreas de aeronáutica, espaço, materiais compostos e energia, [...] os segmentos industriais mais expressivos são os que produzem material de transporte - aviões, automóveis, aeropeças, peças e equipamentos automotivos, aeroespaciais e de defesa, produtos químico-farmacêuticos e de petróleo e gás.⁴⁴

Podemos dividir a história de São José dos Campos em dois períodos: até o final da década de 1940 e dos anos 1950 até o presente momento. Passaremos brevemente pelo primeiro e com mais vagar pelo segundo período, o da consolidação de uma economia de base urbano-industrial, que comporta os elementos essenciais para nossa análise sobre a formação da periferia urbana.

O município de São José dos Campos tem sua origem em um aldeamento indígena organizado por jesuítas no final do século XVI, localizado ao sul de sua configuração territorial atual, em áreas marginais ao rio Comprido, afluente do rio Paraíba do Sul. No último quartel do século XVII, o aldeamento foi transferido para onde hoje se localiza o largo da Igreja Matriz, no centro da cidade. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, sua administração passou às mãos do Governo da Capitania de São Paulo, que elevou o núcleo à categoria de Vila em 1767 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 2012). Já com a mudança de localização, de acordo com Santos (1993), foi se formando, aos poucos, um núcleo incipiente de características citadinas, porém, mantendo-se uma base econômica totalmente dependente da produção agrícola (algodão e café)⁴⁵ até o final do século XIX, mesmo após sua elevação à categoria de cidade em 1864.

No início do século XX, a consolidação de um importante complexo sanatorial para o tratamento da tuberculose par a par a uma incipiente industrialização de baixa composição orgânica do capital permitiram a São José dos Campos um desenvolvimento econômico mais expressivo.

Mesmo antes do decreto que o instituiu Estância Climatérica e Hidromineral, em 1935, o município já contava com grandes sanatórios que recebiam pacientes tuberculosos de várias regiões do país. Em razão do referido decreto, o município passou a receber verbas estaduais e, com isso, pode melhorar as condições para o funcionamento do complexo sanatorial, em

⁴⁴ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), [2014?].

⁴⁵ A região do Vale Paraíba Paulista se destacou como a principal produtora de café até o final do século XIX. Todavia - ao contrário de municípios como Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, que concentraram a acumulação de capital e, com isso, tiveram um crescimento urbano sobressalente com o desenvolvimento de comércio e serviços de alguma importância para os parâmetros da época - São José dos Campos em momento algum obteve posição de destaque nessa produção.

especial através da construção de infraestruturas. Ao mesmo tempo, o constante fluxo de pacientes e seus familiares estimulava a instalação de estabelecimentos de comércio e serviços, em especial os ligados ao setor hoteleiro. Em 1938, foi realizado o primeiro grande zoneamento municipal, que passou a estabelecer regras para uso e ocupação do solo urbano, dividindo-o em zonas residencial, comercial, sanatorial e industrial (SANTOS, 1993).⁴⁶

Na década de 1920, São José dos Campos recebeu as primeiras instalações industriais,⁴⁷ ligadas aos setores de cerâmica (Cerâmica Paulo Becker e Fábrica de Louça Santo Eugênio) e de tecido e fiações (Tecelagem Parahyba⁴⁸),⁴⁹ as quais foram beneficiadas pela lei municipal número 4 de 1920, que concedia isenção de impostos por 25 anos e a gratuidade dos terrenos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2012, p.12-13).

Ao longo dos anos 1930, mesmo com o crescimento do setor terciário impulsionado pelo complexo sanatorial, com a construção da rodovia Washington Luis em 1928, ligando a cidade do Rio de Janeiro à de São Paulo, e com a urbanização se direcionando para zona norte em função da Tecelagem Parayba,⁵⁰ segundo Santos (1993, p.66) não ocorreram modificações significativas na “distribuição espacial [...] quanto ao espraiamento, adensamento e tipologia.” No entanto

A distribuição espacial da urbanização adentra os anos 40 com características de tecido misto – serviços, comércios e residências – e uma forte presença, quanto a porte e localização, de instalações industriais. A partir daí, inferimos iniciar um “rompimento” muito acentuado, tanto em escala quanto na continuidade, da generalizada tipologia do tecido urbano (SANTOS, 1993, p. 84).⁵¹

⁴⁶ Ainda na primeira metade do século XX, a descoberta da penicilina e sua utilização em escala industrial para o tratamento da tuberculose, abandonando-se doravante as necessidades de internação dos pacientes infectados, resultou no ocaso do período sanatorial joseense.

⁴⁷ Cabe destacar que até o final da década de 1910, segundo Santos (1993), a cidade apresentava apenas algumas produções manufatureiras de escala artesanal, como oficinas de móveis, olarias e oficinas de artefatos de ferro, as se estabeleceram em contornos espaciais bem definidos, precisamente entre o platô central e as proximidades do rio Paraíba do Sul e da Estação Ferroviária Central do Brasil.

⁴⁸ Empreendimento de capitais portugueses, a Tecelagem Parahyba já possuía inicialmente um estabelecimento fabril de grande porte e utilizava numerosa quantidade de trabalhadores para os padrões da cidade.

⁴⁹ Na década seguinte, a instalação da indústria de laticínios Cooper propiciou algum desenvolvimento da pecuária leiteira, ainda que de pouca expressão (SANTOS, 1993).

⁵⁰ Outros dois fatores contribuíram para o movimento de urbanização em direção à zona norte: a transferência da estação ferroviária do centro para essa região e a abertura da rodovia SP-50, que liga São José dos Campos a Campos de Jordão e pela qual começaram a chegar muitos migrantes do sul de Minas Gerais.

⁵¹ Nos anos 1940, outras duas indústrias se instalaram em São José dos Campos, a Rhodia S.A., multinacional produtora de fios e fibras sintéticas, e Cerâmica Weiss.

Na década de 1950, localizamos os dois principais fatores, ambos efetivados pelo Governo Federal, os quais impulsionaram o processo de industrialização de São José dos Campos, que se tornou o indutor direto da escala e intensidade que a urbanização passaria a assumir desde então. São eles: a construção da rodovia Presidente Dutra em 1951, ligando as duas principais metrópoles do país, Rio de Janeiro a São Paulo, e a escolha do município para construção do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em 1946, concluído em 1950, juntamente com a transferência do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) no mesmo ano, com o objetivo de desenvolver pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia ligadas ao setor aeroespacial, visando à autonomia nacional em setores considerados estratégicos.⁵² Mais do que um centro de tecnologia, o objetivo do governo federal era de que o CTA pudesse ser o “polo incentivador ao redor do qual se desenvolveria [...] a indústria aeronáutica nacional, estabelecimentos de indústria mecânica, elétrica, eletrônica [...] e talvez até, em futuro distante, a indústria de novas armas e material bélico” (SANTOS, 1993, p. 88).

Além desses, outros fatores tornaram as condições da cidade bastante vantajosas para a instalação de grandes indústrias de capital estrangeiro e nacional. Nesse sentido, podemos citar a proximidade com a região metropolitana de São Paulo, maior mercado consumidor do país (já considerando as facilidades de escoamento da produção pela rodovia Presidente Dutra), a construção da rede elétrica de alta tensão do sistema Furnas da Light em 1946, a aprovação da lei municipal 155 que, condicionada ao valor dos investimentos e ao número de postos de trabalho, concedia isenção fiscal de 5 a 10 anos para instalações fabris e, por fim, a disponibilidade de amplos terrenos na cidade, o que era imprescindível para a produção (e para o estoque) fordista de larga escala. Entre as principais indústrias instaladas nas décadas de 1950 e 1960 estão: General Motors do Brasil, Johnson & Johnson S.A., Ericsson do Brasil Com. e Ind. S.A., Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, Eaton Corporation do Brasil, Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S.A, Eluma Bundy, Indústria Matarazzo de Fibras Sintéticas S.A., São Paulo Alpargatas S.A., Granja Itambi, S.C. Ltda e Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.

⁵² Ao que tudo indica, para além da infraestrutura urbana construída no período sanatorial, a localização do município e sua geografia física foram fundamentais para a escolha da construção do CTA. Em relação à “[...] definição sobre os terrenos do estado de São Paulo destinados à localização e instalação do CTA” foi “finalmente dada preferência à localização em São José dos Campos, à margem da nova rodovia São Paulo -Rio de Janeiro, em virtude das condições de clima, topografia, facilidade de comunicações e obtenção de energia, assim como pelo relativo afastamento das grandes cidades, sem estar muito distante da cidade de São Paulo, a qual poderia dar o mais completo atendimento a futura comunidade cetana, em questões de saúde, cultura, comércio, etc, que estivessem além das possibilidades locais de São José dos Campos, também pelo maior grau de acessibilidade aos professores e técnicos do CTA às faculdade superiores e institutos de tecnologia” Portaria número 39 de 20 de janeiro de 1946 (apud Santos, 1993, p. 88).

A vinda de grandes indústrias modificou completamente o espaço urbano joseense. A estratégia de se instalarem ao longo do traçado da rodovia Presidente Dutra forjou um novo eixo de expansão urbana. Já na década de 1950, podemos verificar o surgimento de vários bairros nas proximidades das grandes fábricas - como são os casos do Jardim Valparaíba, Chácara dos Eucaliptos, Jardim Universo e Jardim Motorama, todos estes nas imediações da General Motors, na zona leste - porém afastados do centro urbano. Tal dinâmica foi conferindo, pois, um caráter espraiado à urbanização joseense, mas também fragmentado em vista dos vazios urbanos que iam sendo produzidos entre esses novos bairros.

Figura 2 - São José dos Campos, núcleo urbano no final da década de 1920. Fonte: Santos (1993).

Figura 3 - Urbanização e localização das grandes indústrias em São José dos Campos no final da década de 1950. A enorme área que margeia a Via Dutra do lado oposto à fábrica da Ericsson (10) e se estende na direção sudeste da cidade corresponde ao CTA. Fonte: Santos (2006)

O primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de São José dos Campos, iniciado em 1958 e cuja versão final data de 1964, já apresentava os primeiros problemas decorrentes do tipo de urbanização que se anunciava. Segundo Bologna (2000), em 1959, antes mesmo de sua conclusão, o PDDI identificava a necessidade de ordenar o crescimento urbano, reconhecido, a esta altura, como caótico. Diante disso, foram elaboradas diretrizes de caráter funcionalista, como o estabelecimento de um planejamento viário, a execução de obras de saneamento e a organização da localização de mercados e feiras livres. Ademais, o próprio plano preliminar de 1959 já constatava tanto a existência de loteamentos irregulares e sub-habitações, quanto a prática de especuladores imobiliários - identificando loteamentos que passavam a ocupar áreas rurais vizinhas ao espaço urbano, transformando áreas produtivas em lotes pseudourbanos (BOLONHA, 2000). Em relação aos problemas habitacionais, que na realidade são expressões fenomênicas de contradições sociais mais profundas, o PDDI

preconizava a erradicação da favela da Linha Velha (a prefeitura a extinguiu em 1974) e a criação do Fundo Municipal de Habitação para a construção de casas populares (que acabou não sendo implementado). De acordo com Bologna (2000, p. 96), “as medidas efetivas, resultante do PDDI, estão centradas nas legislações de ordenamento territorial” as quais abrangiam normas para o parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo. Tal ordenamento, porém, não foi acompanhado de medidas efetivas para a área habitacional e, para agravar a situação, “a fixação do perímetro urbano”, que visava regulamentar a implantação de novos loteamentos, e “as exigências de infra-estrutura mínimas, associadas ao zoneamento contribuíram para a elevação do custo da terra” (BOLOGNA, 2000, p. 96).

Ainda nesse período, o governo federal criou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1961, que veio a contribuir para a ampliação da formação de um quadro de profissionais altamente qualificados, consolidando, assim, o município como polo de ciência e tecnologia. Associadas às outras vantagens, isso contribuiu para instalação de indústrias ligadas ao setor aeroespacial como a Avibras Indústria Aeroespacial S.A. em 1961, a Aerotec S.A. Indústria Aeronáutica em 1962, a Amplimatic S.A. (fábrica de componentes eletrônicos) em 1964, a indústria bélica Engenheiros do Brasil S.A. (ENGESA) em 1974, assim como para a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), indústria de capital misto, em 1969. Inicia-se, assim, o período de desenvolvimento de uma industrialização tecnologicamente mais avançada, ligada aos setores aeronáutico, bélico e aeroespacial, que vem a se somar a um perfil industrial que tinha como base as indústrias eletrônica e automobilística. Vale lembrar que assim como estas, aquelas também propiciavam o desenvolvimento de toda uma gama de cadeias produtivas dependentes, sobretudo as de serviços especializados e autopeças.

A instalação dessas novas indústrias ao longo da Rodovia Presidente Dutra deu continuidade à produção de vazios urbanos, bem como estimulou a construção de novos loteamentos tanto nas suas proximidades, quanto nas dos bairros formados nos anos 1950, como nos casos da Vila Tesouro (1961) e do Jardim Ismênia (1969) em relação ao Jardim Valparaíba (1957), todos na zona leste.⁵³

O segundo PDDI, elaborado durante os anos de 1968 e 1969, tinha como um de seus principais objetivos o estímulo ao desenvolvimento econômico de São José dos Campos

⁵³ Todos os dados referentes ao ano de aprovação dos loteamentos citados nesta dissertação nos foram fornecidos por São José dos Campos (Cidade), (2017).

visando consolidá-lo como polo do Vale do Paraíba.⁵⁴ Porém, a expansão urbana desmedida e a existência de grandes vazios, acentuados naquele decênio, eram problemas que não podiam mais ficar em segundo plano. Nesse sentido, as diretrizes do PDDI visavam ao adensamento populacional nas áreas já urbanizadas e à ocupação dos vazios urbanos. Para isso, seus responsáveis propuseram a criação de uma nova legislação de parcelamento do solo, aprovada em 1970⁵⁵ e que perdurou até 1980, a qual estabelecia regras mais rigorosas para a aprovação de novos loteamentos pela prefeitura, como a construção de infraestruturas e a reserva de 35 a 50% do espaço para áreas públicas.⁵⁶ Vale lembrar que embora desde 1960⁵⁷ o poder público local não permitisse a construção de loteamentos sem infraestrutura, o PDDI detectou diversos loteamentos nesta situação, o que levou os órgãos públicos responsáveis a liberarem um alvará de construção para os loteamentos irregulares em 1971⁵⁸ (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 1996).

Com o intuito de promover o adensamento populacional, mas também conter a elevação os preços dos lotes, o segundo PDDI recomendou, entre outras medidas, a construção de habitações coletivas, conjuntos habitacionais e blocos de apartamentos de três pavimentos, bem como procurou estimular a verticalização nos bairros centrais. No entanto, a limitação da área disponível para novos loteamentos elevou o preço dos terrenos. Segundo Bologna,⁵⁹ o próprio PDDI não conseguiu precisar a demanda, mas chegou a constatar a procura por meio-lote em decorrência dos custos do terreno e do baixo nível salarial de grande parte da população.

A contenção da expansão horizontal, associada à política de construção de conjuntos habitacionais, somente para classes que se enquadravam dentro do Sistema Financeiro de Habitação, demonstra que o PDDI não considerou a população de baixa renda dentro da política habitacional.⁶⁰

⁵⁴De acordo com Bologna (2000), nos anos 1970, o poder público municipal por meio de eficientes trabalhos de divulgação publicitária e de relações pública no país e no exterior, conseguiu atrair diversas empresas de grande porte para São José dos Campos.

⁵⁵ Lei 1576/70.

⁵⁶ BOLOGNA, S. M. F. **As experiências dos Planos Diretores de São José dos Campos: instrumentos eficazes de planejamento urbano ou obras de consulta acadêmica.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). São José dos Campos - SP: Universidade do Vale do Paraíba, 2000.

⁵⁷ Lei 657/60.

⁵⁸ Decreto 1437/71.

⁵⁹ BOLOGNA, op. cit.

⁶⁰ Ibid., p. 150.

Nos anos 1970, políticas públicas federais e estaduais deram início à elaboração de diretrizes de planejamento regional que visavam à desconcentração econômica e industrial da Grande de São Paulo por meio de “políticas e estímulos à localização industrial em novas e antigas cidades industriais, localizadas ao longo de vias de circulação, num raio de 150 km da capital” (FRANCESCONI, 2004, p.122). Nesse contexto, diversas indústrias multinacionais - com destaque para as ligadas aos ramos petroquímico, químico e eletrônico - se instauraram em São José dos Campos. Dentre as quais podemos citar a National do Brasil S.A., Panasonic, Philips, Indústria Química Monsanto S.A., Tectran Tecnologia de Transportes, Orion, Hitachi Ar Condicionados, Petybon, Kodak e a refinaria Henrique Lage da Petrobras (REVAP).

A chegada de tais indústrias ajudou a manter o alto o fluxo de imigrantes, intensificado a partir dos anos 1950.

Tabela 1 - Crescimento populacional de São José dos Campos

Ano	Habitantes
1950	44.804
1960	77.533
1970	148.332
1980	287.513
1991	442.370
2000	539.313
2010	629.921

Fonte: IBGE (2010).

A contenção da expansão urbana pela nova legislação de parcelamento do solo fez com que o número de loteamentos aprovados entre 1970 a 1979 caísse para 19 em relação aos 32 aprovados no decênio anterior. Além disso, 5 desses novos loteamentos objetivavam atender às camadas sociais mais altas (Jardim Apolo 1, Jardim Apolo a, Jardim Apolo b, Jardim Colinas e Bosque Imperial). Evidentemente, a legislação não deu conta de alterar as relações sociais determinantes, de modo que a procura por habitação não diminuiu por conta da contenção, o que colocou, contraditoriamente, a propriedade da terra num vertiginoso ciclo de especulação.

Com isso, grande parte dos trabalhadores de baixa renda - tanto os que chegavam com suas famílias quanto aqueles cujos pais já residiam em São José dos Campos, mas estavam, então, começando sua “vida profissional” – só conseguia ter acesso à cidade em sub habitações como casas de fundo, cortiços⁶¹ e favelas, porque, para ter acesso à cidade produzida como mercadoria, a mediação da propriedade privada se coloca como elemento essencial, de modo que a fragmentação e hierarquização do espaço vão definindo os lugares de cada um na cidade. Segundo Rosa Filho (2002), em 1970, havia 4 favelas na cidade com um total de 1926 moradores. Em 1980, já eram 6 núcleos, com o total do número de moradores saltando para 3721, o que mostra que, para grande parte dos expropriados que chegavam ou já habitavam em São José dos Campos, a favela foi o único modo possível de permanecer.

Assim, os efeitos da retenção da expansão horizontal, observados durante a década de 1970, período em que perdurou a legislação que lhe dava suporte, nos dá a dimensão do quanto a propriedade privada da terra e o seu controle pelo setor imobiliário, e não apenas a localização das grandes indústrias, foi responsável pelos conteúdos e sentidos da urbanização joseense. Para Lefebvre (1972, p.52), “a subordinação do solo ao mercado, que faz da terra um bem comercializável, dependente do valor de troca e da especulação e não do uso e do valor de uso” é o entrave por excelência do desenvolvimento da sociedade. De acordo com Kowarick (1977, p.56-57),

as atividades econômicas que resultam da mercadoria-habitação estão cada vez mais fundidas em torno da dinâmica do grande capital em várias regiões do Brasil, principalmente São Paulo. Do ponto de vista da realização do capital, os interesses daí resultantes tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de habitabilidade para as faixas de rendas mais elevadas, vedando o acesso para grande parte dos trabalhadores que precisam, por conseguinte, encontrar outras fórmulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital.

Consideradas as características da industrialização joseense, é importante destacar que embora o município tenha recebido e formado mão-de-obra qualificada e especializada em seus institutos tecnológicos, contasse também com uma grande quantidade de professores universitários e pesquisadores, de profissionais liberais das mais variadas categorias e de

⁶¹ Não existem registros de cortiços cadastrados no IBGE e na Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Por conseguinte, não pudemos ter uma referência quantitativa do fenômeno. Todavia, tivemos a oportunidade de entrevistar muitos antigos trabalhadores que, hoje, moram em bairros periféricos de diferentes regiões da cidade. Não foram poucos os que relataram ter morado em cortiços no centro da cidade e adjacências (Jardim Paulista principalmente) ou na Vila Industrial (Zona Leste), antes de conseguirem a compra da casa própria, ainda assim, como foram muitos dos casos, somente em bairros irregulares, o que nos dá mostras da precariedade das condições às quais era submetida a classe trabalhadora pobre.

quadros burocráticos de diversas matizes tanto a serviço da administração pública quanto de empresas privadas, da mesma forma havia uma grande quantidade de operários fabris, trabalhadores da construção civil, trabalhadores informais, etc. Para Kowarick (1979), a afirmação de que as indústrias com altos investimentos em capital constante não precisariam basear sua acumulação em baixos salários, pois poderiam valer-se do aumento crescente da produtividade do trabalho, só é válida para países onde as organizações operárias conseguiram atingir um forte poder de negociação.

No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico teve como corolário a repressão sobre aglutinações da sociedade civil, com consequências nefastas nos salários da maioria dos trabalhadores. Nesta conjuntura, em que o modelo de desenvolvimento encetado abriu um vasto espaço para inversões estrangeiras, o processo de pauperização verificado foi um fator adicional de relevância na extração de excedentes, aumentando ainda mais as margens de lucro das empresas com alta de densidade de capital, em particular as multinacionais (KOWARICK, 1979, p.66-67).

Segundo Oliveira (2003), referenciado em estudos realizados no município de São Caetano do Sul, em 1968, mesmo os setores industriais mais “dinâmicos”, que mais empregavam mão-de-obra qualificada, apresentavam 50% de trabalhadores braçais e semiqualeificados no total do número de empregados.

Isso significaria dizer que as indústrias “dinâmicas” não podendo, até certo ponto, quebrar a “função técnica de produção”, para tanto necessitando de pessoal qualificado, utilizam, logo após satisfazer aquele requisito, abundantemente, mão-de-obra semi e não-qualificada, em proporções semelhantes às indústrias consideradas tradicionais, servindo-se, assim, do imenso “exército industrial de reserva” para os fins de acumulação. [...] e realizam, assim, uma *performace* do ponto de vista da acumulação mais satisfatória que as “tradicionais” (OLIVEIRA, 2003, p.82).

Apesar de não termos dados de São José dos Campos no tocante a tal quesito, enquanto sentido do processo podemos ter uma ideia aproximada do quanto a acumulação interna se baseou no aumento da taxa de exploração da força de trabalho, quando tomamos como parâmetro o diferencial entre salário real e produtividade em dois dos maiores centros industriais da época: São Paulo e Guanabara. A tabela 2 mostra que mesmo com um crescimento industrial intenso, o salário mínimo real dos trabalhadores urbanos não só não foi elevado como chegou efetivamente a diminuir, numa tendência que se acentuou após o golpe de 1964.

Tabela 2 - Salário Mínimo Real – Guanabara e São Paulo, base de 1944 = 100

Ano	Guanabara	São Paulo
1950	50,9	47,9
1951	53,6	53,0
1952	122,3	124,8
1953	107,1	101,7
1954	144,6	138,3
1955	142,9	139,3
1956	150,9	147,0
1957	159,8	153,8
1958	140,2	133,3
1959	106,3	101,7
1960	140,2	130,8
1961	161,6	146,2
1962	137,5	123,9
1963	128,6	114,5
1964	124,9	116,3
1965	119,6	112,8
1966	107,1	97,4
1967	104,5	95,7
1968	103,6	94,0

Fonte: Alberto Mello e Souza, “Efeitos econômicos do salário mínimo, in *Apec – A economia brasileira e suas perspectivas*, Estudos APEC, APEC Editora, Rio de Janeiro, julho de 1971 (apud OLIVEIRA, 2003, p.79). Adaptado por João Marcelo R. L. Brasil.

Oliveira (2003, p. 80) chama a atenção para os baixos salários pagos pela indústria, desmistificando a ideia comumente aceita de que esse setor remunerava melhor os trabalhadores:

[...] até 1967, 33% do total de empregados urbanos registrados no Brasil estavam incluídos na faixa de remuneração de 1 salário mínimo, entre trabalhadores na indústria, comércio e serviços; [...] Mais grave, no entanto, [...] é que, para o Brasil como um todo, 67,5% dos que recebiam salário mínimo eram trabalhadores industriais, sendo que em São Paulo essa porcentagem se elevava para 71%. [...] se se consideram as faixas que incluem até 2 salários mínimos, a situação seria a seguinte: em 1967, 75% dos trabalhadores urbanos registrados no Brasil recebiam remuneração dentro desta faixa, [...] São Paulo tinha 71% dos trabalhadores urbanos registrados percebendo até 2 salários mínimos.

Ainda no mesmo período, podemos verificar o aumento crescente da produtividade do setor industrial nacional, o que sustenta a hipótese da relação entre a aceleração do crescimento industrial e intensificação das taxas de exploração do trabalho.

Tabela 3 – Índice do produto real da indústria, base de 1949 = 100

Ano	Índice	Ano	Índice
1949	100	1957	183,5
1950	111,3	1958	213,2
1951	118,4	1959	238,5
1952	124,3	1960	261,4
1953	135,1	1961	289,2
1954	146,8	1962	311,8
1955	162,4	1963	312,4
1956	173,6	1964	328,5

Fonte: Conjuntura Econômica, vol. 25, n. 9, 1971. Quadro 11 (apud OLIVEIRA, 2003, p.83). Adaptado por João Marcelo R. L. Brasil.

Conforme o exposto, entendemos que a propriedade privada do solo urbano e os baixos salários são determinações essenciais para a compreensão da formação da periferia. Desta perspectiva, no próximo capítulo, procuramos analisar de que modo o surgimento e a formação do bairro Parque Novo Horizonte vão se constituindo como a cidade e o urbano possíveis às parcelas mais pobres da classe trabalhadora no interior de um momento específico que se configurava como o da produção do espaço urbano.

3. A FORMAÇÃO DA PERIFERIA, UM ESTUDO SOBRE O PARQUE NOVO HORIZONTE

“O Estado encara as *necessidades sociais* exclusivamente em função das necessidades da burguesia. O sistema contratual (jurídico) que o Estado mantém e aperfeiçoa como poder (político) assenta na *propriedade privada*, do solo (propriedade imobiliária) e do dinheiro (propriedade mobiliária).” (LEFEBVRE. 1972, p. 128)

Não é à toa que o Parque Novo Horizonte⁶² pode ser considerado uma centralidade de parte da periferia da zona leste. A presença de infraestruturas, de uma grande diversidade de estabelecimentos de comércios e serviços, a Unidade Básica de Saúde (UBS), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a escola estadual Professor Dorival Monteiro de Oliveira, a escola municipal de ensino fundamental Professora Sônia Maria Pereira da Silva, a escola municipal de educação infantil Febrônio Pereira Gomes, a creche municipal Professora Maria de Lourdes Constantino, a ampla e bela praça Primeiro de Maio, o campo de futebol, a Casa de Cultura Eugênia da Silva, a Festa do Trabalhador, reconhecida em toda cidade, tudo isso o faz destoar significativamente dos bairros de seu entorno. A própria polulação destes bairros utiliza muitos desses equipamentos e serviços públicos, uma vez que nos seus próprios locais de moradia inexistem ou são insuficientes os serviços e comércios necessários à vida urbana.

Em nossas entrevistas, foram recorrentes frases como “o bairro que deu certo”, “o Novo Horizonte puxou o progresso para a esses lados.” Também não foram incomuns expressões de carinho e identidade com o lugar, assim como o orgulho pela festa do bairro ter se tornado um “evento” renomado, atraindo gente, inclusive, de outras cidades da região. Tais demonstrações de afeto vieram especialmente dos primeiros moradores, formados por famílias de operários industriais e da construção civil, que puderam acompanhar e, em alguma medida, participar das lutas pela melhoria do lugar onde construíram boa parte de suas vidas ao longo desses anos. Ao mesmo tempo, no entanto, esses relatos eram, por vezes, entremeados por sentimentos manifestos de tristeza, estranhamento e, sobretudo, medo, quando lhes solicitados que falassem sobre o bairro e a região na atualidade.

De fato, muita coisa mudou, e não somente na paisagem. A análise das entrevistas e as observações em campo indicam que há uma perda das experiências coletivas. Nesse sentido, a

⁶² Para diante, nos referiremos ao bairro apenas como Novo Horizonte.

Fotografia 1 – Rua dos Pedreiros, Parque Novo Horizonte. À direita, podemos ver alguns dos vários estabelecimentos de serviços e comércios de pequeno porte presentes no bairro. À esquerda, vemos a Praça Primeiro de Maio, onde, durante os trabalhos de campo, sempre pudemos encontrar pessoas circulando ou sentadas nos bancos e quiosques. Fonte: João Marcelo R.L.Brasil, ago. 2017.

Fotografia 2 - Rua dos Lavradores, Parque Novo Horizonte. Uma das mais movimentadas do bairro. No Novo Horizonte, as ruas levam o nome das mais diversas categorias de trabalhadores. Fonte: João Marcelo R.L.Brasil, ago. 2017.

O Parque Novo Horizonte é um bairro de 1978, surgido em virtude da iniciativa do presidente do Sindicato da Construção Civil de São José dos Campos,⁶⁴ que conseguiu por intermédio da iniciativa privada o financiamento de quinhentos lotes para trabalhadores de baixa renda. Em 1981, em parceria com a Caixa Econômica Federal, a prefeitura construiu oitenta e quatro unidades habitacionais na área remanescente da fazenda que dera origem ao bairro, três anos antes. Aos trabalhadores que se mudaram para lá nesses dois períodos, iremos nos referir como a primeira geração de moradores.

Baseados no desenvolvimento teórico elaborado por Henri Lefebvre (2008), entendemos o loteamento em questão como resultado de uma urbanização induzida pela industrialização e que dá origem ao movimento que o filósofo francês denominou de implosão-explosão da cidade.

Segundo Rocha (2000, p. 6), a periferia é resultado de um movimento de centralizações que não envolve, contudo, um movimento espontâneo, mas “uma lógica, produzida a partir do Estado e do Capital, que intervêm no espaço e na sociedade.” Enquanto forma, a centralidade produz uma relação contraditória de mútua determinação entre centro e periferia os quais, na qualidade de elementos formais, só existem e têm sentido em sua relação. Trata-se, por conseguinte, de uma dialética da centralidade, que reúne ao mesmo tempo em que separa o centro e a periferia (ROCHA, 2000).

Às especificidades da industrialização nacional e aos desdobramentos do papel imposto ao país na divisão internacional do trabalho no processo de constituição do capital enquanto um sistema-mundo, procuramos articular fatores locais surgidos ou exacerbados no decorrer dos anos 1970, que nos ajudam na tentativa de compreensão das complexidades do intenso crescimento urbano que se anunciara há três décadas e que, naquele fim dos anos 1970, começava a se estilhaçar em periferia. A começar pelo crescimento populacional sustentado pela continuidade de uma vertiginosa imigração estimulada indiretamente pelo Estado mediante a política de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo. A isso podemos articular as restrições à expansão urbana, contidas na legislação municipal de parcelamento do solo de 1970, as quais intensificaram o direcionamento do capital imobiliário para as proximidades da região central (é dessa época o início da

⁶⁴ O loteamento aprovado em 1978 apresenta lote padrão de 250 m². No memorial descritivo consta uma área total de 733.291,55 m², dos quais 110.058,59 m² eram destinados ao domínio público e 210.145,80 m², aos sistemas viário e de circulação. Ainda segundo o memorial, o Parque Novo Horizonte está localizado no “Bairro Bom Retiro ou Bairrinho”, distrito de Eugênio de Melo. “O imóvel é cortado pela estrada municipal que dá acesso ao Bairro Bom Retiro e no seu interior consta uma área de 900,00 m² de propriedade da Cúria do município de São José dos Campos” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 19--). Informações obtidas com a Secretaria de Planejamento Urbano, jul. 2015.

verticalização do centro) e deram ensejo a uma dinâmica que se por um lado amplificou a valorização das áreas próximas ao centro, potencializando, assim, a lucratividade de seus agentes,⁶⁵ por outro dificultou ainda mais a permanência ou acesso à cidade pela população pobre. E, por fim, é importante chamar a atenção para a ausência de políticas habitacionais destinadas aos trabalhadores de baixa renda, a julgar pelos planos municipais que nortearam a construção de conjuntos habitacionais próximos à região central nos anos 1970 – os quais tinham por objetivo o aproveitamento da infraestrutura urbana existente, conforme sugeria o segundo PDDI, mas que, segundo Bologna (2000), só abrangiam os estratos de renda que se enquadravam no Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Quanto a esse aspecto, Kowarick,⁶⁶ sinaliza que a lógica implacável do lucro também se aplicava aos financiamentos públicos na construção civil. Segundo o autor, “80% dos empréstimos do Banco Nacional de Habitação foram canalizados para os estratos de renda média e alta.” E ainda que 55% da demanda habitacional fosse composta por pessoas com até 4 salários mínimos, as moradias comercializadas pelo SFH raramente contemplavam famílias com rendimento inferior a 12 salários.⁶⁷

A cidade capitalista não é somente o resultado do processo do capital, mas, sobretudo a partir da industrialização, ela própria se torna uma produção capitalista. Alvarez (2015, p. 66) sugere que “ao afirmar que a cidade é produzida como mercadoria [...], abre-se possibilidade para pensá-la como um bem intercambiável, produzido sob a lógica da valorização e, nesse sentido, como negócio e segregação.”

Em sentido oposto ao movimento global em que a produção das cidades vai sendo redefinida pelo valor de troca, o Parque Novo Horizonte, ainda que determinado por este movimento, apresenta uma história bastante peculiar, uma vez que foi idealizado a partir de uma iniciativa individual não motivada por interesses mercantis. O Senhor Pedro Rocha, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de São José dos Campos, sensibilizado com a situação da classe trabalhadora joseense de baixa renda, foi quem mobilizou todos os esforços para a construção de um loteamento no

⁶⁵ A partir dessas áreas, as quais foram efetivados empreendimentos imobiliários voltados às camadas sociais de alta renda nos anos 1970, foi sendo formado um eixo de valorização imobiliária, que, nas décadas posteriores, daria origem à região mais nobre da cidade, a saber a zona centro- oeste.

⁶⁶ KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁶⁷ Ibid., p.50.

qual tal parcela dos trabalhadores pudesse ter acesso à casa própria:⁶⁸ desde a intermediação da compra do terreno, oferecido ao sindicato pela empresa ENGECEL – Engenharia e Planejamento Ltda,⁶⁹ o financiamento dos lotes e dos materiais de construção,⁷⁰ ao contato com o prefeito nomeado pela ditadura militar, Ednardo de Paula Santos, e os vereadores, procurando demonstrar-lhes a necessidade de aprovação de um empreendimento imobiliário para as camadas de baixo poder aquisitivo por meio de financiamentos a longo prazo e baixas prestações. É preciso chamar a atenção para o fato de que tanto na compra dos lotes quanto do material de construção os financiamentos foram privados e que, portanto, nesse processo inicial que deu origem ao bairro, ao poder público só coube a aprovação do loteamento.

O terreno que deu origem ao Novo Horizonte está localizado no extremo leste de São José dos Campos, a aproximadamente 14 quilômetros do centro da cidade, e fazia parte da fazenda de gado do Senhor José Carlos Pereira da Silva. Na época, tratava-se uma região erma, afastada da mancha urbana, que tinha como últimos bairros o Jardim Nova Michigan e o Jardim Americano, ambos pequenos, com poucas casas, também isolados e sem estrutura, dos quais o Novo Horizonte dista dois e cinco quilômetros, respectivamente.

O terreno foi recortado em quinhentos lotes e a compra dos mesmos estava condicionada a pessoas de baixa renda e que não possuísem imóvel próprio. Para se ter uma ideia do problema habitacional do município, além dos trabalhadores que conseguiram comprar seus lotes, outros oitocentos se inscreveram no sindicato e não puderam ser atendidos.⁷¹ Senhor Miguel, que trabalhava em uma fábrica de fiação de lã (a 17 quilômetros do futuro bairro) e morava de aluguel no Jardim Maracanã, na zona leste, soubera do

⁶⁸ Sr. Pedro, já falecido, foi citado por alguns moradores antigos nas entrevistas. As pessoas se referiram a ele como um homem simples, generoso e solidário. Conseguimos entrevistar sua viúva, Dona Branca, na casinha simples que ele construía para a família em um bairro antigo, da década de 1950, na periferia da zona leste. Segundo Dona Branca, o marido, que foi pedreiro até se aposentar, se negou a receber benefício material ou de qualquer outra natureza por seu papel fundamental no Novo Horizonte. Sr. Frederico, que foi barbeiro do Sindicato da Construção Civil nas décadas de 1970 e 80 e hoje mora em um dos bairros clandestinos da região do Novo Horizonte, nos disse que o Sr. José Carlos, dono da fazenda que deu origem ao Novo Horizonte, ofereceu ao Sr. Pedro Rocha uma gleba como comissão, mas o pedreiro não aceitou. “O Pedro Rocha foi um herói, ele lutou por uma coisa que ele não recebeu nada,” nos disse Sr. Frederico, que também destacou a atuação do idealizador do Novo Horizonte no sindicato: “o Pedro lutou pra conseguir material escolar e extração de dente com pouco acréscimo na mensalidade. Antes dele entrar, o sindicato tava no fundo do poço, não tinha muito associado, não tinha emprego na construção. O Pedro entrou com tudo, trouxe dentista, advogado, médico...”

⁶⁹ Jornal Valeparaibano, 25 ago. 1978 (apud SILVA; TAKAMATSU, 2012).

⁷⁰ “Os lotes foram financiados pela D.F. Comércio e Participações Ltda e vão custar aos trabalhadores 100 mil cruzeiros financiados em 5 anos e 10 meses. [...] A empresa D.F. Participações vai financiar ainda o material bruto, ou seja, bloco, telha, madeira, três vitrôs, três portas e 25 metros de manilha” (UM CHURRASCO..., 1978).

⁷¹ Pedro [...], (1978)

loteamento pelos colegas de trabalho, mas mesmo assim foi conferir no sindicato da construção civil “pra ver se era mesmo verdade. Eram 500 lotes, eu entrei como quatrocentos e pouco.” Mais do que não saber a disposição do lote recém-comprado, o operário, que é nascido em São José dos Campos, “não sabia nem onde era isso”, referindo-se ao próprio local do Novo Horizonte.

O lançamento oficial do loteamento foi em 24 de setembro de 1978 e estavam presentes políticos locais, como o prefeito Ednardo de Paula Santos e o deputado federal Joaquim Bevilacqua, que seria prefeito de São José dos Campos no ano seguinte. Sr. Miguel nos conta que

No dia do churrasco teve um ônibus que levou a turma. Nós [ele e a esposa] viemos conhecer o Novo Horizonte. Eu sei que não chegava nunca, rapaz. Eu só conhecia até o [Jardim] Americano. Eu acostumado a morar na Vila Industrial, ah, eu não quero morar aqui, não. Eu já fui criado na roça! Ah, vir de novo?! Eu quando descí o gás [final da avenida Tancredo Neves, onde fica a empresa Ultragaz] e [vi que] não chegava, eu queria desistir.

Mas ele continuou, e, segundo nos disse, ajudou outros trabalhadores a encontrarem seus lotes no dia da inauguração.

Fotografia 3 – Inauguração do loteamento Parque Novo Horizonte. Homens procuram seus lotes no mapa afixado em mural improvisado. Fonte: Ana Maria da Silva Rocha.

Fotografia 4 – Inauguração do loteamento Parque Novo Horizonte. Fonte: Ana Maria da Silva Rocha.

Fotografia 5 – Futuros moradores no churrasco de inauguração do Parque Novo Horizonte. Fonte: Ana Maria da Silva Rocha.

Foram os próprios trabalhadores que construíram as primeiras casas em um mutirão⁷² organizado pelo senhor Pedro Rocha, que era pedreiro e ajudou também dando orientação técnica no andamento das obras. Sr. Manoel, que residiu no Novo Horizonte somente anos depois, chegando a ser presidente da Sociedade Amigos do Bairro (SAB) por dois mandatos, tinha uma chácara nas proximidades do loteamento e pôde, assim, acompanhar de perto a luta dos primeiros moradores. Ele lamenta que, hoje, os mais novos tenham deixado de se interessar pela história do bairro. “O Pedro Rocha foi esquecido. Lembro dele de calça arregaçada no barro, buscando água na minha chácara, no Capão Grosso, pra ajudar no mutirão. Ele foi 99% responsável pelo bairro.”

O espírito de solidariedade e de reconhecimento da condição do outro pareciam contagiar a todos. Dona Ana, conhecida por todos como Dona Branca, viúva do Senhor Pedro Rocha, nunca chegou a morar no Novo Horizonte, mas acompanhou o marido nos dias de mutirão, onde ajudava as outras mulheres no preparo da comida. “O Pedro falava: Branca, amanhã, a gente precisa fazer comida pros peão. Fui umas dez vezes, porque daí começou a aumentar [o número de] as casas, começou a crescer. Tinha gente que montava uma barraquinha até construir a casa.”

Sr. Portela, um dos primeiros moradores do Novo Horizonte, nasceu em Bananal - SP, município pertencente à região do Vale do Paraíba, onde trabalhava na roça tirando leite e plantando milho. Ao mudar-se para São José dos Campos nos anos 1970, não tardou em conseguir emprego na linha de produção de uma indústria de calçados na zona sul. O operário, que morava de aluguel numa casa de fundos com a esposa e dois filhos, no mesmo bairro da fábrica em que trabalhava, conseguiu comprar um lote no Novo Horizonte, situado a quinze quilômetros de seu local de trabalho, e nos conta que no início:

O Novo Horizonte parecia um formigueiro, todo mundo fincando seu buraco pra fazer a sua casa. E sem água, sem luz. [...] A prefeitura botava água de 15 em 15 dias num caminhão pipa. Eu saía de madrugada pra trabalhar na fábrica, quando chegava [no Novo Horizonte], [via que] a prefeitura colocava tambor de água, dividia a água pra todo mundo; as vacas tomavam água à noite, você não tinha água no outro dia. Você chegava e não tinha água pra tomar. Era um sofrimento.

⁷² “Dezenas de trabalhadores têm comparecido ao Sindicato da Construção Civil para pedir informações sobre o mutirão. [...] Segundo seu Jorge Tavares, morador da Vila Esmênia, “o problema da casa própria é de todo trabalhador de baixa renda. Isso porque principalmente em São José dos Campos o aluguel é caro demais e o trabalhador da construção civil acaba sendo obrigado a morar em barraco.” Por uma pequena casa de um quarto ele, por exemplo, pagará Cr\$ 2.000, 00. Por isso sua mulher – segundo Tavares – é obrigada a lavar roupa para fora” (O MUTIRÃO..., 1978).

Esse quadro, todavia, não se restringiu ao período do mutirão. Não conseguimos encontrar documentos que precisassem a data da implantação das infraestruturas (nos foi negado o acesso aos registros da SAB pelo presidente atual). Nas entrevistas com os moradores mais antigos, tal período variou de um a três anos de acordo com cada relato. Mas se ponderarmos o limite mínimo citado nas entrevistas, essas pessoas permaneceram ao menos cerca de um ano sem as infraestruturas mais básicas, como luz, redes de água e esgoto.

Sr. José, nascido em São José dos Campos, que trabalhava como operário em uma multinacional quando se mudou com a família para o Novo Horizonte em 1982, nos dá uma ideia do bairro na época: “era mais tranquilo, mas era mais sacrifício. Tinha que pegar água na bica de piruzinho, as ruas quando chovia viravam um buraco, só tinha uma mercearia, um bar. Era bem complicado.”

A situação de precariedade se tornava ainda mais crítica pelo isolamento do bairro (já que os equipamentos de serviços e bens de consumo coletivos mais próximos se encontravam a mais de 5 quilômetros de distância). Sobre esse aspecto, aliás, vale lembrar que o Novo Horizonte anunciava o estilhaço da periferia para além do eixo formado por outros bairros distantes ao longo da via Dutra. Numa época em que quase ninguém tinha carro na periferia, os trabalhadores precisavam acordar diariamente às 4 horas da manhã para caminhar até o Jardim São Vicente (bairro que margeia a via Dutra), local do ponto de ônibus mais próximo, a cinco quilômetros do Novo Horizonte, para tomarem a condução para as fábricas e demais estabelecimentos de trabalho. Sr. Miguel nos contou que no primeiro ano ia trabalhar de bicicleta, pois só havia três horários de ônibus (7h, 12h, 17h) e os horários de entrada e saída nas fábricas eram variados, se referindo aos que faziam terceiro turno. Da mesma forma, como a estrada que ligava o Novo Horizonte até as proximidades da via Dutra era de terra, quando chovia, ele precisava descer e seguir empurrando a bicicleta, que ficava com os pneus presos na lama. A primeira escola do bairro foi improvisada com salas de madeira. As redes de água e de esgoto e a iluminação pública também não foram instaladas de imediato. Além disso, como uma outra parte do terreno da antiga fazenda fora vendida somente em 1981, na qual a PMSJC construiu unidades habitacionais com financiamento da caixa econômica federal, o bairro foi crescendo por etapas e, dessa forma, nem todas as ruas possuíam infraestruturas. Para se ter uma ideia do infortúnio, em 1986, o problema que mais preocupava os moradores era a falta de rede de esgoto no bairro.⁷³

⁷³ Novo [...] (1986).

Nesse sentido, ante a gravidade da situação, a organização dos moradores através da Sociedade Amigos do Bairro (SAB) teve um papel fundamental no atendimento do poder público às reivindicações mais urgentes.

Aos problemas estruturais do bairro, somavam-se as dificuldades dos trabalhadores em levantar ou terminar suas casas, já que nem todos da primeira geração conseguiram participar do mutirão. A estes restou a alternativa da autoconstrução, na maior parte das vezes levada a cabo com a solidariedade de amigos e parentes.

Sr. Miguel, que hoje mora em um bairro clandestino da região, nos contou que pediu demissão da fábrica de fiação em que trabalhava para, com o fundo de garantia, construir sua casa. Ele mesmo construía durante a semana e, nos fins de semana, contava com a ajuda dos parentes. “Era sábado e domingo, a turma pegava bondão. Até a cunhada levantou tijolo lá. Mas só tinha uma porta e um vitrô, eu fechei tudo porque não tinha dinheiro pra comprar as outras portas e janelas.”

Dona Marilda, natural de uma pequena cidade do Vale do Paraíba, se mudou para São José em 1970, onde passou a morar de aluguel numa casa de fundos na Vila Industrial. Na época em que comprou o lote no Novo Horizonte, ela trabalhava como inspetora de qualidade em uma multinacional, na mesma fábrica em que seu marido era mecânico de máquina. Tal como outras tantas famílias do bairro, Dona Marilda foi construindo sua casa aos poucos. A trabalhadora nos conta que o marido precisou sair de férias para poder levantar a obra. Mesmo assim, quando o casal se mudou a casa “ainda estava no reboco e no chão de terra.” Com ajuda do pai e do sogro que iam nos fins de semana, Dona Marilda e o marido enfim conseguiram terminar a construção.

Para muitos trabalhadores pobres, a autoconstrução é a única alternativa possível de superação da segunda barreira para o acesso à casa própria, após a compra de um terreno cujo preço é determinado pela propriedade privada do solo urbano. Tais tipos de habitação, entretanto, não são apenas resultado de um processo social contraditório. Segundo Kowarick (1979), enquanto uma solução de subsistência, as autoconstruções são também funcionais ao capital, já que se cria um dos elementos que acaba por constituir uma fórmula que torna possível o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, “permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos” (KOWARICK, 1979, p. 57).

A própria Festa do Trabalhador, realizada anualmente no Novo Horizonte, é também um acontecimento que nos remete ao início e às origens do bairro. Muito conhecida na cidade

desde meados da década de 1980, essa festa guarda em sua gênese uma natureza de ordem política.

A Festa do Trabalhador, na qual é servido gratuitamente um prato de macarronada para as pessoas, além de contar com diversas atrações e shows musicais (“a gente já trouxe Sergio Reis, Gilberto e Gilmar, Negritude Jr., Almir Sater..., teve ano que chegou a ter cem mil pessoas em três dias de festa, ficamos sabendo pela rodagem das catracas dos ônibus”, nos disse, orgulhoso, Sr. Portela), surgiu em 1979, ano subsequente ao da inauguração do loteamento, também como uma forma de organização política com objetivo de pressionar o poder público municipal para a instalação de infraestruturas e melhorias para o bairro.

Ela foi criada como “FIT”, Festa Independente do Trabalhador, “para chamar a atenção do poder público para o bairro e para o bairro se apresentar para a cidade, para as pessoas o conhecerem”, nos conta Sr. João Bosco, ex-vereador, homem ligado a causas populares e aos movimentos sociais de luta por moradia digna na periferia, que embora nunca tenha morado no Novo Horizonte, participou da organização das primeiras festas. Por se tratar de um bairro operário, o dia primeiro de maio, e não o aniversário da inauguração do loteamento, foi a data escolhida para as comemorações. Segundo Rocha (2000, p.10)

Na periferia e nas suas relações espaciais temos possibilidades que são capturadas e também aquelas que resistem, não como ícone dos grandes movimentos contestatórios da dominação da sociedade pelo Capital e pelo Estado, mas como cotidiano que é vivido criticamente, raramente com consciência crítica sobre a cotidianidade, ainda imersos em ambiguidades, porém com o crítico que pode produzir o negativo e a explosão nesta realidade aparente de contínua afirmação.

Em todo início de ano, dirigentes da SAB do Novo Horizonte se reuniam com membros da administração pública municipal para solicitar a instalação de infraestruturas. O propósito era que a cada festa a prefeitura inaugurasse uma obra de infraestrutura ou de serviços, a qual era, inclusive, mencionada no cartaz de divulgação como uma forma de “lembrança” para a prefeitura da necessidade e do compromisso de cumprimento da obra.

Segundo Sr. João Bosco, tudo era organizado pelos moradores, os quais elegiam entre si uma comissão que ficaria responsável pela organização das festividades (apresentação cultural, competições esportivas, macarronada, etc.). Além disso, muitos moradores aproveitavam o fluxo de pessoas vindas de outros lugares para fazer pastel, bolo, suco, com o objetivo de arrecadar dinheiro para a compra do material de construção para suas casas – muitas delas ainda inacabadas na época.

Sr. Pedro Rocha foi quem teve a idéia da macarronada. De acordo com Sr. Portela, “a festa começou com um churrasco, mas a macarronada era mais barata.” Sr. João Bosco era

amigo de colégio do gerente de uma fábrica de massas na cidade e conseguiu assim o patrocínio da empresa, que passou a doar o macarrão. Geralmente, aos sábados e domingos, Sr. Pedro passava recolhendo a doação de molhos e outros ingredientes com os trabalhadores que se dispunham a ajudar.

“O Pedro fez um barracão enorme [onde era feita e servida a macarronada]. Eu dormia na casa da Carmem, que veio do Norte, esposa do Sr. Francisco, vendedor de verdura, ela foi a primeira moradora”, nos diz Dona Branca, que já havia ajudado no mutirão organizado pelo marido. “Era muito puxado porque a gente tinha que acordar as três horas da manhã para começar a fazer a macarronada.” A esposa do presidente do Sindicato da Construção Civil participou apenas das três primeiras festas, porque depois “começou a vir muita gente e não víamos fazer tanto macarrão.” Mas também porque com o crescimento do bairro e o surgimento de novas lideranças, Sr. Pedro Rocha começou a perder contato com os moradores do Novo Horizonte. “Essa foi a melhor época da minha vida,” nos revela Dona Branca.

Na programação da FIT havia também o “ato público.” De acordo com Sr. João Bosco e Sr. Portela, era um momento (geralmente com uma hora de duração) reservado pelos organizadores, no qual lideranças operárias e sindicais falavam de maneira livre sobre as condições vivenciadas pela classe trabalhadora, tais como baixos salários, más condições de vida e falta de liberdade.

Como parte dos trabalhos de campo da pesquisa, estivemos em duas Festas do Trabalhador do Novo Horizonte, em 2015 e 2016. Podemos afirmar que não conseguimos encontrar referência alguma à classe trabalhadora nos dias de festejo. Conquanto já soubéssemos que o ato público fora retirado da programação ainda nos anos 80, não encontramos qualquer outra menção ou homenagem aos trabalhadores, seja em forma de faixa, cartaz, caminhão de som ou exposição. Também na programação desses anos sequer constava algo minimamente relacionado às origens do bairro.⁷⁴

⁷⁴ Havia muitas pessoas simples, de todas as idades, na Festa do Trabalhador do Novo Horizonte de 2016. Por ter lecionado em uma escola estadual de um bairro da região, na qual estudavam vários discentes que residiam nos bairros clandestinos do entorno do Novo Horizonte, encontramos alguns rostos conhecidos como ex-alunos e seus familiares. Por volta do meio-dia, na fila que virava a esquina da escola estadual Dorival Monteiro, as pessoas (famílias e gente de idade em sua maioria) conversavam e observavam o movimento enquanto, segurando travessas de vidro ou plástico, aguardavam sua vez na distribuição da macarronada. Os bares todos estavam abertos e cheios, homens e mulheres bebiam cerveja e comiam lanches diversos em meio a conversas animadas. À tarde, houve a apresentação de uma orquestra de viola caipira na quadra poliesportiva do Dorival Monteiro, presenciada pelo prefeito Carlinhos de Almeida e alguns vereadores entre os populares que também assistiam ao show. Em uma das ruas principais, a Rua dos Lavradores, barracas montadas vendiam de tudo, de roupas a artesanatos e brinquedos. No fim dessa rua, no terreno baldio ao lado da SAB, na Rua dos Vidraceiros, fora montado um parque de diversões em que crianças andavam nos diferentes brinquedos e através de sorrisos, expressões corporais e conversas entusiasmadas com seus pais, deixavam transparecer a alegria da vivência de momentos especiais.

“Mudou muito, o trabalhador mesmo não tem nada, nenhuma homenagem, ninguém sobe no palco para falar nada,” quem nos conta é Dona Albina. Nascida em Barra Mansa- RJ, mudou-se em 1966 para o Vale do Paraíba com o marido, Sr. Francisco (que já trabalhou em indústrias de fiação e automobilística e hoje é aposentado), primeiro para Jacareí-SP, e depois para outros bairros de São José dos Campos até conseguirem comprar a casa própria no Novo Horizonte em 1982. “Antes, tinha um momento [da festa] principalmente que o pessoal do sindicato subia no palco. Hoje é só diversão.”

Dona Albina, mulher religiosa, que tem um papel ativo na Igreja Católica do Novo Horizonte com seu trabalho de evangelização e assistência a jovens carentes, pareceu sugerir ao longo da entrevista que essa mudança na essência da Festa do Trabalhador, tão importante que fora para a união dos moradores e para conquista de melhorias para o bairro, é algo que se desdobra para além da própria festa. A perda da referência de classe – a qual estava presente ainda que em clarões no início do loteamento, mesmo considerando o período de repressão e censura da ditadura militar - teve desdobramentos na consciência da população do bairro no decorrer dos anos, mesmo que seja o do não reconhecimento da importância da união e mobilização dos cidadãos para a luta por melhorias de um bairro da periferia. “Na UBS (Unidade Básica de Saúde), ia fazer reunião, todo mundo ia. Quando ia brigar por mais médico, o povo ia. Era mais unido, hoje não é mais. Naquele tempo, era gostoso trabalhar.”

De fato, a festa cresceu muito. Ainda nos anos 80, foi se tornando muito conhecida e começou a atrair gente de todas as regiões da cidade. Na década ulterior, a festa passou a ser organizada pela prefeitura, o que fez com que acabasse virando um evento do calendário municipal. Só que tudo isso trouxe inevitáveis mudanças. Não foi incomum ouvirmos munícipes de outros bairros se referirem à Festa do Trabalhador como a “Festa do Macarrão” do Novo Horizonte.

Tais mudanças parecem engendrar sentimentos permeados de ambiguidade nos moradores mais antigos, mesmos nos que se mostraram alheios ao viés político que compunha parte das primeiras comemorações. Numa tarde de sexta-feira de maio de 2016, participamos de um evento denominado Café com Histórias, na Casa de Cultura Eugênia da Silva, sediada no Novo Horizonte. No encontro, homens e mulheres, cerca de uma dezena, que residem no Novo Horizonte há quase quatro décadas contavam suas reminiscências sobre o bairro, externando a cada fala a relação de imenso afeto nutrido pelo lugar onde construíram boa parte de suas vidas. Em um momento da conversa no qual o assunto se centrou na Festa do Trabalhador, da mesma forma em que ouvimos opiniões que convergiam na direção de frases como “hoje em dia ninguém conhece mais ninguém na festa, sai trombando um no outro”, em

um instante seguinte, essas mesmas pessoas faziam coro com quem dizia “a festa é um orgulho para o bairro, uma tradição que não pode acabar” ou ainda “a comunidade tem que se unir, [pois] a festa está ficando menor.” Ao que nos parece, continua-se uma tradição que, no entanto, foi, aos poucos, perdendo sua essência inicial (já praticamente desconhecida pelas gerações mais novas de moradores e frequentadores da festa), e embora a possibilidade do encontro e do reconhecimento persista enquanto resíduo, esta vai sendo, gradativamente, sobreposta pelo simulacro. Nesse sentindo, a festa vai se tornando alheia aos próprios moradores do Novo Horizonte, os quais vão sendo capturados pelo espetáculo, tal como o são o tempo e o espaço de todas as dimensões da vida na sociedade movida pelo fetiche da mercadoria.

O trabalhador não se produz a si mesmo, produz uma força independente. O *sucesso* dessa produção, sua abundância, volta para o produtor como *abundância da despossessão*. Com a acumulação de seus produtos alienados, o tempo e o espaço se tornam *estranhos* para ele. O espetáculo é o mapa desse novo mundo, mapa que corresponde exatamente a seu território. As forças que nos escaparam *mostram-se* a nós em todo seu vigor. (DEBORD, 2011, p. 24)

Tentar analisar esse movimento não significa, porém, que não reconhecemos a importância de uma festa de caráter popular, ainda mais na periferia, em uma região composta por bairros segregados e em sua maioria desprovidos de espaços públicos. Trata-se, ainda, de um momento significativo, por conseguinte, também para as pessoas que moram nos bairros vizinhos, muitas delas bastante humildes, de uma rara alternativa de divertimento e de oportunidade de experienciar a centralidade e o encontro que o urbano traz consigo. Pois além de seu potencial componente reivindicatório e político, a festa traz também a oportunidade do momento da reunião, da confraternização, do encontro, do não-trabalho, ainda mais se não desconsiderarmos que trajetória de moradia dessas pessoas fora atravessada por uma experiência urbana mutilada. A possibilidade de apropriação do espaço, da praça, da rua, o reencontro dos velhos amigos, a paquera dos jovens, os shows musicais, as famílias que levam os filhos para brincar com as outras crianças na praça, o algodão doce, a pipoca, a roda gigante, o carrossel...

Não é nosso intuito aprofundar a discussão sobre as mudanças da Festa do Trabalhador ao longo desses anos. Muito menos atribuí-las a quem reside ou já residiu no Novo Horizonte.⁷⁵ Mas sim apresentar uma outra perspectiva, a saber, que essas

⁷⁵ Muitos dos que fizeram parte da primeira geração já faleceram ou então se mudaram para outros bairros.

transformações têm a ver com as dinâmicas do próprio bairro,⁷⁶ as quais estão, por sua vez, profundamente relacionadas ao movimento crítico da reprodução social. Portanto, pela nossa hipótese, o sentido da Festa do Trabalhador, que já nasce condicionado pelo negativo da cidade, é atravessado e corroído pelas plasticidades internas das determinações geradas no seio do capitalismo global.

Se por um lado a segregação espacial e a situação precária do início do loteamento abriam possibilidade para sentimentos e práticas de solidariedade entre os que ali habitavam, bem como para a percepção de uma identidade de classe, enquanto bases para a formação e para o desenvolvimento de uma consciência política ampliada, de outro, nunca é demais lembrar que São José dos Campos ao ser escolhido como local de investimentos federais para o desenvolvimento de setores estratégicos como o aeronáutico e o aeroespacial, segundo Santos (2006, p.68), “assumiu importância nacional com a Guerra Fria e com os governos militares.” É inegável que esta condição não só ampliava a desproporção da relação de forças entre capital e trabalho no interior de uma formação e crescimento urbano induzidos por indústrias de grande porte, como acendia o alerta dos órgãos de repressão estatal. Sendo assim, não podemos esquecer que a maior parte da primeira geração do bairro era formada por operários dessas indústrias e que, por conseguinte, estava inserida em um contexto no qual o ambiente de trabalho era marcado pelo controle e pela repressão à organização dos trabalhadores e pelo convívio com dirigentes sindicais indicados e nomeados pela ditadura militar.⁷⁷ Somam-se a isso os efeitos da crise econômica mundial da década de 1970, que passaram a impactar o país fazendo-o adentrar os anos 1980 em grave crise econômica e assolado pelo crescimento exponencial da dívida externa, inflação e desemprego. A tal conjuntura é, assim, acrescida a pressão sobre os trabalhadores, gerada pelo crescimento do exército de reserva.

Por outro lado, o impacto e a força das greves do ABC de 1978 e 1979 se estenderam a São José dos Campos, contribuindo, assim, para que a oposição obtivesse várias vitórias nas

⁷⁶ Não apenas as modificações da paisagem, mas também como as pessoas se relacionam a partir desse espaço. Ou seja, compreendem também as mudanças na sociabilidade, que, por sua vez, se relacionam, sob nossa perspectiva, às mudanças do urbano e do mundo do trabalho.

⁷⁷ O Sr. Oliveira, que se destacou no movimento sindical nos anos 80, nos contou que ao se filiar ao sindicato de uma grande indústria em 1977 “no dia seguinte a chefia já ficou sabendo. A chefia convencia você a se desfiliar ou até te demitia. Era um interrogatório.” Havia, sim, eleições para a diretoria dos sindicatos, mas, em geral, era um jogo de cartas marcadas, diretorias que se revezavam, mas que eram, no fundo, a mesma coisa.

eleições dos principais sindicatos. Só que em contrapartida sobreveio o recrudesimento da repressão ao movimento sindical⁷⁸ e às greves dos anos 80 pelo Estado e pelo capital.

Fotografia 6- Metalúrgicos de multinacional de São José dos Campos em 1979. Fonte: Comissão da Verdade dos Metalúrgicos, p.9. Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

⁷⁸ Não raro, os trabalhadores que aderiam às greves eram colocados em uma chamada “lista negra”, a qual era composta de trabalhadores demitidos por razões políticas. Segundo Sr. Oliveira, o operário que tivesse seu nome incluído na referida lista dificilmente era admitido em outra indústria. Os seguintes relatos foram registrados pela Comissão da Verdade dos Metalúrgicos elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região: “Após minha demissão da Metalúrgica Fiel, fui procurar trabalho na Engesa. Lá, me pediram atestado de antecedentes do DOPS e DEIC (Departamento Estadual de Investigação Criminal). Por sorte consegui entrar. Comecei a trabalhar na segunda-feira e, na sexta, fui demitido porque descobriram quem eu era já que meu nome estava naquela lista suja”(Ernesto Gradella, ex-deputado federal). “Participei da greve de 1979 e fui demitida assim que acabou minha licença maternidade. Com a caça às bruxas, não conseguia parar em nenhum emprego. Passei necessidade, até que chegou um ponto que tive que ir embora da cidade, fiquei visada” (Maria Inês de Oliveira, ex-metalúrgica).

Fotografia 7 - Policiais em frente aos portões de multinacional em São José dos Campos. Em abril de 1985, operários entraram em greve por reajuste salarial e redução da jornada de 48 para 40 horas semanais. Fonte: Comissão da Verdade dos Metalúrgicos, p.9. Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

É preciso ponderar a atuação do Estado⁷⁹ também no próprio bairro. Não obstante o Estado Moderno seja agente central para o funcionamento e para a reprodução da sociedade capitalista, não deixamos de reconhecer a importância de organizações e movimentos sociais da periferia, diante de necessidades objetivas imediatas, travarem contato com os representantes do poder público a fim de reivindicar e fazer valer seus direitos sociais nos limites da realidade histórica posta pelo capital. Entretanto, na periferia, ante as necessidades mais urgentes, a distância, a falta de tempo (em grande parte despendido na lomoção para o trabalho distante), muitas vezes, essa intermediação necessária é convertida em práticas de clientelismo. Não queremos, com isso, afirmar que tais fatos estão amparados em qualquer caráter determinista – pois existe luta e resistência no limite de vidas marcadas pelo esgotamento do dia a dia (pelas privações, pelo trabalho estafante, alienado e distante) e sobrepostas pela naturalização e reafirmação do existente – mas, antes, chamar a atenção para

⁷⁹ “Assim, o Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é ‘a realidade da idéia moral’, ‘a imagem e a realidade da razão’, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico de seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado” (ENGELS apud HARVEY, 2001, p.79-80).

o tipo de atuação das esferas estatais que muitas vezes ocorre na periferia, para as quais não há qualquer interesse no fortalecimento de movimentos de potencial classista. Segundo nos contou Sr. João Bosco em entrevista, foi grande a pressão dos conservadores. O poder público passou a interferir cooptando lideranças, oferecendo empregos, lançando vereadores para dividir a população. Isso sem contar a atuação dos setores mais conservadores da Igreja. Trata-se, pois, de uma dinâmica urbana complexa e baseada em relações sociais estruturalmente contraditórias, que também é afetada pela luta de classes.

Os desdobramentos dessas contradições permeiam também o sentido e o conteúdo da Festa do Trabalhador, pois assim como acontece com muitas pessoas que residem na periferia, a contingência do trabalho e os baixos salários também afligem os moradores da nossa região de estudo. Não obstante o Novo Horizonte tenha se tornado uma centralidade e, assim, destoar dos bairros do entorno, com efeito, nele existem mulheres e homens desempregados ou que, mesmo empregados, em geral num terciário mal remunerado e marcado pelos altos índices de rotatividade, passam por problemas financeiros. Nas pesquisa de campo, tivemos contato com muitas pessoas que viviam com dificuldade e também não foram poucos os que fizeram menção a parentes, vizinhos ou conhecidos em tal situação.⁸⁰

Sendo assim, para muitas pessoas, a Festa do Trabalhador representou, no decurso desses anos, também a possibilidade de acréscimo na renda familiar, seja para os que conseguiam montar suas barraquinhas, seja para os que alugavam o espaço de suas calçadas para vendedores, inclusive de outras cidades, estimulados pelo enorme fluxo de pessoas nos dias de festa.⁸¹

⁸⁰ Como parte dos trabalhos de campos, chegamos a participar de alguns encontros com um grupo de Vicentinos ligados à Paróquia Coração Eucarístico de Jesus, igreja católica do bairro, assim como também acompanhamos algumas visitas a moradores do Novo Horizonte, que são realizadas semanalmente pelo grupo, com o intuito de oferecer apoio espiritual e material (ceatas básicas) aos que estão desempregados ou passando por graves dificuldades financeiras. Em uma dessas reuniões, foi mencionado o caso de um rapaz que passou mal durante uma partida de futebol por causa de fome, o qual era colega do filho de uma das Vicentinas. Segundo contaram, para receber ajuda, o rapaz havia mentido que a mulher e filho moravam com ele. Discutiram também sobre o caso de um senhor de cinquenta anos, “muito simples” - o qual trabalhara por vinte anos como vigia de uma Igreja e tinha sido demitido - que estava passando necessidade há alguns meses. Segundo um dos vicentinos, o referido senhor “não tem o dom pra sair gritando e pedindo emprego.”

⁸¹ “[...] a expectativa dos “barraqueiros” é grande com relação às vendas, São aproximadamente 1.000 comerciantes, espalhados por cerca de 220 barracas. Eles vieram de todos os Estados, com a esperança de conseguirem algum ganho com a venda dos produtos. [...] pé-de-moleque, cocada, calabresa, bolsas, cintos e outros, o que ‘transforma a festa numa grande feira.’ Há também os ambulantes, em número não estimado, ‘que também procuram lugar ao sol.’ Cada barraca pagou Cr\$ 500 mil pelo metro linear (frente) (TRABALHADOR..., 1993). “Este ano 170 barracas foram montadas por vendedores das cidades de Aparecida, Guaratinguetá, São Bernardo do Campo e do Sul de Minas. As barracas foram montadas ao lado das residências. O proprietário da casa recebeu 50% do valor da locação. [...] O dinheiro arrecadado será dividido em partes iguais para as entidades representativas do Novo Horizonte” (FESTA..., 1995).

FESTA DO 9º ANIVERSÁRIO BAIRRO NOVO HORIZONTE

≡ DIA 1º DE MAIO DE 1987 ≡

Promoção: Sociedade Amigos do Bairro Novo Horizonte
Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Administração: Antonio José

Convite / Programa

DIA: 01 / 05 / 87 — SEXTA-FEIRA

06:00 hs — ALVORADA COM ROJÕES

06:30 hs — MISSA

06:30 hs — REVOADA DE POMBOS

08:00 hs — TORNEIO DE FUTEBOL ENTRE AS EQUIPES:
PANELAO, EUGENIO DE MELO, NOVA ESPERANÇA, E.C.C. NOVO
HORIZONTE E FORTALEZA.

08:00 hs — CORRIDA DE PEDESTRE E TORNEIO DE TRUÇO

09:00 hs — PROGRAMA MULTILAZER

09:00 hs — SENSACIONAL SHOW DE CALOUROS "DIA DO TRABALHADOR"
— COM PREMÍOS DE 1º AO 5º COLOCADO — CZ\$ 3.000,00 (TRÊS
MIL CRUZADOS), CZ\$ 2.000,00 (DOIS MIL CRUZADOS) E CZ\$ 1.000,00
(HUM MIL CRUZADOS) E MEDALHAS. INSCRIÇÕES NO
DIA.

10:00 hs — SHOW DO RIZZO E SEUS PALHACINHOS

10:30 hs — INAUGURAÇÕES: URBANIZAÇÃO DA PRAÇA 1º DE MAIO E
ASSINATURA DO DOCUMENTO DE DOAÇÃO DA ÁREA PARA
CONSTRUÇÃO DA OBRA SOCIAL DO BAIRRO.

11:00 hs — DISTRIBUIÇÃO DA MACARRONADA

11:30 hs — APRESENTAÇÃO DE CAES ADESTRADOS

12:00 hs — CULTO EVANGÉLICO DO NOVO HORIZONTE

13:00 hs — GRUPO FOLCLÓRICO DE CAPOEIRA DO NOVO HORIZONTE

14:00 hs — APRESENTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COM O SHOW DAS
"ÁGUAS COLORIDAS"

15:00 hs — ATO PÚBLICO SOBRE O "DIA DO TRABALHO"

16:00 hs — BANDA DO COSEMT

16:30 hs — DESFILE DE CAVALEIROS DA REGIAO

17:00 hs — APRESENTAÇÃO DO BLOCO CARNAVALESCO DE EUGENIO DE
MELO

17:30 hs — GRUPO MUSICAL "COISA NOSSA" COM SENSACIONAL
"FAGODE"

18:00 hs — SHOW SEBASTIANEJO

18:00 hs — BANDA DE SANTANA

19:00 hs — GRUPO AFRO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

20:00 hs — TEATRO COM A PEÇA "MENOR ABANDONADO" GRUPO SONHO
E PAZ DO NOVO HORIZONTE

21:00 hs — ENCERRAMENTO COM "SENSACIONAL SHOW DE FORRÓ".

Não percam também o sensacional show de calouros "Dia do Trabalhador" com prêmios de: Cz\$ 3.000,00 (três mil cruzados) ao 1.º colocado; Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados) ao 2.º colocado; e Cz\$ 1.000,00 (hum mil cruzados) para o 3.º colocado - medalhas para 4.º e 5.º colocados.

Inscrições no dia: à partir das 09:00 horas

Apoio: Rádio Metropolitana de São José dos Campos

Colaboração:

PETYBON

Ericsson do Brasil

Comércio do Novo Horizonte

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Calçados

Comissão Permanente de Festejos da Prefeitura Municipal de S. J. Campos

COMISSÃO PERMANENTE DE FESTEJOS
Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Rua José da Alencar, 123 — Centro — CEP 12.200
Fone (0123) 21.8000

Divisão de Produção Gráfica

Figura 5 - Cartaz da Festa de 1987. A chamada é para Festa de Aniversário do Novo Horizonte, e não mais Festa do Trabalhador. Detalhe também para os colaboradores, entre os quais duas indústrias sediadas no município. Contudo, nesse ano, o Ato Público ainda constava na programação, às 15 horas. Fonte: Sindicato dos Vestuários de São José dos Campos

Figura 6 – Folheto de divulgação da Festa do Novo Horizonte de 1994 faz referência ao dia do trabalhador e às origens operárias do bairro, representadas nas imagens de trabalhadores da construção civil. Fonte: Arquivo público municipal de São José dos Campos – SP.

Figura 7 - Parte interna do folheto de divulgação da Festa do Trabalhador do Parque Novo Horizonte de 1994. Note que no dia 30 de abril às 20 horas estava programada uma homenagem ao Pedro Rocha. Mas já não há qualquer menção ao “ato público” ao longo da programação. Fonte: Arquivo público municipal de São José dos Campos – SP.

Figura 8 – Frente e verso do folheto de divulgação da Festa do Trabalhador do Parque Novo Horizonte de 2009. Aqui, a única referência ao trabalhador está no nome da festa. Fonte: Arquivo público municipal de São José dos Campos – SP.

A partir da pesquisa com os moradores antigos, buscamos traçar um perfil desta periferia que se forma no contexto da indústria fordista, no qual grande parte da população economicamente ativa (PEA) de São José dos Campos se encontrava no setor secundário. Não se trata de generalizar a partir de alguns poucos casos, mas de tentar, pela articulação entre os níveis, relacionar o cotidiano e o lugar ao movimento geral dos processos de caráter global.

A primeira geração que habitava o Novo Horizonte representa bem esse momento na medida em que foi formada, basicamente, por trabalhadores da indústria e da construção civil.

É também, como grande parte da população da periferia que se forma nos três primeiros decênios da industrialização de grande porte da cidade, um bairro de imigrantes. Gente vinda do sul de Minas Gerais, norte do Paraná, Vale do Paraíba Fluminense, assim como de outros municípios do Estado. Todos os casos estudados em nossa pesquisa tiveram um passado no campo, seja como “empregados”, para se manter o termo relatado nas entrevistas, seja como arrendatários em regime de parceria.

O trabalho - pesado, sem direitos, e fortemente suscetível à intempéries, pois desprovido de tecnologias e insumos agrícolas sofisticados - em um campo já totalmente

submetido à acumulação urbano-industrial, nos dá a tônica das trajetórias destes homens e mulheres.

Oriundos de famílias pobres, a necessidade do trabalho bateu cedo a suas portas, alguns começaram a trabalhar aos 8 anos de idade. A vida dura na roça, que dispende tempo e energia física desde a mais tenra idade, foi fator determinante para a baixa escolaridade desses trabalhadores. Assim, a vida na cidade, mesmo atravessada pela espoliação e pelo trabalho alienado, repetitivo e também pesado nas grandes indústrias, é, de certa forma, comparada a trajetória rural pregressa. Nesse sentido, a garantia do salário, o encontro diário com os colegas de trabalho, a experiência (ainda que degradada) do urbano, a possibilidade de estudar os filhos, o sonho de uma vida melhor na cidade, transparece nos relatos como uma melhora de condição.

Sr. Oswaldo⁸², 63 anos, nascido no norte do Paraná, mora no Novo Horizonte desde 1990. Antes de se mudar para São José dos Campos, em 1978, com a esposa e os filhos para um cortiço próximo ao centro, o paranaense trabalhou na roça em seu município de origem e depois foi serralheiro e servente de pedreiro em Apucarana –PR. Em São José dos Campos, trabalhou todos esses anos numa pastelaria no centro da cidade até ingressar em uma grande indústria em 1987, pela qual depois se aposentou.

Era pesado, mas pra gente que tinha trabalhado na roça, não era ruim, não. Alguns saíam, não aguentavam. O chefe gritava como o peão na frente de todo mundo. [...] Os colegas tinham ciúme quando o chefe chamava só alguns para fazer hora extra. Você sabe, né, peãozada. E depois vinha o salário maior no fim do mês. [...] Tem pressão da chefia, tem gente que não aguentava; eu não ligava, o importante era receber o meu no fim do mês.

A melhora da condição pode ser compreendida, principalmente ao lembrarmos que, diferentemente do caso citado, a maior parte de nossos entrevistados saiu diretamente das zonas rurais de seus municípios de origem para São José dos Campos. Isso nos dá uma ideia do nível de exploração ao qual as pessoas estavam sujeitas no campo, pois mesmo que a inserção desses trabalhadores na cidade tenha sido, frequentemente, marcada pela experiência da precariedade, pelos trabalhos mal remunerados e pela moradia em sub-habitações (seja em cortiços, de aluguel em casas de fundo próximas ao centro da cidade ou em barracos comercializados em terrenos irregulares, afastados da região central), ainda assim tal mudança aparece como melhora da condição de vida.

Sr. Francisco, nasceu no sul de Minas Gerais, e se mudou em 1960, ainda bem jovem, para a zona rural de Rio Bom – PR, onde plantava milho e feijão e entregava 40% do que

⁸² Nome fictício.

produzia para o dono da propriedade. Seguindo os passos da cunhada, que migrara meses antes, o agricultor se mudou com a família para São José dos Campos, em 1972, sem ter nada em vista (“com a cara e a coragem”, e em seguida acrescenta, “mas naquela época era mais fácil para conseguir emprego”). Sr. Francisco foi morar com a esposa e os filhos num “corredor” na Vila Industrial, ao se referir ao cortiço no qual permaneceu até 1982, quando conseguiu comprar um lote no Novo Horizonte. Sua trajetória de trabalho - servente de pedreiro, porteiro, cobrador de ônibus e, por fim, almoxarife em uma empresa estatal, onde se aposentou em 2000 - destoa dos moradores da primeira geração que, segundo o próprio, “era mais gente de fábrica”, mas converge para o perfil de empregos mal remunerados e sem exigência de qualificação.

Assim como para Sr. Francisco, para os demais entrevistados a compra da casa própria, após anos morando em condições como a acima relatada, só foi possível numa periferia hiper-segregada, e mesmo assim com muitas dificuldades. Além do mais, considerando que a maior parte das sub habitações localizava-se nas proximidades da região central, o acesso dessas famílias à casa própria só foi possível nos termos do que se constitui como o negativo da própria cidade e do urbano.⁸³

A despeito do vertiginoso processo de segregação socioespacial em curso na virada para a década de 1980, é interessante notar que dez anos antes, o segundo PDDI de São José dos Campos, elaborado entre 1968 e 1969, mostrava preocupação em proporcionar “padrões modernos de vida” à população ligada às atividades industriais, similares aos que seus autores supunham ser os de sociedades desenvolvidas. Segundo Bologna (2000, p. 131)

Havia, em São José dos Campos, uma defasagem significativa entre os padrões de vida da população que se dedicava às atividades industriais e os padrões socio-econômicos de sociedades industriais de regiões mais desenvolvidas. Isto indicava que, em São José dos Campos, um dos problemas centrais da Política de Desenvolvimento Social deveria ser a ação concentrada na integração da população em padrões modernos de vida urbana e a criação de condições de participação mais efetiva na vida sócio-cultural local.

⁸³ Inseridos como força de trabalho em um processo de industrialização baseado na superexploração do trabalho (MARINI, 2005), a economia gerada com o fim do aluguel em cortiços e casa de fundos trazia para essas pessoas a possibilidade de aquisição de eletrodomésticos, móveis e demais objetos necessários ou desejados. Ou ainda mais do que isso, experienciados pela indiferença e frieza da racionalidade burguesa nas grandes cidades, a casa própria, conquanto em lugar extremamente segregado, se configurava numa segurança primordial para quem estava sujeito ao fantasma da contingência do trabalho e à incerteza da efetivação de direitos sociais como saúde, educação e previdência social. Para os trabalhadores que vieram de favelas (construídas em terrenos irregulares, nos quais os lotes eram vendidos por uma máfia de especuladores que se aproveitavam do desespero de quem não tinha um teto para abrigar sua família), o Novo Horizonte, ainda que, inicialmente, não se diferenciava de tais condições de penúria, significava a segurança jurídica de um bairro regularizado, e com isso um peso a menos para quem vivia assolado pela iminência de desocupação pelo Estado.

Reconhecemos, portanto, que isso não estava posto para a camada mais pobre da classe trabalhadora, embora esta compusesse grande parte da população “que se dedicava às atividades industriais”.

De acordo com o movimento exposto no presente capítulo, podemos considerar que a expulsão das pessoas da cidade - ainda que a ela permaneçam integradas abstrata e simbolicamente pelas tramas do que Lefebvre (2008) vai chamar de tecido urbano degradado em periferia - não se explica apenas pela indústria, mas também pela propriedade privada da terra. Ao não regular a concentração da propriedade, o Estado não só permite como constrói espaços desiguais na cidade, espaços “privilegiados” que vão garantir o aumento do preço dos imóveis ou o retorno do investimento de capitais. Segundo Lefebvre (1972, p. 160)

A urbanização que se estende até os campos é uma urbanização degradada e degradante. [...] a cidade rebenta pelas periferias; [...] o incerto tecido urbano que se prolifera. [...] E isto apesar do poder da indústria e do olhar inquieto, mas cúmplice dos representantes da classe dirigente, que desta degradação extraem lucros consideráveis.

O movimento de formação do bairro é, assim, marcado pela negação do urbano enquanto possibilidade da reunião, da simultaneidade e da diferença. “Tinha um riozinho, de sábado e domingo o povo ia nadar. Esse era o divertimento,” nos contou Dona Marilda, que mencionou também as reuniões da Igreja, “o santuário do Santíssimo ficava na casa do Zé Ademir”, ao ser perguntada sobre os finais de semana ou dias de folga.

Wanda (única moradora citada nesse capítulo que não fez parte da primeira geração), que mudou-se com os pais aos 11 anos para o Novo Horizonte em 1982, também lembra da igreja. “A única coisa que tinha era festinha da igreja, quermesse. Mas depois começou a vir parque de diversão de dois em dois meses.”

“Tinha um bar que a turma ia beber cachaça”, recorda Sr. Paulo, pai de Wanda.

São relatos que se referem aos anos 1980. O bairro hoje, como já mencionado, conta com uma grande área pública e com muito mais recurso que outrora.

No capítulo a seguir, procuramos investigar a dinâmica do urbano com o surgimento de novos bairros e as possibilidades e limites surgidos com a formação de uma sub-centralidade na região.

Figura 9 - Localização de nosso recorte empírico e o movimento de expulsão da cidade. O centro está pintado de amarelo. De laranja, respectivamente em ordem de proximidade central, o Jardim Paulista e a Vila Industrial, bairros que nossos entrevistados residiram até conseguir comprar uma casa própria no Novo Horizonte. Por fim, identificado em vermelho está o nosso recorte empírico, o Parque Novo Horizonte. Fonte: Imagem de satélite obtida pelo site Google Maps. Representação elaborada por João Marcelo R. L. Brasil.

4. A PERIFERIA ATUAL

“O nosso mundinho é do Novo Horizonte pra cá.”

(Juliana, moradora do bairro Majestic)

4.1. Apresentação da região de estudo

No presente capítulo, procuramos estudar a periferia atual a partir da constituição do Novo Horizonte em uma centralidade periférica, investigando os bairros a esta pertencentes e a inserção de seus moradores no mundo do trabalho e no urbano.

Antes de apresentar a região estudada, é preciso deixar claro que consideramos a centralidade periférica, ou sub-centralidade, como uma derivação da dialética da centralidade. Ao dotar a periferia de certos conteúdos e serviços, o Estado e o capital contém as pessoas neste lugar. Entedemos, pois, a constituição da centralidade periférica como o desenrolar de uma estratégia de intervenção no espaço, na qual se reúne determinados elementos para que se repulse aqueles que não se quer no centro.

Figura 10 - Localização da região estudada. O Novo Horizonte, bairro inicial e centralidade da região, está identificado em amarelo. Em laranja estão identificados os bairros regulares e em vermelho, os loteamentos clandestinos. Fonte: Google Maps, representação elaborada por João Marcelo R. L. Brasil.

A região do Novo Horizonte conta atualmente com cerca de vinte bairros, entre regulares e clandestinos. Quando concluímos as pesquisas de campo em julho de 2016, alguns destes estavam em processo de regularização. Mas para efeito de análise, consideramos e mantivemos no trabalho escrito a vivência e as observações sobre a situação de irregularidade com a qual tivemos contato no decorrer da pesquisa.

Nossa ideia inicial era estudar apenas um desses bairros como recorte empírico da periferia atual. No entanto, logo nas primeiras aproximações em campo, além da constatação da dificuldade de conseguirmos uma quantidade razoável de entrevistas em somente um deles, fomos percebendo que a formação e a geografia dos bairros da região, bem como a trajetória de trabalho e as experiências do urbano de seus moradores, mesmo com o aprofundamento da complexidade e da heterogeneidade da periferia, apresentavam traços semelhantes a partir dos quais poderíamos discutir algumas questões ligadas aos processos mais globais.

Nesse sentido, consideramos como pertencentes ao nosso recorte empírico os bairros que de acordo com nossas investigações preliminares têm o Novo Horizonte como

centralidade, tanto pela proximidade, quanto por ter a Avenida 9 de Novembro e seu prolongamento como Estrada do Bom Retiro como via de acesso e de saída da região em direção a São José dos Campos (pois sua continuação no sentido oposto termina na Rodovia Carvalho Pinto), mas principalmente em razão de seus moradores utilizarem os equipamentos e serviços públicos do bairro em questão.

De maneira geral, a região é caracterizada por pequenos e médios bairros, fragmentados, dispersos e entremeados por áreas rurais de pastagem ou por extensos terrenos baldios.

Nos loteamentos clandestinos, há desde grandes terrenos com construções bem acabadas (a minoria) até autoconstruções em estado precário, nas quais observamos a utilização de materiais improvisados (pedaços de telha de amianto, madeira, chapas de compensado, lonas) para formar parte do portão, da cerca, da parede e até mesmo dos telhados das casas. Não foi incomum encontrarmos moradores realizando obras em suas residências, inclusive em dias de semana, o que pode sugerir uma situação de desemprego ou de informalidade.

À exceção das proximidades dos pontos de ônibus nos horários de saída e chegada do trabalho, as ruas (muitas delas sem pavimentação e com esgoto correndo a céu aberto), com seus traçados irregulares, apresentam baixo movimento de carro e, principalmente, de pessoas.

Tampouco existem espaços públicos nesses lugares. Provavelmente em vista disso, a maior parte do movimento de pessoas gira em torno das pequenas vendas, dos botecos e das diversas denominações de igrejas evangélicas.

Em 2003, um estudo realizado por um Convênio de Colaboração entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP buscou traçar o perfil socioeconômico de diversas regiões da área urbana do município, que para esse propósito foi dividida em 24 setores. Os bairros que fazem parte de nosso recorte empírico foram divididos em dois setores: 27, no qual se encontrava o Novo Horizonte, os bairros regulares e outros bairros de regiões vizinhas, e 30, ao qual pertenciam os loteamentos clandestinos de nossa região de estudo, bem como os de outras subcentralidades da periferia da zona leste. De acordo com os resultados, neste último setor, a taxa de desemprego variava entre 23,72 a 28,07 %, enquanto no setor 27, entre 18,07 a 23,72 %. Ambos estavam entre os que apresentaram os piores índices do município, com média geral de 21,3%. Ainda segundo o referido estudo, em 43% dos domicílios de São José a renda mensal das famílias chegava até 3 salários mínimos. No setor 27, do qual faz parte o Novo Horizonte, esse número se

aproximava da casa dos 60% e no setor 30, ultrapassava os 75% (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 2004).

Figura 11 - Renda total das famílias em salários mínimos, Setores socioeconômicos do Município de São José dos Campos – 2003. Fonte: São José dos Campos (Cidade), 2004, p.28.

Sobre os loteamentos clandestinos, é preciso ressaltar que embora estejam em maior número nas zonas leste e norte, não estão circunscritos apenas a estas. Antes, são uma realidade presente em toda zona urbana. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, dos 506 mil habitantes de São José dos Campos em 1999, pelo menos 100 mil viviam em loteamentos clandestinos,⁸⁴ num total aproximado de 130 bairros nessa situação.

O surgimento dos bairros irregulares são importantes para compreendermos o crescimento da região e a dinâmica que constituiu o Novo Horizonte em uma centralidade periférica.

Nossa região de estudo começou a crescer no início dos anos 80. A começar pelo próprio Novo Horizonte, já que além das 84 unidades habitacionais financiadas pela Caixa Econômica Federal em parceria com a prefeitura e entregues em 1981, os demais lotes que não estavam entre os 500 negociados com o Sindicato da Construção Civil também começaram a ser vendidos. Ademais, o poder público municipal aprovou outros quatro

⁸⁴ BARBOSA, 1999.

loteamentos nas suas proximidades: Jardim Castanheira e Paraíso do Sol em 1980, Parque Nova Esperança e Jardim Cerejeiras em 1982⁸⁵, que somados correspondiam a 2245 novos lotes.⁸⁶

É importante destacar que, nesse mesmo período, começam a se formar e expandir outras periferias nos extremos da zona leste com características, em alguma medida, semelhantes as de nossa região de estudo, a saber, a constituição de subcentralidades nas quais gravitam em seu entorno outros bairros (regulares e irregulares) também distantes, segregados, dispersos, fragmentados, em situação de precariedade e marcados pela pobreza material de sua população. São elas as regiões do Campos de São José, nas proximidades da refinaria Henrique Laje da Petrobrás (cuja construção foi concluída nessa década), e do Santa Inês.

Tal dinâmica, porém, não pode ser desvinculada da sanção de uma nova Lei de Parcelamento e Zoneamento (Lei 2263/80) em 1980, que ampliava o perímetro de expansão urbana (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 1996). Do início de sua vigência até 1983, nada menos que 32 loteamentos foram aprovados pelo poder público municipal⁸⁷ (quantidade superior aos 19 aprovados em toda a década de 1970), a maior parte destes na periferia. Mais do que isso, cabe considerar que a explosão da cidade em periferia é, em larga medida, resultado da acentuação da especulação imobiliária, em decorrência das diretrizes do segundo PDDI (1969) não incentivarem a expansão horizontal (com exceção das áreas de vazios urbanos), assim como da exclusão dos mais pobres das políticas habitacionais implementadas nos anos 70.

Vale lembrar que somente em 1979 a prefeitura passou a se preocupar com a falta de moradia para os trabalhadores de baixa renda. Naquele ano, foi criada a Empresa Municipal de Habitação S/A (EMHA), a qual tinha como finalidade a proposta de soluções para o grave problema habitacional que atingia as camadas populares. Entre seus objetivos constava “planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas ou de melhorias de emergência visando à assistência dos moradores e a *higienização*⁸⁸ das áreas ocupadas diretamente ou em conexão [...]”^{89 90} O que, por outro

⁸⁵ Cabe destacar a aprovação, em 1987, de 20 lotes do Núcleo Habitacional Bom Retiro (há 3 quilômetros do Novo Horizonte), pequeno bairro rural dos anos 1960, próximo a divisa com o município de Caçapava. Também vale lembrar que já existia um bairro na região desde o final da década de 1950, o Jardim Nova Michigan.

⁸⁶ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), (2017).

⁸⁷ No final da década, foi contabilizado um total de 62 loteamentos aprovados (IBID., 2017).

⁸⁸ Grifo nosso.

lado, nos revela a segregação como um dos conteúdos da produção do espaço e os interesses do estado e seu papel enquanto agente dessa produção.

A nova lei de 1980 atribuía ao loteador a total responsabilidade pela implantação das infraestruturas. No entanto, conforme Bologna (2000), muitos loteadores não cumpriram as normas legais e, com isso, coube ao poder público a execução das obras necessárias à população – em alguns casos somente muito tempo depois de as pessoas estarem residindo nos locais. É caso do Jardim Cerejeiras, bairro contíguo ao Novo Horizonte, que em 1990 (8 anos, portanto, após sua aprovação pela prefeitura) ainda apresentava uma situação bastante precária. Segundo reportagem do Jornal Valeparaibano 1990,⁹¹ a população dos dois bairros, estimada em 7.250 habitantes na época, convivia com esgoto correndo a céu aberto, águas das fossas transbordando pelas ruas, problemas de abastecimento de água e insuficiência dos serviços de coleta de lixo. Tal condição, de acordo com o subcoordenador da Vigilância Epidemiológica ouvido pela reportagem, foi a responsável por um surto de hepatite nos dois bairros, que atingiu 32 moradores, a maior parte destes, crianças entre 5 e 9 anos de idade.

Percebemos, por conseguinte, a constituição de uma sub-centralidade marcada por uma série de graves problemas estruturais, os quais atingiam tanto os moradores do Novo Horizonte, quanto os dos bairros do entorno. E além da ausência de infraestruturas, de responsabilidade do loteador, a falta de equipamentos públicos como escolas, creches e postos de saúde nos novos bairros prejudicava não apenas os que nestes habitavam, mas a todos da região que se formava, uma vez que o crescente aumento da demanda sobrecarregava os equipamentos e serviços públicos do Novo Horizonte.

Percebendo agravamento da situação, em 1983, o poder público municipal passou a tomar medidas mais rigorosas em relação aos empreendimentos imobiliários que não executavam as obras de infraestruturas exigidas por lei, “através de cancelamento de

⁸⁹ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), (1979).

⁹⁰ Em 1980, através da EMHA foi construído no extremo sul da zona urbana, há aproximadamente 14 quilômetros do centro, o Conjunto Residencial Elmano Ferreira Veloso com 800 unidades. O programa foi, porém, paralisado, sendo retomado apenas em 1987, dessa vez com financiamento dos governos federal, PAIF, e estadual, CDHU. Nesta segunda etapa, nas proximidades da área inicial, foram implementados os loteamentos Campos dos Alemães I e II, para os quais foi removida parte da população das favelas do Banhado e Santa Cruz, localizadas na região central, e também da favela do Caramujo, localizada às margens da Rodovia dos Tamoios (ROSA FILHO, 2002). A remoção foi executada antes mesmo da instalação de infraestruturas como redes de água e esgoto, construídas somente meses depois. Essa região recebeu ainda outros empreendimentos nos anos 1990, financiados pelos governos federal e estadual (ROSA FILHO, 2002). De maneira geral, a história do extremo sul da cidade pode ser caracterizada pela produção estatal de um conjunto de bairros marcados por altos índices de pobreza. Ver São José dos Campos (Cidade), (2004).

⁹¹ Vigilância [...] (1990).

aprovação e encaminhamento ao Poder Judiciário dos loteamentos que encontravam-se irregulares ou clandestinos” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 1996, p.7). Podemos citar o caso do Jardim Castanheiras, loteado na área de uma antiga fazenda de plantação de uva, que chegou a sofrer intervenção judicial, conforme nos conta Dona Maria. Natural de Ubá – MG, ela se mudou para o bairro em 1983, vinda de Goiânia com os filhos e o marido, que veio para trabalhar em uma indústria do setor aeronáutico. Segundo a moradora, na época, o bairro possuía apenas rede elétrica. Perante tal adversidade, mas motivada pelas conquistas dos moradores do Novo Horizonte e se espelhando em sua forma de organização, Dona Maria decidiu fundar, em 1986, uma SAB no Jardim Castanheiras, bairro que também contava com uma significativa predominância de operários fabris. Segundo ela nos conta, a fundação da SAB foi fator determinante para a chegada das redes de água e esgoto, assim como para a pavimentação das ruas, iniciada em 1990.

Mas mesmo com o rigor das medidas tomadas pela prefeitura, visando impedir novas irregularidades, começaram a surgir, desde 1984, inúmeros loteamentos clandestinos na zona rural do município, em especial nas zonas norte e leste. Tais bairros foram sendo formados a partir de pseudochácaras de recreio parceladas em lotes de 1000 a 2000 metros quadrados que, posteriormente, foram subdivididos ilegalmente em pequenos lotes urbanos, sem instalações de qualquer tipo de infraestrutura e equipamentos públicos comunitários (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 1996).

A insuficiência do número de empreendimentos de habitação de interesse social implementados pela prefeitura⁹² - embora houvesse “grande estoque de lotes urbanos de propriedade privada”, mas “cujo custo não era acessível a essa parcela da população” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade), 1996, p.8), as dificuldades de fiscalização e as exigências da Lei de Zoneamento (BOLOGNA, 2000) contribuíram tanto para eclosão de inúmeros loteamentos clandestinos, como para a intensificação de sua ocupação logo nos anos subsequentes. Para se ter uma ideia da intensidade do fenômeno, apesar do grande número de loteamentos aprovados na periferia durante a década de 1980, em 1988 já existiam aproximadamente 90 loteamentos clandestinos (BOLOGNA, 2000).

Para efeito de análise, além dos citados, consideramos, sob base nos critérios já apresentados, como pertencentes ao nosso recorte empírico os seguintes bairros: Chácara

⁹²Apenas 4 empreendimentos foram realizados de 1980 a 1984, num total de 1086 unidades habitacionais. São eles o Conjunto Elmano Ferreira (região sul) Veloso, 850 unidades; Casa Econômica Parque Novo Horizonte (região leste), 84 unidades; Conjunto Habitacional Nosso Teto (região sudeste), 84 unidades; Programa Habitacional Jardim Morumbi (região sul), 68 unidades.

Araújo, Capão Grosso, Capão Grosso I e II, Chácara Santa Maria, Jardim Ebenezer, Chácara Portal do Céu, Chácara Primavera I, Chácara Primavera II, Chácara Majestic, Chácara Santa Lúcia, Condomínio Santa Rita, Santa Hermínia e Chácara Boa Esperança – todos estes em situação irregular ou em processo de regularização até julho de 2016.

Fotografia 8 – Rua do Loteamento Clandestino Majestic. A pequena presença de pessoas nas ruas do bairro foi uma constante em nossas observações de campo. Fonte: João Marcelo R.L.Brasil; agosto de 2015.

Fotografia 9 – Vista panorâmica do loteamento clandestino Portal do Céu. A imagem aberta nos dá uma ideia da fragmentação de muitos dos bairros da região. Fonte: João Marcelo R.L.Brasil, setembro de 2015.

Fotografia 10 – Rua do loteamento clandestino Jardim Primavera II. Fonte: João Marcelo R. L. Brasil, agosto de 2015.

A fim de melhor compreendermos esse momento da produção do espaço que se anuncia como uma urbanização crítica, procuramos, no próximo subcapítulo, ao local articular outros níveis de análise, até chegarmos ao global, com o intuito de descortinar as contradições do capitalismo atual, o que a nosso ver é fundamental para entender as transformações em curso na sociedade.

Na década de 1980, a crise da dívida externa, resultado do choque do petróleo em 1973 e da decorrente explosão dos juros internacionais, afetou muitos países do então chamado terceiro mundo, entre eles o Brasil.

Em seu sentido mais profundo, essa crise pode ser entendida como um desdobramento do esgotamento do modelo fordista e o prenúncio de um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2009) de acumulação flexível.

4.2. A crise do fordismo e a passagem para a acumulação flexível

Os anos 1970 foram marcados pelas dificuldades do capitalismo em seguir adiante baseando-se no modelo fordista disseminado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Sua crise, no entanto, já vinha sendo esboçada desde a década de 1960.

A reconstrução econômica da Europa Ocidental e Japão no pós-guerra, financiada pelos EUA, e os investimentos públicos no desenvolvimento de ciência e tecnologia proporcionados por seus respectivos governos nacionais contribuíram para o progressivo desenvolvimento das forças produtivas das corporações com sede nesses países., Assim como ocorrera nos EUA, isso os levou à necessidade de dar vazão aos capitais excedentes no momento em que a elevação da produtividade começou a se deparar com a saturação da demanda interna.

Com isso, grandes indústrias europeias e japonesas passaram a instalar filiais em países América Latina e Sudeste Asiático gerando, por conseguinte, “uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente desrespeitado ou inexistente.” (HARVEY, 2009)

O acirramento da concorrência mundial, que compelia as empresas a uma corrida cada vez mais intensa pelo aumento da produtividade, requeria, por seu turno, vultosos investimentos em capital constante. Entretanto, dada a expressiva composição orgânica atingida pelas corporações, a própria possibilidade real de remuneração desse capital investido pela via da produção passava a ser questionada. Além disso, segundo Harvey (2009, p.135) existiam contratempos com a rigidez desses investimentos “de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes” tal qual com “a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho” diante de uma classe trabalhadora organizada. Por outro lado, o Estado keynesiano precisava, na forma de impostos, dos recursos advindos de um crescimento econômico estável a fim de garantir direitos sociais como educação, saúde, transporte, assistência social, etc, os quais lhe davam legitimidade perante a população. Diante do anunciado problema fiscal e da necessidade de manutenção da estabilidade econômica, o Estado norte-americano optou por uma política monetária que acabou por gerar uma grande onda inflacionária, a qual colocou em xeque a estabilidade do dólar como moeda internacional e a própria expansão do fordismo no pós-guerra. Não obstante, a expansão econômica norte-americana se manteve por meio da política monetária até 1973.

O mundo capitalista estava afogado pelo excesso de fundos; e, com poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. (HARVEY, 2009, p.136)

A crise do petróleo, de 1973 - ocasionada pela elevação do preço do barril e pelo embargo de sua exportação para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense como retaliação dos países árabes participantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ao apoio dos EUA a Israel - segundo Harvey (2009), mudou drasticamente o custo relativo dos insumos de energia, levando à busca de economia energética através da mudança tecnológica e organizacional, bem como levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, agravando a instabilidade dos mercados financeiros mundiais. Paralelamente a isto, as grandes indústrias encontravam-se diante de uma imensa capacidade ociosa, o que as levou a dar início a um processo tanto de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, quanto de reestruturação produtiva, servindo-se do desenvolvimento de novas tecnologias que proporcionavam maior automação na produção e mais rapidez e eficiência nos setores de transporte e comunicação, e, com isso, a aceleração do tempo de giro do capital.

Tais processos marcaram a passagem do fordismo para um regime de acumulação que Harvey (2009) chamou de acumulação flexível, que se apoia

[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços. [...] os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda nos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2009, p. 140)

Além disso, as novas tecnologias desenvolvidas pela revolução da microeletrônica e da informática nos anos 1970, também conhecida como terceira revolução industrial, facultada por maciços investimentos estatais e privados em pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologia, proporcionou um extraordinário crescimento da produtividade, que intensificou a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, suscitando a dispensa de enormes massas de trabalho vivo das indústrias incorporadoras de altas tecnologias e gerando, assim, problemas como o desemprego estrutural e a queda da demanda efetiva.⁹³

⁹³ E ainda que o capital consiga manter sua lucratividade por certo tempo - seja pelo aumento da mais valia absoluta (o que vai depender da correlação de forças entre capitalistas e classe trabalhadora do período em questão) ou pela elevação da mais-valia relativa (facultada pelo incremento da capacidade de explorar trabalho

Nesse contexto, o nível de desemprego no pós-guerra chegava a índices inéditos:

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – umas das colunas do regime fordista. (HARVEY, 2009, p. 141)

O aumento da concorrência, a volatilidade do mercado e a queda tendencial das taxas de lucro impulsionaram as grandes indústrias a uma incisiva afronta aos trabalhadores e sindicatos, visto que, dado o contexto de desemprego estrutural e crescimento do exército de reserva, estes se encontravam em situação de fragilidade quanto ao poder de negociação. Ademais, as estratégias empresariais de flexibilização geográfica, facilitada pelo desenvolvimento de tecnologias nas redes de comunicação, informação e transportes, dispersaram os trabalhadores, diminuindo, assim, seu poder de organização. Diante de uma conjuntura marcada pela patente desigualdade na correlação de forças entre capital e trabalho, o sistema baseado no regime de acumulação flexível abriu caminho para a expansão do trabalho em tempo parcial, dos contratos temporários e da informalidade.

Para Kurz (1996), a revolução da microeletrônica aumentou de tal forma a produtividade que toda expansão do capital a partir de então, além de intensificar a formação de monopólios e fusões, passou a ser uma expansão da dispensa de trabalho vivo, comprometendo ainda mais a produção da mais-valia global.

Toda empresa que no mercado mundial faz parte dos vencedores apropria-se de determinada quantia da mais-valia global, em forma de dinheiro disponível; participa, portanto, na mais valia-global, e isto para muito além de sua própria produção de valor efetiva. A parte dos vencedores aumenta, portanto, às custas dos perdedores. Se o nível global da produtividade, e com ele o nível correspondente da rentabilidade, é tão alto (e já alcançamos essa fase) que “perder” significa, para cada vez mais unidades empresariais, a exclusão do mercado e, portanto, a destruição do capital, acontece que em cada nova volta do processo de concorrência diminui a massa global de mais-valia disponível, apta para ser apropriada, em relação à massa global de capital monetário aplicado, já que este tem que “crescer” antes de transformar-se na forma dinheiro. (KURZ, 1996, p. 206)

proporcionado pelos investimentos em capital constante) – o desenrolar de sua lógica no tempo histórico aponta inexoravelmente para a queda tendencial das taxas de lucro. A dialética da acumulação e crise de acumulação é na essência o aprofundamento das contradições internas do capital, pois o desenvolvimento da produtividade é a negação do próprio fundamento do valor (MARX, 1985, 1986).

Tamanha é a produtividade alcançada pelo capital com o desenvolvimento das forças produtivas que os reinvestimentos em capital constante, necessários para se baratear os custos da produção no âmbito de uma concorrência mundial cada vez mais atroz, já não são mais compensadores para remunerar investimento somente pela exploração de trabalho abstrato. Com isso, uma vasta massa de capitais advindos da crise de sobreacumulação e em busca de valorização vai intensificar o deslocamento dos investimentos do processo produtivo para o capital financeiro e para a especulação imobiliária.

4.3. O capital financeiro

Segundo Chesnais (1998), como resultado dos impasses gerados ao longo dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo do pós-guerra, tivemos, nas décadas de 1980 e 1990, a passagem da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo. Governos conservadores como os de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra iniciaram a implementação de políticas econômicas neoliberais que, graças ao poderio político desses países, aliado à força econômica do mercado financeiro, rapidamente se tornaram hegemônicas em todo o mundo.

A consolidação de tal projeto está alicerçada na desregulamentação financeira. Segundo Chesnais (2005, p.35), “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais.” Conquanto as grandes corporações continuem sendo as formas de organizações capitalistas mais identificáveis, ao seu lado, menos visíveis

estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos à título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, p.35)

A passagem da exterioridade do capital fictício para sua inserção no centro das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2005) propiciou às instituições especializadas na acumulação pela via financeira se tornarem proprietárias dos mais importantes grupos

empresariais. De acordo com Paulani,⁹⁴ isso impôs à acumulação produtiva uma dinâmica orientada por um móvel externo: a maximização do valor acionário.

O financiamento não se dá mais somente por intermédio dos bancos, através de empréstimos a credores que desejam investir no processo produtivo. Segundo Chesnais (2005), a instituição preponderante da finança é o mercado secundário de títulos, que negocia somente ativos já emitidos. A administradora da carteira avalia e aplica o dinheiro em títulos nesses mercados, nos quais os meios financeiros são postos à disposição direta do investidor, sem que permita saber quem são seus devedores. “Seu problema não é saber “quem pagará o mico”, mas saber se os mercados permanecerão líquidos.” (CHESNAIS, 2005, p. 49)

Com o processo de financeirização da economia, o capital se livra do “incômodo” da produção mercantil e abre a possibilidade da transformação do dinheiro em mais dinheiro, “em um valor que ‘produz’”⁹⁵ sem passar pelo processo produtivo, o que coloca em evidência o protagonismo da propriedade e do rentismo no capitalismo contemporâneo.⁹⁶ Contudo, às contradições entre capital e trabalho, somam-se novas contradições que surgem com a centralidade da finança na acumulação. O próprio processo produtivo passa a ser ditado pela necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital, determinado pela valorização financeira. Com isso, ocorre na produção

um sem número de mudanças, [...] seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas). (PAULANI, 2009, p. 28)

4.4. A produção do espaço no movimento de financeirização mundial

Embora a construção e destruição de espaços como possibilidades de investimento do capital excedente date ao menos do século XIX, como Harvey (2006) bem demonstrou em sua análise sobre as reformas urbanas de Paris, assim como Brito (2004), na construção da emergente São Paulo no final do mesmo século (evidenciando a relação espúria entre Estado,

⁹⁴ PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil., **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.23, n.66, p.25-39, 2009.

⁹⁵ Ibid., p.27.

⁹⁶ Ibid.

capital financeiro e o nascente mercado imobiliário),⁹⁷ é somente a partir da década de 1970 que os processos de incorporação do espaço urbano se expandem.⁹⁸

Segundo Harvey (2004), uma imensa quantidade de capital excedente oriundo das crises de superacumulação não encontra possibilidades de ser reabsorvido no processo produtivo. Além do mercado de ações e de papéis da dívida pública estatal, esse capital ocioso passa a ser direcionado à especulação imobiliária. Kurz (1996, p. 216), nos ajuda a entender esse movimento a partir de um caso emblemático ocorrido no Japão ainda na década de 1980, em que:

[...] os ganhos já não reinvestíveis, procedentes dos excedentes de exportação e do refluxo de juros, serviam em grande escala para a compra de imóveis por parte das empresas fornecedoras do mercado mundial, demasiadamente bem-sucedidas. A consequência foi uma explosão dos preços imobiliários que excedeu todos os casos comparáveis na história. [...] Naturalmente, esses preços, que a procura excessiva fez subir de altura, já não têm nada a ver com o valor real desses prédios ou terrenos, no que se refere à localização ou à forma de aproveitamento [...]. Mas a especulação alimenta a especulação, e assim tornou-se a compra de imóveis cada vez mais lucrativa em virtude do aumento contínuo dos preços, causando a elevação do nível de preços nos proprietários a ilusão de um valor cada vez mais alto.

O próprio espaço urbano passa então a servir de *locus* para a inversão do capital excedente por meio de estratégias que se valem do *marketing* das cidades globais, da criação da necessidade de modernização das cidades para supostamente torná-las competitivas no mercado mundial, das estratégias de degradação e decorrente desvalorização de fragmentos de espaços urbanos para, no tempo oportuno, incutir o discurso da necessidade de revitalização desses espaços, etc – tudo isso, não sem o suporte político, ideológico e jurídico do Estado. Conforme sinaliza Alvarez (2011, p.71)

[...] a reprodução do espaço por meio de políticas ou projetos de intervenção seletivos coloca-se como a estratégia possível e, portanto, não se reduz à reprodução das formas econômicas *stricto sensu*, mas forja a produção de um ‘novo lugar’ – condomínios de alto padrão, edifícios corporativos, centros de entretenimento, produção de habitação em larga escala – abrindo novas fronteiras de valorização imobiliária, criando novas centralidades,

⁹⁷ Nesse período, ocorreram mudanças significativas em relação ao uso do espaço na cidade de São Paulo. A institucionalização da propriedade privada não só permitiu ganhos exponenciais na forma de juros e renda, como gerou uma onda de especulação imobiliária, impulsionada pelas construções e embelezamentos das áreas centrais.

⁹⁸ O desenvolvimento do capitalismo não ocorre por etapas que se sucedem e eliminam completamente e de imediato as antecedentes. Portanto, evidenciar a hegemonia do capital financeiro desde a década de 1970, não implica sua desconsideração ou ausência em momentos precedentes da história do capitalismo, tampouco do desenrolar da lógica do capital.

redefinindo possibilidades de uso e apropriação e, finalmente, aprofundando a hierarquização e a segregação.

4.5 As metamorfoses da periferia, um caminho à atualidade

Como foi apresentado no item 4.1 deste capítulo, embora a maior parte dos bairros da região do Novo Horizonte tenha surgido na década de 1980, grande parte de seus moradores começou a chegar somente ao longo década seguinte.

Quando o Sr. Jurandir se mudou com a esposa e as filhas para o loteamento clandestino Majestic, em 1989, só havia três casas na sua rua, “era uma mata”, nos conta ele. Mineiro de Lima Duarte – MG, Sr. Jurandir começou a trabalhar desde cedo nas plantações de arroz, feijão e milho de fazendas de outrens em seu município de origem, nas quais recebia por dia trabalhado. “Como não era salário, era tudo muito incerto”, veio com a família tentar a vida no estado de São Paulo. Sua trajetória no estado paulista se inicia no município de Caçapava, onde permaneceu por 9 anos trabalhando como assalariado em uma fazenda de gado leiteiro. Sua primeira experiência urbana se inicia em 1989, quando a família se muda para a casa de um parente no Jardim Santa Inês, bairro da periferia da zona leste de São José dos Campos. Logo em seguida a sua chegada na cidade, Sr. Jurandir conseguiu emprego como servente de pedreiro em uma firma da construção civil. Provavelmente, pelo passado no campo em Minas Gerais, repleto de incertezas e ausências de direitos, Sr. Jurandir fez questão de ressaltar a importância de ter sido “fichado” na nova firma, “dava mais segurança, pois todo mês tinha salário garantido”. A falta de experiência ligada a trabalhos urbanos não o impediu de se firmar na empresa. “Eu não sabia nada, mas de ver os outros trabalhando, eu aprendi, eu ficava prestando atenção. Eu era muito trabalhador, muito esforçado.”

Assim como Sr. Jurandir, muitos dos homens e mulheres que chegavam a São José dos Campos nos anos 90 ainda apresentavam uma trajetória de vida ligada ao campo. No entanto, diferentemente dos que haviam migrado até o fim da década de 1970, a construção de um percurso laboral ligado à indústria se apresentava com uma possibilidade um tanto remota para os trabalhadores de baixa qualificação.

Esses imigrantes se defrontavam, agora, com um mundo do trabalho industrial atravessado por processos de automatização e informatização, que modificariam sensivelmente não apenas o perfil ocupacional da PEA de São José dos Campos - sinalizando a transição da base de empregos do setor secundário para o terciário, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1990 - mas também os contornos da própria classe trabalhadora.

Gráfico 1 - Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais no Município de São José dos Campos (em %). Fonte : SEADE, Elaborado por João Marcelo R.L.Brasil.

Em geral, os empregos na construção civil, assim como ocorria em grande parte do setor terciário, já se caracterizavam pela baixa remuneração, e o processo de redução e fragmentação da classe trabalhadora fabril (que acarretou também em uma perda relativa de sua força política) passou a dificultar ainda mais a permanência e o acesso à cidade para os novos imigrantes.

Um colega de firma de Sr. Jurandir conhecia uma pessoa que tinha um terreno no Majestic. Ao saber disso, o servente de pedreiro pediu por várias vezes que o colega insistisse com o conhecido para lhe vender terreno. “Consegui comprar por 150 cruzeiros. Mas foi duro, muito difícil pagar. Ainda ficou faltando pagar 50, que foi à prestação. Mas foi muito suado, viu. Não foi fácil.” Foi o próprio Sr. Jurandir, com a experiência adquirida como servente de pedreiro (profissão por ele exercida até a aposentadoria), quem começou a construir a casa nos finais de semana, com a ajuda dos amigos do bairro. Em razão do salário baixo e das demais prestações do lote a pagar, a família, no início, só pôde levantar dois cômodos. Além disso, muito material precisou ser improvisado. Sr. Jurandir nos conta que na primeira véspera de Natal da família no Majestic, um vento forte levou a telha da casinha. “Era telha fina.” Ele precisou, então, improvisar uma lona para que a família não passasse a noite totalmente exposta ao tempo.

Sr. Celso, nascido em Olímpio Noronha – MG, chegou ao Majestic no mesmo ano que Sr. Jurandir. O mineiro interrompeu os estudos ainda criança, aos 11 anos, quando estava na quarta série do antigo ensino primário, para trabalhar como empregado em fazendas de

plantação de mandioca, arroz, feijão e milho. “O trabalho era pesado e eu ainda tinha que andar 6 quilômetros pra chegar na escola, daí eu desisti.”

Sr. Celso migrou para São José dos Campos aos 24 anos, em 1988. Seu primeiro local de residência foi na casa de um tio na Vila Tesouro, bairro formado no final dos anos 1950, na periferia da zona leste. Pouco após chegar à cidade, ouviu falar que o Celestino⁹⁹ estava vendendo uma chácara de 1000 metros no Majestic. “Eu comprei 500 metros e meu tio comprou 500. Foi em 32 parcelas. Daí eu já me mudei, mas não tinha luz, não tinha água, não tinha nada.” Segundo Gouvêa (2003, p. 200), os moradores “acreditavam não estar em condição clandestina por terem posse de um documento com registro em cartório [...], a parte ideal, pagando assim, de forma rateada, imposto ao INCRA (ITR).”

Apesar da grande quantidade de loteamentos aprovados na periferia durante os anos 1980, houve um expressivo crescimento do número de loteamentos clandestinos na segunda metade desta década, chegando a um número próximo a 90 em 1988 (BOLOGNA, 2000).

Tal dinâmica nos remete a pensar a propriedade privada do solo como um dos motores da segregação, porque mais do que o acesso à casa própria, a propriedade privada é quem vai dizer quem tem acesso à cidade (ALVAREZ, 2013, 2015). Nesse sentido, a própria propriedade privada se transforma no seu outro, haja vista a grande quantidade de pessoas que não consegue acessá-la sequer em um bairro regularizado da periferia.¹⁰⁰

Em 1989, ainda havia poucos moradores no Majestic. Além disso, o loteamento era isolado e distante até mesmo do Novo Horizonte, nessa época ainda longe de exercer a centralidade atual e apresentando graves problemas de infraestrutura e de insuficiência de serviços públicos devido ao crescimento da região.

É provável que as condições iniciais do Majestic tenham contribuído para a formação de relações de vizinhança alicerçadas em um forte componente de solidariedade. Foi assim, com a ajuda dos vizinhos, que Sr. Celso conseguiu construir a casa de dois cômodos. “Antes um ajudava o outro, eu mesmo ajudei a levantar a casa do Jurandir. Quando ia encher uma laje, juntava gente. Oferecia um pão com mortadela.” Nos conta ele achando graça, mas ao mesmo tempo consciente de que o momento de dificuldade só não foi maior para todos no Majestic graças à generosidade e ao apoio dos vizinhos. Rocha (2000, p.84) considera que

⁹⁹ De acordo com Gouvêa (2003), uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), de 1991, identificou o loteador Rosveres Celestino como proprietário ou responsável por duas imobiliárias que comercializavam lotes de forma ilegal nestes locais. “O loteador clandestino comprava as áreas rurais ou se associava com os proprietários de terra, e não fazia as infra-estruturas, além de comercializar toda gleba não reservando áreas públicas, institucionais ou verdes” (GOUVÊA, 2003, p. 185).

¹⁰⁰ Ver Barbosa (1999).

“mesmo sendo uma coação a exigência do trabalhador usar momentos de folga do trabalho alienado para construir sua casa”, há nessa atividade uma relação diferenciada, um potencial integrador no qual aprimoram-se as relações de vizinhança (como nos dias de mutirão). São momentos em que impera a solidariedade. “Eu fazia injeção na turma, no genro da Dona Maria, na filha do Sr. Jurandir”, nos conta Sr. Celso sobre a técnica aprendida quando servira o exército, mas que também diz muito sobre o isolamento e a precariedade do loteamento, bem como da dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública dos que ali residiavam.

Pelos relatos, percebemos que o próprio acesso à moradia nos loteamentos clandestinos se constitui no não acesso à cidade. Nesse sentido, há um movimento semelhante ao ocorrido na formação do Novo Horizonte, vivido, agora, por essa primeira geração que vai formando nas novas periferias e para a qual as condições de precariedade são também acompanhadas de um processo de negação do urbano, porém com um índice maior de gravidade, já que a irregularidade dos loteamentos veta ou cria certos obstáculos para a instalação de infraestruturas e equipamentos públicos.

Além disso, diferentemente dos que chegaram ao Novo Horizonte, mas antes puderam ter alguma possibilidade de experiência e acesso ao centro, ainda que residindo em sub-habitações, desta vez, a trajetória urbana para os que chegam já se inicia na própria periferia e o acesso à casa própria só se torna possível em loteamentos clandestinos e hiper-segregados.

As contradições se intensificam.

Sr. Celso nos conta que seu primeiro emprego na cidade foi como operário em uma multinacional de telecomunicações, onde permaneceu por 3 anos, antes do setor em que trabalhava ser fechado e ele, mandado embora. “Já tava meio em crise”, relata Sr. Celso, que nunca mais conseguiu emprego como operário fabril. Depois disso, seu padrão de vida caiu, “era 4 meses num lugar, 5 no outro, o salário era menos da metade.” Ele ainda chegou a trabalhar em uma multinacional de produtos eletrônicos, mas, desta vez, como terceirizado no serviço de limpeza – da qual pediu demissão porque o salário era muito baixo. Isso foi em 1993, última vez em que o nosso entrevistado conseguiu emprego com carteira assinada. Ele também chegou a trabalhar como descarregador de engradados em uma distribuidora de refrigerantes, mas após nova demissão revolveu, diante de uma série de contingências e necessidades, se virar como pedreiro, função que passou a exercer por conta própria.

Segundo Antunes (2008), ao mesmo tempo em que ocorre a redução dos postos ocupados pelo operário fabril, efetiva-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir do setor de serviços, assim como vivencia-se uma subproletarização intensificada, presente no crescimento do trabalho parcial, precário, subcontratado e terceirizado. A

terceirização de setores como informática, segurança, alimentação, limpeza, entre outros serviços prestados às empresas, ocasionaram a redução de salários, perda de direitos trabalhistas e enfraquecimento dos sindicatos. Segundo Alain Bihr (1991 apud ANTUNES 2008, p.49):

[...] essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração: a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

Nesta nova fase, o trabalho industrial sob as bases da produtividade alcançada com terceira revolução industrial começa a não mais fazer parte da trajetória dos moradores da periferia ou então está presente apenas como um momento fugaz no passado remoto. O que passa a predominar é a precarização, a terceirização e a rotatividade do trabalho, acompanhadas do rebaixamento do poder aquisitivo da classe trabalhadora e da insegurança de se morar num bairro clandestino. A violência do trabalho abstrato atinge, assim, no capitalismo contemporâneo, uma nova dimensão, pois ao mesmo tempo em que sua coação ainda persiste como centralidade da mediação social, esta, no entanto, passa a se constituir como uma centralidade negativa ante a elevação dos índices de automatização e do crescimento do desemprego estrutural.

Aterrissando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos que devastador. Aproveitando-se a enorme reserva criada pela industrialização, como “infomal”, a acumulação molecular-digital não necessita desfazer drasticamente as formas abstrata-concretas do trabalho, senão em seus nichos fordistas. Realiza-se, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma das porosidades que entravavam a completa exploração. (OLIVEIRA, 2003, p. 142)

4.6. A periferia atual

Procuramos, neste último subcapítulo, tratar sobre as novas gerações na periferia.

De maneira geral, nossos entrevistados são filhos dos homens e mulheres que chegaram à região no fim da década de 1980. Muitos se casam e constroem suas casas no mesmo terreno dos pais, aproveitando o amplo espaço muitas vezes disponível, haja vista que estes loteamentos clandestinos foram formados a partir de pseudochácaras e os lotes, recortados sem maior rigor.

Uma outra parte de nossas entrevistas foi composta pelos que vieram tentar a vida em São José dos Campos no começo do novo século, já não mais com expectativas de inserção no trabalho industrial. São muitos nordestinos, com experiências de moradia e (sub)empregos em outras cidades, e que, mobilizados pela negatividade do trabalho, vêm tentar a sorte sobretudo no setor da construção civil. Muitos trabalhadores, inclusive, já vieram com as próprias construtoras e por aqui ficaram mesmo após o encerramento dos contratos e das obras. Em geral, foram atraídos pelo *boom* da construção de novas centralidades imobiliárias voltadas para as classes de alta renda, no final dos anos 1990,¹⁰¹ e pelas obras de ampliação e modernização da Revap,¹⁰² na segunda metade da década de 2000, que gerou 12 mil postos de trabalho, a maior parte deles temporário.

O desejo de passar a residir em São José dos Campos mesmo em um loteamento clandestino da periferia e no qual os laços de vizinhança e solidariedade estão sendo, gradativamente, corroídos pelo individualismo neoliberal e pelo acirramento da concorrência por trabalho, diz muito sobre a violência do processo de reprodução social na periferia do capitalismo. A automatização do trabalho e a produção neoliberal de uma forma de ser, sentir e pensar baseada na lógica do cálculo mercantil (DARDOT; LAVAL, 2016) enquanto processos objetivos e subjetivos de naturalização e internalização da coação da concorrência aderem novos conteúdos ao relacionamento entre as pessoas também nos momentos de não-trabalho. A possibilidade de aproximação dos que habitam o mesmo lugar vai dando lugar ao medo e à solidão.

Marta,¹⁰³ 35 anos, residente do loteamento clandestino Boa Esperança, veio de São Paulo, onde morava em uma ocupação, com as filhas e o marido, mineiro, trabalhador da

¹⁰¹ Nesse período, foram construídos diversos empreendimentos imobiliários de alto padrão, além de redes de hipermercados, estabelecimentos de comércio, de serviços e do do Shopping Colinas, todos na zona oeste. Tudo isso contou com a atuação do poder público municipal, que se responsabilizou pela obras viárias, pelo alargamento e embelezamento das vias, bem como pela construção de canteiros e rotatórias. Tais obras, com efeito, absorveram, ao menos temporariamente, tanto a força de trabalho recém-chegada a São José dos Campos quanto grande parte de trabalhadores egressos de outros ramos que foram atingidos pela crise estrutural. Alvarez (2013, p. 113) nos ajuda a pensar como esse momento da produção da cidade enquanto condição da acumulação do capital é também a produção da “(...) segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido último da reprodução social. A paisagem urbana revela desigualdades que são socioespaciais, porque fundamentadas num processo contraditório de produção social do espaço, no qual a valorização/circulação de capitais de diferentes níveis (locais, regionais e globais) pressupõe a produção da cidade (da metrópole, do urbano) como condição e meio de sua própria realização, o que implica a adoção de estratégias e alianças (no plano econômico e no econômico e político) que buscam viabilizar seus objetivos, qual seja, a reprodução ampliada”. (ALVAREZ, 2013, p. 113)

¹⁰² Refinaria Henrique Lage (Revap) da Petrobras, que ocupa uma área de 10.000.000 m² e está localizada na zona leste de São José dos Campos.

¹⁰³ Nome fictício.

construção civil, e que veio realizar uma obra na zona oeste de São José dos Campos a serviço da empreiteira na qual trabalhava na capital. “Aonde ele vai, a gente vai atrás.” Nascida e criada no interior da Paraíba, nossa entrevistada já trabalhou na plantação de milho e feijão na propriedade de outrem, de empregada doméstica, no serviço de limpeza de uma fábrica de material cirúrgico, de auxiliar de creche e como terceirizada na limpeza de um condomínio. A família resolveu vender tudo que tinha e comprar a casa no Boa Esperança (“mas estava em ruína, era mato, bicho, lacraia”), mesmo com tantos problemas estruturais no bairro. Não há rede de esgoto, e como não podem manter a fossa tampada devido ao risco de explosão, ela nos conta que nos dias de calor, além do mal cheiro, a casa fica cheia de baratas. Além disso, a falta de pavimentação das ruas deixa a casa cheia de pó, o que causa problemas respiratórios nas crianças. Mas apesar dos problemas estruturais e jurídicos do loteamento, da frieza das relações de vizinhança (“hoje em dia não se confia em ninguém”, “nós só temos um casal de amigos de mais idade, que são de Alagoas, às vezes, com eles, a gente desabafa”) e de não conhecer muito a cidade, ela diz não querer mais sair de São José por nada. “Eu não saio muito assim pra aproveitar o que a cidade tem a oferecer. Eu vou mais no Novo Horizonte, lá na missa, comer um lanche, aqui [no Boa Esperança] não tem área de lazer. Eu levo as crianças pra brincar no parquinho da praça do Novo Horizonte.”

Para Liliane,¹⁰⁴ 35 anos, a possibilidade da casa própria também só foi possível em um loteamento clandestino, no Portal do Céu. Nascida no interior da Bahia, ela, assim como outras nordestinas entrevistadas para nossa pesquisa, foi “dada” pela mãe para trabalhar de babá ainda na adolescência, aos 14 anos, em Salvador, o que acabou por comprometer os estudos e, por consequência, sua inserção no mundo do trabalho não-precariado na vida adulta.

Ao chegar em São José em 2000, aos 20 anos de idade, Liliane morou em várias casas, todas no Campos de São José (bairro regularizado da periferia que se configura como centralidade para um conjunto de outros bairros da zona leste, porém com menos recursos que o Novo Horizonte) e sempre de aluguel. Tal qual outros moradores da periferia, o marido já foi de tudo na vida, ajudante de pedreiro, auxiliar de limpeza em shopping center, técnico de manutenção de ar condicionado, carpinteiro na REVAP – Petrobrás (“naquela época estavam pegando bastante gente”). Já a nossa entrevistada, até conseguir um trabalho com carteira assinada como empregada doméstica no lado oposto da cidade, fazia “bicos” como diarista. “Esses bicos foram bons porque eu peguei experiência na limpeza” nos conta ela. As

¹⁰⁴ Nome fictício.

consequências situação de pobreza na infância, que a obrigou largar os estudos, ainda continua pesando sobre sua vida, uma vez que ela mal tem tempo de estar com os filhos durante a semana, pois além do tempo gasto com o deslocamento no trabalho distante, precisa terminar o ensino médio à noite numa escola no Novo Horizonte. A cunhada, desempregada, é quem olha os filhos para ela.

Morando no Portal do Céu há 1 ano, nossa entrevistada disse que se pudesse, voltava a morar no Campos de São José, deixando transparecer o carinho pelo lugar com o qual conseguira estabelecer uma relação de afeto e, na contramão da expansão da racionalidade neoliberal (que gera frieza e indiferença também nas relações interpessoais), ter feito muitas amizades. Liliane vai todo final de semana para o antigo bairro e ao mesmo tempo em que aproveita pra rever os amigos, vende cosméticos por catálogo para tentar aumentar a renda da família. “Eu não fico no Portal no Céu no fim de semana” A vida, os amigos, a história (mesmo sofrida – “quando eu cheguei, as pessoas viam que eu estava passando necessidade e davam as coisas. Ah, você é baiana? Posso conhecer a sua casa?”) ficaram todas no outro bairro da periferia. “Mas surgiu uma oportunidade para comprar um terreno no Portal do Céu, lá no Campos de São José é muito caro. Era de herança, e acho que isso facilitou. Meu marido avisou que era longe. Mas se for nosso, seja onde for.” O marido e um primo construíram a casa nos fins de semana no bairro, que ainda apresenta condições bem precárias. “Estou pedindo a Deus para que chegue o esgoto. Falta muita coisa ainda.”

Ao acirramento dos processos de espoliação e a uma a vida cada vez mais perpassada e restrita à experiências determinadas pela segregação, somam-se a insegurança social ante a iminência de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. A dilapidação física tanto pelo trabalho duro quanto pelo tempo diário despendido no percurso do trabalho dentro de um ônibus lotado e sem conforto, faz com que muitos moradores da periferia se preocupem com a probabilidade de não ter condições de continuar trabalhando. “Eu comecei novinha, mas agora já estou com 35 anos, a idade vai chegando. Eu quero fazer enfermagem, porque daí não tem essa coisa de idade, né? Tem enfermeira mais velha.” Sobre a cidade de São José dos Campos, mesmo após 15, ela diz não conhecer muitos lugares. “Eu conheci o [a Vila] Tesouro [bairro da zona leste], uma vez que eu fui fazer faxina.”

Mesmo para muitos que nasceram em São José, a única forma de permanência na cidade é nos loteamentos clandestinos. Juliana¹⁰⁵ é filha de um dos primeiros moradores do Majestic. O isolamento e a distância do bairro prejudicaram seus estudos desde os primeiros

¹⁰⁵ Nome fictício.

anos, já que não havia escola no Majestic e, pela condição irregular do loteamento, nem sempre era possível conseguir o transporte escolar. Ainda no ensino médio, aos 16 anos, começou a trabalhar numa rede de *fast food* em um shopping da cidade e, assim, precisou transferir os estudos para o período noturno na escola em que estudava no Novo Horizonte. “Tinha dia que eu estava muito cansada, mas eu precisava [da frequência para ter direito ao] do passe [vale-transporte]. Não deu pra aprender quase nada.” Concluído os estudos, foi trabalhar de garçoneiro “de domingo a domingo.” Atualmente, Juliana é ajudante em uma indústria de baixa tecnologia. “Quando eu entrei eram umas 200 pessoas, tudo manual. Hoje têm umas 100, o maquinário aumentou muito lá.” Juntamente com o noivo, nossa entrevistada, com a economia de anos e anos de trabalho, conseguiu comprar um terreno no Majestic, e seu pai, que é pedreiro, está construindo a casa aos poucos. “Eu pensei que não ia morar mais aqui. Mas depois que eu comecei a trabalhar, vou ficar por aqui mesmo. Se fosse comprar na cidade, ia ficar pagando muito tempo.” Sobre a vida no bairro, ela diz não sair muito nos fins de semana, e que não tem tantos amigos no bairro. “Também é muito raro eu ir lá pro lado da cidade. O nosso mundinho é do Novo Horizonte pra cá.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou discutir a formação e as transformações da periferia no processo de urbanização de São José dos Campos. A partir da década de 1980, a cidade de perfil industrial passa a apresentar modificações induzidas pelo processo de reestruturação produtiva, assim como pela hegemonia do capital financeiro enquanto condições e desdobramentos do crescimento exponencial da produtividade do capital, determinada, por sua vez, pelo acirramento da concorrência movida pelo pressuposto da acumulação e pelas contradições da valorização do valor.

Para efeito de análise, dividimos o estudo em duas partes a fim de melhor compreendermos momentos históricos essenciais desse processo. Pelo recorte empírico em um bairro de origem operária, o Parque Novo Horizonte, surgido no final dos anos 1970, no interior do movimento de implosão e explosão da cidade, pudemos reconhecer a dinâmica da segregação em um momento específico, no qual mesmo com empregos formais, a precarização já estava presente. Além disso, acontecimentos importantes como a formação de uma SAB e a criação da Festa do Trabalhador pelos moradores do bairro indicam que, para estes, a urbanização foi uma conquista, somente efetivada através da luta cotidiana.

No segundo momento, procuramos entender a periferia atual. Estamos, agora, não mais no momento da produção, mas sim da reprodução do espaço urbano. O Novo Horizonte se torna uma centralidade para quase duas dezenas de bairros. Para grande parte das pessoas que residem na região, não apenas a referência, as possibilidades e a experiência do urbano estão reduzidas à centralidades que vão se formando na própria periferia, mais do que isso, muitas delas só conseguem permanecer na cidade em loteamentos clandestinos, dispersos, distantes, sem infraestruturas e equipamentos públicos básicos, numa situação que persiste há quase três décadas. A esse processo de segregação e restrição do urbano, procuramos relacionar a negatividade do trabalho – a qual se expressa em fenômenos como a expansão do desemprego estrutural, da rotatividade, da informalidade e da precarização – e que se projeta com mais intensidade na vida dos trabalhadores que moram na periferia.

Consideramos haver um processo de intensificação da segregação e da exclusão, ou, em outros termos, de uma inclusão perversa, impulsionado pelo automovimento do capital, mas também afetado pela fragmentação da classe trabalhadora (o que coloca novos desafios para sua reorganização política no interior da luta de classes ante as novas contradições do presente), que acentuam a própria crise da reprodução da sociedade capitalista. Tentamos acessar esses novos conteúdos através da análise das transformações da periferia – por sua vez

inserida negativamente no processo de produção do espaço sob as novas necessidades e contradições surgidas com o capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Três estudos sobre Hegel**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. **As estrelas descem à terra**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALFREDO, A. **Crise imanente, abstração espacial. Fetice do Capital e sociabilidade crítica**. Terra Livre. São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p. 37-62, 2010.

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ I. P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-79.

_____. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

_____. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n.16, p. 62-85, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, M. São José tem hoje 100 mil em área clandestina. **Folha de São Paulo - Folha Vale**, São José dos Campos, 07 fev. 1999.

BOLOGNA, S. M. F. **As experiências dos Planos Diretores de São José dos Campos: instrumentos eficazes de planejamento urbano ou obras de consulta acadêmica**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.

BRASIL, J.M.R.L. **Estudo da vida cotidiana na periferia de São José dos Campos, SP – Jardim São José II: um estudo de caso**. Trabalho de Graduação Individual em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

BRITO, M.S. A cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX: modernização, crédito hipotecário e mercado imobiliário. In: **Modernização e Tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia Urbana Crítica. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n.10, p. 289-306, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, vol. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA, S. M. F. e SILVA, D. C. Novas formas de urbanização em São José dos Campos: um estudo da dispersão residencial urbana. **XII Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional**. 21 a 25 de maio de 2007. Belém, Pará, Brasil.

DAMIANI, A. L. A Metrópole e a Indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

_____. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 161-172.

_____. Urbanização crítica e produção do espaço. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n.10, p. 307-339, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, C. R. **Estilhaços da experiência urbana moderna – dois bairros na metrópole de São Paulo – Tatuapé e Vila Aimoré**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A potência do abstrato. **Revista Sinal de Menos**, ano 7, nº11, vol. 2, p. 70-122, 2015. Disponível em: <<http://sinaldemenos.org/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A – EMPLASA. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>>. Acesso em: 18 set. 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, R. **Sentido da dialética**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FESTA de aniversário dá lucro. **Folha de São Paulo** - Folha Vale, São José dos Campos, 02 mai. 1995.

FRANCESCONI, L. Trabalho e indústria em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). **Geografias de São Paulo – Representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 115-128.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL ANÁLISE DE DADOS – SEADE. São Paulo (Estado). Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas/>>. Acesso em: Jan. 2016.

FURTADO, C. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GAUDEMAR, J. P. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: GAUDEMAR, J.-P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa; Estampa, 1977.

GOUVÊA, R. A. R. **O espaço urbano e a clandestinidade: Um estudo de caso dos loteamentos clandestinos no município de São José dos Campos-SP**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2003.

GRESPLAN, J. L. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. A teoria marxista do Estado. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Materializaciones: Paris 1848-1870. In: **Paris, capital de la modernidad**. Madrid: Ed.Akal, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados – cidades**: São José dos Campos – SP. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Mar. 2013.

JAPPE, A. **Guy Debord**. Lisboa: Antígona, 2008.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A expropriação do tempo. In: **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1972.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.

_____. **La Production del'Espace**. Paris, Anthopos: 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008a.

LENINE, V. L. **O imperialismo – fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actual Marx**. n. 18, p. 73-80, 1995.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 131-172.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital. Livro primeiro, tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O capital. Livro primeiro, tomo 2**. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. **O capital. Livro segundo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. **O capital. Livro terceiro, tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Teses contra Feuerbach. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1985c.

O MUTIRÃO dos operários vai sair, apesar de tudo. **Jornal Agora**, São José dos Campos, 15 ago.1978, p. 4.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOVO Horizonte reivindica infraestrutura e urbanização. **Jornal Valeparaibano**, São José dos Campos, 06 jun. 1986.

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. **Documentos comprovam: empresas colaboraram com repressão militar**, 2014.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil., **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.23, n.66, p.25-39, 2009.

PEDRO Rocha: “Mãos à obra, cada um constrói sua casa num mutirão de 500 pessoas”. **Jornal Agora**, São José dos Campos, 27 jul. 1978, p.25.

ROCHA, A. S. da. **Centralidade e periferia na Grande São Paulo; abordagem crítica sobre morar na metrópole**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROSA FILHO, A. **As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no município de São José dos Campos – SP**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, A. P. **Arquitetura industrial**. São Jose dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2006.

SANTOS, E. A. **Indústria e Paisagem – a evolução urbano-industrial e transformação da paisagem: o caso de São José dos Campos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/sao-paulo-aspectos-territoriais.php>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade). Cidade [2016?]. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Divisão de pesquisa e teoria. **Loteamentos Clandestinos**. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 1996.

_____. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Atlas das condições de vida em São José dos Campos**. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2004.

_____. Secretaria de Planejamento Urbano. **São José em dados**. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2012.

_____. Negócios [2014?]. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/negocios.aspx>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

_____. [19--]. Secretaria de Planejamento Urbano (2015).

_____. Lei n.º 2177, de 25 de abril de 1979. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-dos-campos/lei-ordinaria/1979/218/2177/lei-ordinaria-n-2177-1979-autoriza-a-prefeitura-municipal-a-promover-a-constituicao-da>

empresa-municipal-de-habitacao-s-a-emha. >. Acesso em: 08 fev. 2017. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 1979.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Cidade). Relação dos loteamentos aprovados em cada ano. Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade (2017).

SÃO José dos Campos tem 50 mil em bairros irregulares, diz prefeitura. **G1 Vale do Paraíba e Região**, 22 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/02/sao-jose-dos-campos-tem-50-mil-em-bairros-irregulares-diz-prefeitura.html>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

SILVA, A. C.; TAKAMATSU, M. (orgs) **Memórias do bairro Parque Novo Horizonte: história e narrativas**. São José dos Campos: Intergraf Indústria Gráfica Ltda, 2012.

TELLES, V. da S.; CABANES, R. (orgs.). **Nas tramas da cidade, trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TRABALHADOR de São José dos Campos terá música e macarrão hoje. **Jornal Valeparaibano**, São José dos Campos, 01 mai. 1993.

UM CHURRASCO para começar o mutirão. **Jornal Agora**, São José dos Campos, 02 set. 1978, p. 4.

VIGILÂNCIA confirma surto de hepatite em dois bairros. **Jornal Valeparaibano**, São José dos Campos, 09 mai 1990, p.3.